

EENF ESCOLA DE
ENFERMAGEM



FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE

EENF PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENFERMAGEM

JESSICA SOUZA FAGUNDES

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
características das usuárias de um serviço de proteção**

RIO GRANDE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
DOUTORADO EM ENFERMAGEM

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
características das usuárias de um serviço de proteção**

JESSICA SOUZA FAGUNDES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem - Universidade Federal do Rio Grande (FURG), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Enfermagem no Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Área de concentração: Enfermagem e Saúde. Linha de pesquisa: Tecnologias da Enfermagem e Saúde à Indivíduos e Grupos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Mara Regina Santos da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Alencar Abaide Balbinotti

RIO GRANDE

2023

Ficha Catalográfica

F156v Fagundes, Jessica Souza.
Violência contra a mulher : características das usuárias de um
serviço de proteção / Jessica Souza Fagundes. – 2023.
107 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Rio
Grande/RS, 2023.

Orientadora: Dra. Mara Regina Santos da Silva.

Coorientador: Dr. Marcos Alencar Abaide Balbinotti.

1. Violência contra a Mulher 2. Violência Doméstica 3. Família 4.
Enfermagem I. Silva, Mara Regina Santos da II. Balbinotti, Marcos
Alencar Abaide II. Título.

CDU 347-055.2

Catálogo na Fonte: Bibliotecária Vanessa Ceiglinski Nunes CRB 10/2174

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jessica Souza Fagundes

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

Características das usuárias de um serviço de proteção

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação em 24 de novembro de 2023 e aprovada por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dr(a). Marta Regina Cezar-Vaz
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Efetivo

Profa. Dr(a). Maria da Penha da Rosa Silveira
Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr (HU-FURG) - Efetivo

Prof. Dr(a). Evy Nazon
Université du Québec en Outaouais (UQO)- Efetivo

Profa. Dr(a). Adriane Maria Netto de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Suplente interno

Prof. Dr(a). Ana Suzete Baessa Moniz
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UNIPIAGET CV) - Suplente externo

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi aprovada para obtenção do título de Doutora em Enfermagem, atendendo às normas da legislação vigente do PPGEnf/FURG.

Prof. Dr. Oclaris Lopes Munhoz
Coordenador em Exercício do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

Profa Dra. Mara Regina Santos da Silva
Orientadora

RIO GRANDE

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família.
Sem eles, nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me permitir iniciar e concluir esta importante etapa em minha vida.

À minha família, pelo apoio incondicional e amparo durante toda a caminhada.

À minha namorada, pela força e dedicação para que eu permanecesse confiante e focada.

Aos amigos que permaneceram ao meu lado, compreensivos com minhas ausências e sempre incentivadores do processo.

À minha orientadora e meu coorientador, por toda confiança e ensinamentos.

Ao GEPEFES e seus integrantes, essenciais para os momentos de dificuldade com a escrita deste trabalho.

À FURG e ao PPGEnf. Viva à Ciência. Viva à Educação.

FAGUNDES, Jessica Souza. **Violência contra a mulher**: características das usuárias de um serviço de proteção. 2023. 107 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS.

RESUMO

Este estudo aborda o tema violência contra a mulher, que ocorre em milhares de famílias, praticada de diferentes modalidades e disseminada ao redor do mundo. Trata-se de um problema complexo que perpassa as áreas da justiça, educação, saúde e impacta na vida das mulheres como um evento profundamente devastador. O **objetivo geral** do estudo é: analisar as características individuais e relacionais de mulheres usuárias de um serviço de proteção a vítimas de violência, que denunciaram seus agressores. Os **objetivos específicos** são: (1) Descrever as características individuais, relacionais e contextuais de uma amostra independente de mulheres em situação de violência que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência; (2) Analisar o nível de associação entre o tempo transcorrido para realização da denúncia e as características individuais e relacionais (idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos) de mulheres que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência; (3) Explorar um modelo de agrupamento (cluster) adequado para explicar duas amostras de dados, dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2020, coletados em um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência. **Do ponto de vista metodológico**, trata-se de um estudo quantitativo, desenvolvido com uma amostra constituída de dados secundários obtidos nos registros de um serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência, localizado em um município do extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Os dados foram submetidos a análises estatísticas uni (média, desvio padrão), bi (ANOVA a um fator) e multivariada (análise de cluster hierárquico e Regressão). **Resultados**: a idade das mulheres atendidas no serviço estava, em 50,9% dos casos, entre 18 e 32 anos; 50% tinham de zero a 8 anos de estudo, o que corresponde a nenhum estudo até o ensino fundamental completo; 56,8% conviviam ou conviveram com o agressor por até 8 anos; 61,1% tinham pelo menos um filho; 50,7% referiram problemas conjugais com o agressor. Em relação à média de tempo (em horas) transcorrido entre a agressão e a denúncia, o perfil típico que leva mais tempo para denunciar o agressor, na amostra estudada, foi de mulheres com idade entre 27 e 32 anos (103,42h), mais de 12 anos de estudo (83,33h), maior tempo de convivência com o agressor (110,55h) e com 1 ou 2 filhos (105,10h). O perfil que denunciou mais rapidamente os agressores foi de mulheres com menor faixa etária, entre 18 e 26 anos, (56,25h), com 9 a 11 anos de estudo (64,96h), menor tempo de convivência com o agressor (1 a 4 anos) (31,38h) e sem filhos (38,33h). Apesar de existirem diferenças reais entre as mulheres, a associação com significância estatística foi evidenciada em relação ao tempo de convivência com o agressor ($p < 0,05$). Após a realização da análise de cluster hierárquico pelo método Ward, a amostra 1 apresentou 3 clusters. O cluster 1 é composto por 19 casos (13,66%), o cluster 2 por 39 (28,05%) e o cluster 3 por 81 (58,27%). O cluster 1 é caracterizado por mulheres com média de 53 anos de idade, 5 anos de estudo, 22 anos de convivência com o agressor e 1,32 filhos. O cluster 2 é caracterizado por mulheres com idade média de 38 anos, 9 anos de estudo, 13 anos de convivência com o agressor e 2,72 filhos. O cluster 3 é caracterizado por mulheres com idade média de 27 anos, 11 anos de estudo, 7 anos de convivência com o agressor e 1,01 filhos. A segunda amostra formou 2 clusters. Neste o cluster 1 é composto por 117 casos (71,77%) e o cluster 2 por 46 (28,22%). O cluster 1 é caracterizado por mulheres com média de 28 anos de idade, 9,8 anos

de estudo, 5,35 anos de convivência com o agressor e 1,26 filhos. O cluster 2 é caracterizado por mulheres com média de 41 anos de idade, 10,4 anos de estudo, 17,83 anos de convivência com o agressor e 1,58 filhos. **Conclusão:** Os resultados deste estudo mostraram a diversidade em termos de características individuais e relacionais das mulheres que buscam ajuda em um serviço de referência para o atendimento das situações de violência a que estão expostas. São resultados que comprovam a violência como um evento danoso que atinge mulheres de diversas faixas etárias, com grau de escolaridade variados e que o tempo de convivência com o agressor e o número de filhos não segue um perfil único. Essa diversidade de características, mostrada nos resultados de todas as análises realizadas, permite inferir que, embora sejam mulheres que tem em comum o fato de serem vítimas de violência, suas necessidades e demandas são diferentes.

Descritores: Violência contra a Mulher. Violência Doméstica. Família. Enfermagem

FAGUNDES, Jessica Souza. **Violence against women: Characteristics of the users of protection services.** 2023. 107 p. Thesis (Doctorate in Nursing) – School of Nursing, Graduate Program in Nursing. Federal University of Rio Grande, Rio Grande/RS.

ABSTRACT

This study addresses violence against women, a phenomenon that occurs in numerous families worldwide and involves different modalities. It is a complex problem and a devastating event that permeates the legal, education, and health fields, profoundly impacting the lives of women. This study's **general objective** is to analyze the individual and relational characteristics of women who sought violence victim protection services and reported their aggressors. The **specific objectives** include (1) Describing the individual, relational, and contextual characteristics of an independent sample of women in a situation of violence; (2) Analyzing the level of association between the time elapsed between the aggression and complaint and the individual and relational characteristics (age, years of schooling, time living with the aggressor, and number of children) of the women who reported their aggressors in a specialized service protecting women in situations of violence; (3) Explore a clustering model suitable to explain two data samples from 2016, 2017, 2018, and 2020 collected in a specialized service protecting women in situations of violence. **From a methodological perspective**, this quantitative study addresses a sample composed of secondary data collected from the records of a service protecting female victims of violence in a city in the extreme South of Rio Grande do Sul, Brazil. The data were statistically analyzed using univariate (mean, standard deviation), bivariate (one-factor ANOVA), and multivariate analyses (hierarchical cluster analysis and Regression). **Results:** 50.9% of the women were between 18 and 32; 50% had from zero to 8 years of schooling, i.e., from no education up to middle school; 56.8% had cohabited or were cohabiting with their aggressors up to 8 years; 61.1% had at least one children; 50.7% reported marital problems with the aggressor. Regarding the average time (hours) elapsed between the aggression and the report, the typical profile of women taking longer (103.42h) to report their aggressors were women aged between 27 and 32, with more than 12 years of schooling (83.33h), having lived with the aggressor the most (110.55h), with 1 or 2 children (105.10h). The profile that reported the aggressor more quickly comprises younger women, aged between 18 and 26 (56.25h), from 9 to 11 years of schooling (64.96h), cohabiting the shortest time with the aggressor (1 to 4 years) (31.38h), without children (38.33h). Despite the actual differences between the women, evidence with statistical significance was found with how long the women lived with their aggressors ($p < 0.05$). After performing the hierarchical clustering via the Ward method, sample 1 presented 3 clusters. Cluster 1 comprises 19 cases (13.66%), Cluster 2 has 39 (28.05%), and Cluster 3 has 81 cases (58.27%). Cluster 1 is characterized by women aged 53 on average, with 5 years of schooling, living with their aggressors for 22 years, with 1.32 children. Cluster 2 is characterized by women aged 38 on average, with 9 years of schooling, living with their aggressors for 13 years, and 2.72 children. Cluster 3 comprises women aged 27 on average, with 11 years of schooling, living with their aggressors for 7 years, with 1.01 children. The second sample presented 2 clusters: Cluster 1, which comprised 117 cases (71.77%), and Cluster 2, which comprised 46 (28.22%). Cluster 1 is characterized by women aged 28 on average, with 9.8 years of schooling, cohabiting for 5.35 years, and with 1.26 children. Cluster 2 comprises women aged 41, with 10.4 years of schooling, living with their partners for 17.83 years, and 1.58 children. **Conclusion:** The results of this study show how the individual and relational characteristics of the women seeking victim protection are diverse. Evidence confirms that violence is a harmful phenomenon that affects women from different age groups and varied educational levels, and the duration of cohabitation/marriage and the number of children do not follow a single profile. Such diverse characteristics shown in the

results of all the analyses suggest that even though these women share the fact of being victims of violence, their needs and demands differ.

Descriptors: Violence Against Women. Domestic Violence. Family. Nursing.

FAGUNDES, Jessica Souza. **Violencia contra la mujer**: características de las usuarias de un servicio de protección. 2023. 107 p. Tesis (Doctorado en Enfermería) – Escuela de Enfermería, Programa de Posgraduación en Enfermería. Universidad Federal de Rio Grande, Rio Grande/RS.

RESUMEN

Este estudio aborda el tema violencia contra la mujer, que ocurre en millares de familias, practicada en diferentes modalidades y diseminado alrededor del mundo. Se trata de un problema complejo que permea las áreas de justicia, educación, salud e impacta en la vida de las mujeres como un evento profundamente devastador. El **objetivo general** del estudio fue: analizar las características individuales y relacionales de mujeres usuarias de un servicio de protección a víctimas de violencia, que denunciaron a sus agresores. Los **objetivos específicos** fueron: (1) Describir las características individuales, relacionales y contextuales de una muestra independiente de mujeres en situación de violencia, que denunciaron a sus agresores, en un servicio especializado de protección a la mujer en situación de violencia; (2) Analizar el nivel de asociación entre el tiempo transcurrido para realización de la denuncia y las características individuales y relacionales (edad, años de estudio, tiempo de convivencia con el agresor y número de hijos) de mujeres que denunciaron a sus agresores en un servicio especializado de protección a la mujer en situación de violencia; (3) Explorar un modelo de agrupamiento (cluster) adecuado para explicar dos muestras de datos, de los años de 2016, 2017, 2018 y 2020, recogidos en un servicio especializado de atención a la mujer en situación de violencia. **Del punto de vista metodológico**, se trata de un estudio cuantitativo, desarrollado en una muestra constituida de datos secundarios obtenidos de los registros de un servicio de atención a mujeres víctimas de violencia, localizado en un municipio en el extremo sur de Rio Grande del Sur, Brasil. Los datos fueron sometidos a los análisis estadísticos: Uni (media, desviación estándar), bi ANOVA (un factor) y multivariada (análisis de cluster jerárquico y regresión). **Resultados**: La edad de las mujeres atendidas en el servicio estaba, en 50,9% de los casos, entre 18 y 32 años; 50% tuvieron de cero a 8 años de estudio, lo que corresponde a ningún estudio hasta la enseñanza fundamental completa; 56,8% convivían o convivieron con el agresor por hasta 8 años; 61,1% tuvieron por lo menos un hijo; 50,7% refirieron problemas conyugales con el agresor. En relación a la media de tiempo (en horas) transcurrido entre la agresión y la denuncia, el perfil típico que toma más tiempo para denunciar al agresor, en la muestra estudiada, fue de mujeres con edad entre 27 y 32 años (103,42h), más de 12 años de estudio (83,33h), mayor tiempo de convivencia con el agresor (110,55h) y con 1 o 2 hijos (105,10h). El perfil que denunció más rápidamente a los agresores fue de mujeres con menor intervalo etario, entre 18 y 26 años, (56,25h), con 9 a 11 años de estudio (64,96h), menor tiempo de convivencia con el agresor (1 a 4 años) (31,38h) y sin hijos (38,33h). A pesar de existir diferencias reales entre las mujeres, la asociación con la significación estadística fue evidenciada en relación al tiempo de convivencia con el agresor ($p < 0,05$). Después de realizar el análisis de cluster jerárquico por el método Ward, la muestra 1 presentó 3 clusters. El cluster 1 estuvo compuesto por 19 casos (13,66%), el cluster 2 por 39 (28,05%) y el cluster 3 por 81 (58,27%). El cluster 1 estuvo caracterizado por mujeres con media de 53 años de edad, 5 años de estudio, 22 años de convivencia con el agresor y 1,32 hijos. El cluster 2 estuvo caracterizado por mujeres con edad media de 38 años, 9 años de estudio, 13 años de convivencia con el agresor y 2,72 hijos. El cluster 3 estuvo caracterizado por mujeres con edad media de 27 años, 11 años de estudio, 7 años de convivencia con el agresor y 1,01 hijos. La segunda muestra formó 2 clusters; el cluster 1 estuvo compuesto por 117 casos (71,77%) y el cluster 2 por 46 (28,22%). El cluster 1 estuvo caracterizado por mujeres con media de 28 años de edad, 9,8 años de estudio, 5,35 años de

convivencia con el agresor y 1,26 hijos. El cluster 2 estuvo caracterizado por mujeres con media de 41 años de edad, 10,4 años de estudio, 17,83 años de convivencia con el agresor y 1,58 hijos. **Conclusión:** Los resultados de este estudio mostraron la diversidad en lo que se refiere a características individuales y relacionales de las mujeres que buscan ayuda en un servicio de referencia para la atención de las situaciones de violencia a que están expuestas. Son resultados que comprueban la violencia como un evento perjudicial que afecta a mujeres de diversos intervalos etarios, con grados de escolaridad variados y que el tiempo de convivencia con el agresor y el número de hijos no sigue un perfil único. Esa diversidad de características, mostrada en los resultados de todos los análisis realizados, permite inferir que, a pesar de ser mujeres que tienen en común el hecho de ser víctimas de violencia, sus necesidades y demandas son diferentes.

Descriptores: Violencia contra la Mujer. Violencia Doméstica. Familia. Enfermería.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- BM – Brigada Militar
- BO – Boletim de Ocorrência
- CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- CTP – Comissão Pastoral da Terra
- DATASENADO – Portal Institucional do Senado Federal
- DATASUS – Departamento de Informações do SUS
- DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEC – Inteligência em Pesquisa e Consultoria
- IPG – Instituto Patrícia Galvão
- GEPEFES – Grupo de Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde
- MPU – Medidas Protetivas de Urgência
- OMS/WHO – Organização Mundial da Saúde/World Health Organization
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPAS – Organização Pan Americana da Saúde
- PNEVM – Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
- PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
- SINARM – Sistema Nacional de Armas
- SIP – Serviço de Informações Policiais
- SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres
- SPP - Secretaria de Segurança Pública
- SPSS – Statistical Package for the Social Science

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1. Modelo Ecológico da Violência.....	41
Figura 2. Fatores de risco para a violência praticada pelo parceiro íntimo.....	43
Figura 3. Fatores de risco associados à violência contra a Mulher.....	45
Figura 4. Esquema do Artigo 1.....	51
Figura 5. Esquema do Artigo 2.....	52
Figura 6. Esquema do Artigo 3.....	53
Tabela 1. Relação entre as variáveis do estudo e o Modelo Ecológico.....	45

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	18
2 OBJETIVOS	24
2.2 Objetivos específicos	24
3 REVISÃO DA LITERATURA	25
3.1 A violência contra as mulheres no Brasil: direitos, prevenção e criminalização ...	25
3.2 Panorama estatístico da violência contra a mulher no Brasil	28
3.3 Rede de Enfrentamento a Violência: mecanismos de defesa no combate à violência contra a mulher	34
3.4 As expectativas e necessidades das mulheres que procuram as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher	37
4 CONTEXTO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	40
4.1 Modelo Ecológico da Violência	40
5 METODOLOGIA	46
5.1 Tipo de Estudo	46
5.2 Local do Estudo	46
5.3 Amostra do Estudo	47
5.4 Coleta de dados	47
5.5 Análise de dados	48
5.6 Aspectos Éticos.....	49
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
6.1 Artigo 1	54
6.2 - Artigo 2.....	64
6.3 - Artigo 3.....	76
7 CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	94

ANEXO 101

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP 101

APRESENTAÇÃO

Esta tese de doutorado aborda um tema com o qual venho trabalhando desde o início de minha jornada acadêmica no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2017. A temática é a violência contra mulher, praticada dentro do ambiente doméstico, justamente pela pessoa com a qual essa mulher, em algum momento de sua vida, considerou a possibilidade de construir um projeto de família, ou seja, seu companheiro.

O interesse pela temática se consolidou, ao longo dos dois anos de construção da minha dissertação de mestrado, quando me dediquei a estudar os registros de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), do município do Rio Grande/RS. A análise destes registros me permitiu conhecer melhor quem de fato são essas mulheres que buscam atendimento no serviço e, concomitantemente, foram crescendo minhas inquietações sobre a situação em que vivem e, principalmente, sobre a forma como são atendidas não só na DEAM, mas, também, nos demais serviços que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Os resultados da dissertação revelaram alguns fatores em nível individual e relacional associados a violência sofrida por aquelas mulheres. Dentre esses, idade, vínculo com o agressor, tempo de convivência entre a mulher e o acusado, presença de filhos, uso de substâncias lícitas e ilícitas, entre outros.

Embora o conhecimento desses fatores tenha sido fundamental para compreender de forma contextualizada o problema vivenciado pelas mulheres, não foi suficiente para responder minhas interrogações quanto ao atendimento que recebiam e a resolutividade dos denominados “serviços de proteção”. Persistia, então, a necessidade de explorar outras dimensões do problema e pensar outros caminhos que me levassem a uma compreensão mais profunda acerca de quem são essas mulheres.

Assim, quando iniciei a construção da minha tese de doutoramento, eu já sabia que apesar dos avanços e conquistas ao longo da história, ainda

há limitações no que concerne ao atendimento/resposta de cada mulher em situação de violência que procura por ajuda em um serviço e proteção como a DEAM. Por inúmeras razões, as diferenças e particularidades de cada mulher, em geral, não são consideradas, nem registradas. A trajetória de vida daquelas mulheres era suprimida do atendimento.

Desta forma, juntamente com minha inquietação, surgia a justificativa para realização da minha tese: a necessidade de qualificar o serviço. Apesar de compreender a inviabilidade de um atendimento único para cada necessidade apresentada, precisamos pensar em quais são as principais necessidades e como respondermos a elas durante o atendimento à mulher. Para este caminho ser construído, proponho em minha metodologia o uso da análise de cluster, com o objetivo de buscar o melhor modelo de agrupamento que explicasse as diferenças e similitudes entre as usuárias do serviço.

Compreendo que escolher selecionar uma amostra de mulheres que utilizaram a DEAM, de forma aleatória, poderia me levar ao objetivo inicial de minha busca como pesquisadora: chegar até essas mulheres e tentar compreender o que pode ser feito para atender suas expectativas e necessidades. Entretanto, não visualizo como isso poderia ser operacionalizado pelo serviço, pois não iria refletir ou representar nem mesmo uma parte de sua clientela.

Acredito que visualizar modelos de agrupamentos possa fornecer caminhos viáveis, para que o serviço pense em como atender as necessidades prioritárias de cada agrupamento (perfis da clientela que atende). Esta tática já é utilizada por outras áreas que buscam melhorar e abarcar os interesses de diferentes públicos.

Entretanto, ainda me inquieta não ser possível, ao longo da construção desta tese, chegar, de fato, até essas mulheres de diferentes perfis, para ouvir a narrativa delas sobre suas necessidades, visto que os dados disponíveis nos boletins de ocorrência não me permitem aprofundar esse conhecimento. Desta forma, visualizo minha tese como um caminho, que iniciei no mestrado e, que pretendo dar continuidade do Pós-doutorado.

Trabalhar com a violência é compreender que trabalho com um fenômeno que há muito é explorado. Ao mesmo tempo, é compreender que trabalho com um problema complexo, que mesmo com tantos anos de estudo e dedicação de diversas áreas do conhecimento, ainda é persistente.

Estas mulheres em situação de violência buscam por diversos serviços da Rede de Atendimento e, em muitos deles, há a presença de Enfermeiros que precisam compreender melhor aspectos fundamentais que impactam na saúde das mulheres. Hoje, visualizo minha tese como um meio de contribuir com a proteção de mulheres em situação de violência em nosso município. Como enfermeira e pesquisadora, acredito em minha proposta e visualizo minha responsabilidade com a saúde destas mulheres. Como pensar em sua saúde sem considerar a necessidade e o direito a uma vida sem violência?

1 INTRODUÇÃO

A violência está integrada na história e é praticada pelo homem em todos os ambientes em que convive. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece uma tipologia de três grandes grupos segundo quem comete o ato violento: violência coletiva, violência auto infligida e a violência interpessoal. A violência na família e na comunidade são tipos da violência interpessoal, que ocorrem em locais como o trabalho, a escola e o espaço doméstico (KRUG et al, 2002; COELHO; DA SILVA; LINDNER, 2014).

Esta pesquisa está direcionada para a violência que ocorre em milhares de famílias, praticada de diferentes formas contra a mulher. Este tipo de manifestação da violência está relacionado ao adoecimento e ao feminicídio de milhares de mulheres em todo o mundo. Sua instalação nas relações amorosas é um problema complexo, que desafia a justiça, a educação, a saúde e marca a vida das vítimas como um evento profundamente devastador (ONU, 2021, 2022).

A mulher vítima de violência nem sempre foi alvo de discussão no que a concerne como um ser humano livre, que possui direitos a uma vida digna e sem violência. É uma situação que instiga instâncias como o Estado e a Sociedade Civil a buscarem meios para enfrentá-la. Entretanto, a complexidade desse problema faz com que este enfrentamento seja um desafio para essas instâncias que muitas vezes não conseguem atender a necessidade de ajuda que a mulher busca (BRASIL, 2018).

Diversas lutas de movimentos sociais, ao longo dos anos, foram fundamentais para que hoje as mulheres tenham leis e políticas de proteção, bem como de criminalização aos seus agressores. Foi através do longo caminho percorrido que hoje possuímos dispositivos que visam não só prevenir os casos de violência e feminicídio, mas que também contemplam a preocupação com a recuperação das vidas das mulheres e suas famílias (ONU, 2021).

No Brasil, entre as conquistas alcançadas no combate da violência, destaco: a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (PNEVM); a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); e a Rede de atendimento à Mulher em situação de violência. Essas estruturas objetivam oferecer meios de suporte para as mulheres que denunciam a violência em busca de proteção e desejam representar criminalmente contra o seu agressor.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher tem por objetivo o combate à violência contra a mulher, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. Os eixos estruturantes dessa Política compreendem a prevenção do fenômeno, incluindo ações educativas e culturais; de assistência; de fortalecimento da Rede

de Atendimento; e a garantia de direitos das mulheres, com ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), sancionada em 2006, marca um avanço histórico no combate da violência. A lei considera a violência doméstica e intrafamiliar como crime e tipifica as situações de violência como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Em seus eixos estruturantes, o Poder Público é responsável por desenvolver políticas que corroborem e garantam que as mulheres tenham condições para superar a trajetória de violência doméstica e familiar. Além, estabelece e garante o encaminhamento de mulheres em situação de violência para programas de ajuda, serviços de proteção e auxílio de assistência social.

A Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é formada por um conjunto de serviços que desenvolve ações articuladas integrando os setores da saúde, justiça, segurança pública e assistência social. Duas categorias de serviços integram essa Rede: os serviços especializados e os serviços não-especializados. Os primeiros atendem especificamente às situações de violência, como é o caso das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e Casas de Acolhimento. Os não especializados, geralmente portas de entrada da mulher na Rede, incluem os hospitais, as unidades básicas de saúde e os serviços policiais (BRASIL, 2011).

O atendimento, realizado pelos serviços da Rede de Atendimento, necessita de constante revisão e adequação devido à complexidade do fenômeno que atendem. Um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019) destacou que, mesmo após 14 anos de vigência da Lei Maria da Penha, as ações desenvolvidas na Rede de Atendimento ainda não são plenamente satisfatórias.

Inúmeros são os fatores que convergem para que o atendimento não seja satisfatório. Um desses está relacionado a estrutura dos próprios serviços da rede e ao atendimento dos profissionais. São salas inadequadas em termos de privacidade para melhor atendimento à vítima; uso excessivo de termos jurídicos por parte dos profissionais que realizam o acolhimento e a falta de esclarecimentos sobre os direitos de proteção, serviços e etapas do andamento no processo contra o agressor. Estas situações corroboram para que a mulher não se sinta segura, que não tenha compreensão sobre o que significa representar contra o seu agressor e o que ela irá enfrentar a partir desta decisão. Além disso, alguns profissionais ainda incorporam estigmas e preconceitos em relação a situação de violência, os quais interferem no espaço que a mulher deveria ter nos serviços da Rede para se expressar e ser acolhida sem julgamentos (CNJ, 2019; ARAÚJO et al, 2019; PELLEGRINI; BOEN; 2020; SOUZA; MARTINS, 2021).

Outro fator está relacionado com o tempo que a mulher precisa e/ou dispõe para efetivar a busca do serviço. Muitas procuram um serviço de atendimento minutos ou poucas horas após a agressão sofrida. Outras, levam dias e até meses para conseguirem/decidirem procurar ajuda na Rede. Desta forma, a chegada ao serviço e posterior acolhimento são marcados por condições emocionais diferentes, envolvendo alto nível de estresse, ansiedade, medo, tristeza, entre vários outros, que interferem no relato dado ao profissional e dificultam a capacidade de se expressarem (CAVALER; MACARINI, 2020).

Além desses, outro fator é a heterogeneidade das características das usuárias dos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. São usuárias de diferentes faixas etárias, grau de escolaridade, tempo de convivência com o agressor, tipo de vínculo e número de filhos, o que as difere grandemente tanto em termos de perfil quanto de necessidades que apresentam. São, portanto, mulheres que procuraram o serviço em tempos diferentes, por conseqüências e motivações que são individuais (ARAÚJO et al, 2019).

Uma clientela com características tão heterogêneas traz uma pluralidade de demandas que nem sempre os serviços conseguem atender. São inúmeras limitações que repercutem ao acolher as mulheres em situação de violência, como tornar clara e acessível as informações sobre as etapas judiciais e conseguir atender satisfatoriamente suas necessidades sociais, de saúde, segurança e justiça (CNJ, 2019). Estas diferenciações é o que torna cada processo de enfrentamento da violência como único e que precisa ser visualizado para que o serviço possa prestar um atendimento resolutivo.

O conhecimento sobre quem são as mulheres atendidas em um serviço precisa incluir sua história de vida, as circunstâncias atuais e as suas perspectivas para enfrentamento e recuperação após a violência. A história de vida pode ter sido marcada por sucessivas relações de abuso e violência, algumas vezes iniciado durante a infância ou adolescência, ou, ainda em outras fases do ciclo vital. Sendo assim, os serviços atendem mulheres em diferentes fases da vida e que enfrentam a violência e suas conseqüências há anos, meses ou dias (FRUGOLI et al, 2019).

O tempo de permanência da mulher em uma relação de violência é outro aspecto que precisa ser examinado, pois está relacionado com as crenças, valores, limitações e vulnerabilidades das mulheres. O vínculo estabelecido entre vítima e agressor pode ser apreendido por esta como fator limitante para o rompimento ou busca pela criminalização. As crenças e os valores sobre o que é uma família, o significado do casamento e a responsabilização em manter a união podem ser agravadas pela presença de filhos. Neste caso, o serviço atenderá mulheres que se culpabilizam por denunciar o pai de seus filhos (FRUGOLI et al, 2019).

O acesso ao serviço da Rede de Atendimento também figura como diferencial entre as usuárias. Algumas mulheres moram em regiões próximas aos serviços, enquanto outras residem em áreas afastadas, isoladas e enfrentam dificuldades para se deslocar. Além disso, a residência em lugares de maior vulnerabilidade social marcados por violência, tráfico de drogas e carência no abastecimento de saneamento básico configura um contexto que dificulta a busca por ajuda (GEHLEN; CHERFEM, 2021; FONTES, 2022).

Da mesma forma, outro aspecto que deve ser alvo de atenção do serviço é que nem sempre a mulher em situação de violência conhece todos os trâmites jurídicos que irá percorrer. O grau de instrução e o tempo de estudo se apresentam como facilitadores ou limitadores da compreensão dos seus direitos, no reconhecimento dos deveres do serviço e no real significado das escolhas que realiza durante o atendimento (MARTINS; TEIXEIRA, 2020).

Ainda, o vínculo com o agressor é outra variável que influencia no momento da denúncia. Algumas mulheres não desejam romper a relação amorosa com seu agressor, pois visualizam nele o único vínculo familiar e de apoio que possuem. Nessas situações, o serviço da Rede de Atendimento é visto por algumas mulheres como um meio para modificar o comportamento agressivo do parceiro e não para criminalizá-lo. Algumas mulheres, por falta de apoio familiar e de amigos, se sentem sozinhas e desamparadas para enfrentar o processo de denúncia do agressor. Estas situações corroboram para que optem por não denunciar ou, então, desistir do processo de acusação (ARAÚJO et al, 2019).

Diante do exposto, é concebível que há pluralidade nas características individuais, nos contextos de vida e nos desejos e expectativas de cada mulher e que, portanto, não existe um perfil único de mulheres em situação de violência. As mulheres que acessam os serviços de proteção reúnem diferentes combinações de características sociodemográficas e socioeconômicas que se entrelaçam com suas histórias de vida e suas necessidades individuais.

As diferentes características, expectativas e vontades influenciam na tomada de decisão para procurar um serviço da rede de proteção e efetivar a denúncia contra o agressor. A influência do agressor, muitas vezes estabelecida pelo tipo de vínculo afetivo próximo e tempo de convivência, pode desencadear medo, vergonha e dificuldade em reconhecer o ato violento. A dependência afetiva, financeira e a falta de uma rede de apoio também aparecem como fatores que influenciam no tempo que uma mulher leva para decidir denunciar seu agressor, pois muitas mulheres referem se sentirem sozinhas, sem ter para onde ir ou com quem compartilhar sua situação. A presença de filhos é outro motivo, muitas vezes associado à necessidade de apoio na criação ou ao sentimento de culpa pelo afastamento paterno.

O modelo atual de atendimento nos Serviços de Proteção é realizado mediante a padronização do uso de protocolos institucionais. Entretanto, para esta tese, o reconhecimento do serviço sobre quem são as mulheres que atende não consegue ser capturado. Embora os profissionais façam a coleta de informações sobre a mulher durante o acolhimento para preencher os formulários, nem sempre percebem o quanto as características pessoais das mulheres interferem nas necessidades de cada uma e, principalmente, eles não integram essas informações ao atendimento que realizam.

O fato de as mulheres buscarem um serviço da Rede de Atendimento para registro de ocorrência de violência é uma maneira de pedir ajuda. Cabe ao serviço e aos profissionais portarem-se de acordo com a finalidade para a qual foram instituídos, ou seja, a proteção das “diferentes mulheres” que atende. Para isso, é fundamental não perder de vista que, o que ajuda uma, pode não responder à necessidade de outra, naquele momento, pois, como referido anteriormente, são necessidades diferentes. Assim, “enxergar” a heterogeneidade das características pessoais de cada mulher e da condição que elas vivenciam é a base para um atendimento integral.

Este estudo reconhece os avanços que os Serviços de Proteção desenvolveram nos últimos anos. Estes representam inúmeras conquistas para a proteção das mulheres e a condenação dos agressores (CNJ, 2019). Entretanto, ainda há muito o que avançar para que a mulher vítima de violência receba um tipo de atendimento capaz de realmente ajudá-la a reestruturar sua vida.

Este estudo tem o propósito de dar visibilidade às características similares e divergentes nos perfis de mulheres vítimas de violência que buscaram por um serviço da Rede de Atendimento, localizado em Rio Grande-RS. A partir destas similitudes e diferenças, este estudo considerará a abordagem dessas mulheres, que estão ou estiveram em processo de ruptura da trajetória de violência, para complementar, sob sua óptica, o processo vivido e as necessidades para reconstrução de suas vidas.

Acredita-se que ao visualizarmos diferentes perfis de mulheres que buscaram por um Serviço de Proteção, será possível ter maior clareza sobre quem são essas mulheres que procuram o serviço e quais são suas necessidades. Desta forma, contribuir para qualificar o atendimento prestado nos serviços de proteção às mulheres vítimas de violência.

Este estudo defende a tese:

O conhecimento acerca das características individuais e relacionais de mulheres em situação de violência, que buscam ajuda em serviço especializado de proteção é fundamental para a (re)organização deste serviço com o propósito de qualificar o atendimento que presta às suas usuárias.

Este estudo busca resposta para as questões:

1 – Quais são as características individuais e relacionais (idade, anos de estudo, número de filhos, tempo de convivência com o agressor) e contextual (distância entre a residência e o serviço de proteção) de mulheres em situação de violência que nos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020 denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção?

2 – Qual o nível de associação entre o tempo transcorrido para realização da denúncia e as características individuais e relacionais autodeclaradas pela mulher (idades, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos)?

3 – Quantos e quais são os agrupamentos (clusters) intrínsecos em duas amostras de dados coletadas em um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência, referente aos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar as características individuais e relacionais de mulheres usuárias de um serviço de proteção a vítimas de violência, que denunciaram seus agressores.

2.2 Objetivos específicos

1. Descrever as características individuais, relacionais (idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos) e contextuais (distância entre a residência e o serviço de proteção) de uma amostra independente de mulheres em situação de violência que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência.
2. Analisar o nível de associação entre o tempo transcorrido para realização da denúncia e as características individuais e relacionais (idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos) de mulheres que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência.
3. Explorar um modelo de agrupamento (cluster) adequado para explicar duas amostras de dados, dos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020, coletados em um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A violência contra as mulheres no Brasil: direitos, prevenção e criminalização

A violência infringida contra a mulher não é um fenômeno atual. Perpetua-se em nossa história ganhando novas formas, nossos espaços e novas vítimas a cada dia. Desta forma, para compreendermos este fenômeno em maior profundidade, precisamos olhar os diferentes contextos em que ela se desenvolveu, considerando os fatores aos quais a mulher foi sujeita durante anos (SANEMATSU, 2019).

A violência praticada contra a mulher tem em sua origem causas estruturais, históricas, políticas e culturais. Estas causas associam-se ao “papel da mulher”, que foi por muito tempo limitado ao ambiente doméstico. No interior das propriedades privadas de uma família, a mulher estava sujeita às "leis" impostas por aqueles que detinham o poder. Este sujeito, detentor do poder, geralmente era representado pela figura masculina, que poderia ser o avô, o pai, o irmão ou o marido (CHAKIAN, 2019).

A detenção de poder dos homens é uma realidade advinda da estruturação de um sistema sociopolítico que os colocou nesta posição nos âmbitos sociais e domésticos. Socialmente os homens predominavam em funções de liderança, controle e privilégios. No domínio da família, mantinham a autoridade sobre os filhos e a esposa (CHAKIAN, 2019).

A construção de espaços e papéis sociais e familiares diferentes, para homens e mulheres, resultou em condições de inferioridade para mulher e a expôs a diversos tipos de privações e abusos. Em relação a educação, por exemplo, por muito tempo foi negado a ela o direito de aprender a ler e escrever, já que suas prioridades deveriam ser o desenvolvimento de habilidades domésticas para que pudesse cumprir seus deveres no cuidado ao lar, ao marido e aos filhos (BARRETO, 2022).

A situação de desigualdade imposta às mulheres mantinha-as subjugadas e desprovidas de conhecimentos que lhe permitissem pensar em direitos sobre sua autonomia. Eram instruídas a sentirem-se felizes e conformadas no cumprimento de suas obrigações. Esta situação não ocorria de forma isolada, ao contrário, era praticada em diferentes sociedades e culturas ao redor do mundo (BARRETO, 2022).

Na sociedade brasileira, até 1890, era assegurado ao homem o direito de impor castigos corpóreos contra mulheres e crianças, sem penalidades previstas a ele. Além disso, a mulher dependia de autorização do marido para quase todas as atividades que desejasse realizar. Quase

26 anos depois, em 1916, o Código Civil ainda mantinha o homem como chefe do estado conjugal, detentor dos bens da mulher e dos filhos, reforçando os impedimentos e limitações da mulher no ambiente doméstico (BRASIL, 1890, 1916).

A falta de liberdade para exercer uma profissão influenciava na autonomia das mulheres e reforçava sua situação de submissão e dependência. Até a Segunda Guerra Mundial as mulheres não eram consideradas como mão de obra na produção de riquezas. Todavia, o recrutamento dos homens para a guerra foi determinante para que houvesse a necessidade da presença de mulheres exercendo profissões e atividades, anteriormente, exclusivamente masculinas (SANTOS et al, 2019).

Os movimentos feministas que se formaram, e que avançaram lentamente devido as inúmeras dificuldades enfrentadas, utilizaram da presença da mulher no ofício de diversas profissões para causa pressão governamental. O período que correspondeu ao término da Segunda Guerra Mundial foi responsável pelo marco da visualização da falta de direitos da mulher. Foi neste momento que começaram a ganhar espaço os debates e as reivindicações por direitos das mulheres (FEDERICI, 2019).

As ideias de diferenças que sustentavam a superioridade masculina foram perdendo força nos debates internacionais e nacionais, visto que a mulher no campo de trabalho demonstrava a mesma aptidão mental e capacidade. Diante da produtividade feminina, as Legislações dos países precisavam se adaptar à sua presença em atividades antes negadas. É por essa razão que se compreende que a entrada da mulher no mercado de trabalho e a sua contribuição para a economia aliou-se à possibilidade de desenvolvimento cultural da mulher e a sua independência (FERRITO, 2021).

Todas as conquistas de direitos foram árduas, necessitando anos de lutas para que a Constituição Federal reconhecesse a mulher brasileira em igualdade nos diversos campos da sociedade. No âmbito do casamento, somente em 1962 as mulheres foram permitidas de trabalhar sem precisar da autorização do marido e de terem chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação, com a criação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.212/62).

A Lei da igualdade de oportunidade de crédito, de 1974, garantia que a mulher pudesse ter mais autonomia em relação ao seu dinheiro, pois a partir desse momento não precisavam mais da representação masculina para o controle financeiro, como era previsto pelos bancos. Três anos depois, em 1977, a Lei do Divórcio (Lei nº 6515/1977) foi aprovada e a mulher pode legalmente se desvincular de casamentos que não desejasse. Entretanto, o estigma social negativo sobre as mulheres divorciadas permaneceu por muitos anos, o que fez com que

permanecessem em relações que não desejavam e que muitas vezes eram marcadas pela submissão e violência.

Com a situação familiar de muitas mulheres marcada pela violência, independentemente dos direitos que já haviam adquirido social e juridicamente, os movimentos feministas e em prol da proteção das mulheres seguiu sua luta para que mais fosse feito em relação aos crimes de violência. Estes crimes ocorriam principalmente em ambiente familiar e eram acobertados pela ideia de que problemas familiares deveriam ser resolvidos dentro da família, sem intervenção do Estado e da sociedade (SANEMATSU, 2019).

A Constituição Brasileira passou a reconhecer as mulheres como “iguais” aos homens em 1988. Esta conquista representou que legalmente as mulheres eram incluídas como cidadãs, com os mesmos direitos e deveres dos homens. A mudança na Constituição foi uma vitória para as mulheres. Entretanto, no que tangia a sua vulnerabilidade à violência doméstica, pouco houve evolução para sua proteção (BRASIL, 1988).

Somente em 2006, os movimentos feministas e outros movimentos populares conseguiram o sancionamento da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, intitulada com o nome de uma mulher que lutou por 20 anos e foi vítima de duas tentativas de feminicídio até conseguir a punibilidade do seu ex-marido agressor. A Lei foi responsável por criar mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Hoje a Lei representa uma das maiores conquistas da Legislação no combate à violência contra as mulheres.

Com o apoio e incitação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SMP), existente desde 2003 e, de movimentos sociais, foi materializada em 2007 a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A Política foi estruturada de acordo com Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em consonância com convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

As mortes de mulheres, que seguiram ocorrendo em grande escala conforme apontam os relatórios brasileiros, eram tidas como homicídios e punidas de forma genérica. Em 2015, com a criação da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), passa-se a reconhecer que se um homicídio for cometido contra uma mulher como resultado ou em conjunto de violência doméstica e familiar será imputado um agravante ao acusado.

Os casos de assédio e violência do dia a dia da mulher, em locais públicos, meios de transporte e outros espaços não era considerado crime até a criação da Lei nº 13.718 de 2018. Diversas outras leis surgiram entre 2017 e 2019 para que melhor fossem guiados judicialmente os casos de violência doméstica e familiar e suas especificidades e necessidades. Entretanto, os

números de mulheres em situação de violência e vítimas de feminicídio vem crescendo com o passar dos anos, demonstrando a dificuldade na eficácia de proteção à mulher.

3.2 Panorama estatístico da violência contra a mulher no Brasil

Os dados de violência contra a mulher ao redor do mundo demonstram a persistência do fenômeno. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a humanidade sustenta altos índices de violência contra a mulher nas últimas décadas, considerando que ao longo da vida, pelo menos uma a cada três mulheres é submetida à violência, principalmente pelo parceiro ou ex-parceiro. Os relacionamentos marcados por algum tipo de violência começam cedo, atingindo uma em cada quatro mulheres na faixa etária entre 15 e 24 anos (WHO, 2021; ONU 2021).

De acordo com a World Health Organization (2021), entre os anos 2000 e 2018, as taxas de prevalência de violência contra a mulher concentram-se principalmente nas regiões da Oceania, Sul da Ásia e África Subsaariana. As relações entre os índices de violência e os países mais pobres são evidenciadas pela estimativa de que pelo menos 37% das mulheres moradoras de países com baixa ou média-baixa renda já sofreram ou sofrem algum tipo de violência. Apesar da América Latina não apresentar o maior índice, os países que a compõem, entre eles o Brasil, correspondem juntos a 25% da prevalência de violência contra a mulher, praticada ao longo da vida por parceiros íntimos de mulheres de 15 a 49 anos (OPAS/OMS, 2021).

Olhando especificamente o Brasil, nos últimos anos, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as taxas de homicídio e feminicídio por Unidade de Federação indicou um aumento de 0,7% entre os anos de 2016 e 2020, saindo de 929 para 1350 vítimas, respectivamente. O número absoluto de vítimas mulheres de homicídio em 2020 foi 3.913, enquanto o número de feminicídio no mesmo ano foi de 1.350 (FBSP, 2021).

Tão alarmantes quanto o número de mulheres que perderam a vida para a violência, também são as taxas de tentativas de homicídio e feminicídio em 2020, que apesar de terem apresentado uma queda em relação aos registros de 2019, apresentaram juntos 6.281 casos considerando todos os Estados Brasileiros (FBSP, 2021).

Em relação ao perfil das vítimas de feminicídio, 74,7% tinham entre 18 e 44 anos, 61,8% eram negras, 55,1% dos casos foram consumados com uso de arma branca e foram praticados por companheiros e ex-companheiros das vítimas em 81,5% (FBSP, 2021). Considerando a qualificação do crime de feminicídio, quando cometido contra a mulher por razões do sexo

feminino, quando o ato criminoso corresponde a violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à mulher (BRASIL, 2015).

Os registros nem sempre são feitos de forma adequada e isso influencia severamente as definições de homicídio e feminicídio, sendo atrelado a isso a definição recente de Feminicídio por Lei e a investigação e verificação adequada dos casos (PEREIRA; AMORIM; AMARAL, 2022). Em relação aos registros de ligação ao 190 em chamados de violência doméstica, houve um acréscimo de 16,3% em 2020, computando 694.131 chamados realizados por minuto (FBSP, 2021).

O Anuário de 2022 mostra a relação de homicídios e feminicídios nos anos de 2020 e 2021. Foram registrados 3.999 e 3.878 homicídios de mulheres em 2020 e 2021, respectivamente. Em relação ao feminicídio, são apresentados 1354 e 1341 casos, respectivamente. No Rio Grande do Sul, ocorreram 236 homicídios de mulheres e 96 casos de feminicídios no ano de 2021. Quando comparados os números entre 2016 e 2021, evidencia-se o crescimento do feminicídio em torno de 44,3% (FBSP, 2022).

Em relação a lesão corporal, conferida como violência doméstica, foram registrados 230.861 casos em 2021, sendo 18.037 na Unidade da Federação Rio Grande do Sul. No mesmo período, foram distribuídas 54.704 medidas protetivas de urgência, sendo concedidas 41.300. Quando comparado os anos de 2020 e 2021, houve uma crescente de 14,4% de medidas protetivas concedidas. Dados crescentes na concessão relaciona-se com a maior atuação do Poder Judiciário (FBSP, 2022).

O Atlas da Violência de 2019 evidenciou que entre os anos de 2012 e 2017 os homicídios dentro do domicílio, que podem e devem ser classificados como feminicídio, apresentaram um acréscimo de 17,1% em cinco anos, com um aumento de 28,7% das mortes provocadas por arma de fogo. É importante ressaltar que, de acordo com o SINARM (2020), os registros de posse de arma, representado por 637.972, passaram para 1.279.491 em 2020. Somente no último ano do levantamento, 2017, foram 4.936 mulheres assassinadas, com as maiores taxas em quatro estados da região norte e nordeste do Brasil. Em relação ao perfil de mulheres assassinadas, 66% eram negras (CERQUEIRA et al, 2019).

O Atlas da Violência de 2021 evidencia que 3,737 mulheres foram assassinadas em 2019 no Brasil. Quando realizado o comparativo das taxas de homicídios de mulheres entre 2009 e 2019, constata-se a queda de 18,4% nos registros. Entretanto, quando analisados separadamente, muitos estados brasileiros aumentaram suas taxas, como é o caso do Ceará, Rio Grande do Norte, Acre e Amazonas (CERQUEIRA et al, 2021).

Uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o DataFolha, em 130 cidades brasileiras, com mulheres de 16 anos ou mais de idade, em maio de 2021, apresentou importantes dados sobre os 12 meses de pandemia que já haviam se passado. Entre os resultados, nesse período da pandemia, o índice de mulheres agredidas foi de oito por minuto. A maior prevalência entre mulheres agredidas correspondia às divorciadas e separadas (35%), seguidas das solteiras (30,7%) e casadas (16,8%). A forma de violência com utilização da ofensa verbal esteve presente em 18,6% das situações e lesões físicas como tapas, chutes e espancamentos em 8,7% (CERQUEIRA et al, 2021).

Em relação ao perfil das mulheres, 63,8% referiram ter entre 16 e 34 anos. A maior prevalência foi apresentada pelas mulheres pretas e pardas (52,9%). Os autores da violência foram principalmente os companheiros ou namorados (25,4%), seguidos dos ex-companheiros (18,1%), entretanto, os pais também aparecem em um número significativo representando 11,2% do perfil dos agressores. Assim como a permanência em casa aumentou, 48,8% das violências sofridas foram acometidas no ambiente doméstico (CERQUEIRA et al, 2021).

A precarização das condições de vida foi maior entre as mulheres que estavam ou estiveram em situação de violência entre 2020 e 2021, sendo que 61,8% das mulheres que sofreram violência viram a renda da família diminuir, o que foi 11,4% a mais que as mulheres que referiram não ter sofrido nenhum tipo de violência. As vítimas de violência também sofreram mais com o desemprego, sendo que 46,7% haviam perdido o emprego, 17,2% a mais que as mulheres que não haviam sofrido violência. Em relação à vivência em casa, 68,2% das mulheres vítimas de violência responderam ter observado e vivenciado o aumento dos momentos de estresse relacionado à pandemia (FBSP, 2021).

Quando questionadas sobre as atitudes tomadas depois da violência sofrida, 45% das mulheres referiram não ter feito nada; 35% procuraram a família e os amigos; 28% procuraram alguma forma de denúncia ou ajuda policial, entre elas a denúncia das delegacias da mulher, delegacias comuns, ligações para polícia e canais de ajuda. Entre os principais motivos referidos para a não procura da polícia apareceram as resoluções sozinha (32,8%); o julgamento de não importância suficiente para procurar a polícia (16,8%); não quiseram envolver a polícia (15,3%); acreditavam não ter provas para procurar a polícia (12,6%); tiveram medo do autor da violência se vingar (13,4%); não acreditavam na resolução da polícia (5,6%); e afirmaram ter dificuldade de deslocamento devido à pandemia (2,7%) (FBSP, 2021).

Em relação ao período da pandemia COVID-19, 50,8% das mulheres que foram vítimas de violência acreditam que a pandemia influenciou de alguma forma para a piora da violência sofrida. Quando questionadas sobre os principais fatores de vulnerabilidade que elas

acreditavam existir durante a pandemia, a perda de emprego ou impossibilidade de trabalhar para conseguir uma renda própria apareceu em 25,1% dos relatos. Outros fatores de vulnerabilidade como a maior convivência com o agressor (21,8%); dificuldade de ir até algum serviço da Rede de Proteção à Mulher (9,2%); e dificuldades para encontrar ajuda de outras pessoas (6,9%) também foram citados pelas mulheres em situação de violência (FBSP, 2021).

Em uma análise geral, resultado da pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Datafolha e pesquisa visível e invisível, em média 27,6 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência ao longo da vida no Brasil. A violência provocada pelo parceiro, quando comparada através das diferentes faixas etárias, apresentou prevalência entre 25 e 34 anos e 45 e 59 anos. Quando considerado a violência por escolaridade, o nível prevalente foram os fundamentos (49%), entretanto, o superior ocupou a segunda posição com 43% dos casos (FBSP, 2023).

A Violência provocada pelo parceiro, considerando a existência de filhos, aponta que 44,4% das mulheres que possuía filhos foi vítima ao longo da vida. Além disso, 13,2% das mulheres com filhos relataram ter sofrido privações de recursos básicos como comida, dinheiro e assistência médica. A pesquisa aborda, também, a perspectiva de vitimização das mulheres por faixa etária, escolaridade e presença de filhos ao longo dos anos, considerando as principais formas de violência como insultos, perseguição, espancamentos, ofensa sexual, uso de armas, entre outros (FBSP, 2023).

Correspondente ao ano de 2020, o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança apresentado no Relatório Anuário indicou que houve queda de denúncias nas delegacias de polícia. Desta forma, caíram significativamente os registros de lesão corporal (-7,4%); ameaças (-11,8%); e estupro (-14,1%) considerando todos os Estados Brasileiros. Entretanto, é importante ressaltar que não são todos os Estados que apresentaram queda, o que pode ser evidenciado nos dados referentes à lesão corporal, que manteve aumento de 2019 para 2020 em algumas Unidades Federativas das regiões do Norte e Nordeste, como é o caso de Amapá, Sergipe e Roraima (FBSP, 2021).

Concomitante a queda nos registros policiais, houve, em mesmo período aumento nos números de medidas protetivas de urgência (MPU) concedidas que de 281.941 em 2019, contabilizou 294.440 no ano de 2020. Os chamados realizados à Polícia, referentes a situações de violência doméstica, foram de 596.721 em 2019 para 694.131 ligações realizadas em 2020, conforme relatório do “Visível e Invisível” aplicado em 130 municípios das federações brasileiras (FBSP, 2021).

Em relação ao Estado do Rio Grande do Sul (RS), a Secretaria da Segurança Pública do RS, através do monitoramento dos indicadores de violência contra as mulheres, apresentou 37.381 registros de ameaça, 20.989 registros de lesão corporal, 1.714 registros de estupro, 97 registros de feminicídio consumados e 359 registros de feminicídio tentados, referentes ao ano de 2019 (SPP, 2019).

No relatório do estado do Rio Grande do Sul, do SIP/PROCERGS de 2020, constam 33.623 registros de ameaça, 18.910 registros de lesão corporal, 2.033 registros de estupro, 80 registros de feminicídio consumados e 318 registros de feminicídio tentados. Os mesmos indicadores de monitoramento, apresentados em 2021, apresentam 32.741 registros de ameaça, 18.020 registros de lesão corporal, 2.425 registros de estupro, 96 registros de feminicídios consumados e 255 registros de feminicídios tentados. Em 2022, 263 tentativas de feminicídio, 110 mortes por feminicídio, 31.306 ameaças sofridas, 2.609 casos de estupro e 18.209 ocorrências de lesão corporal (SPP, 2020, 2021, 2022).

Referente aos dados de ameaça sofrida por mulheres no município do Rio Grande/RS, em 2019 contabilizou 670 casos registrados; em 2020 contabilizou 521 casos registrados; em 2021 foram 485 e em 2022 o registro de 440 casos. Em relação ao indicador de lesão corporal, Rio Grande apresentou 470 casos registrados em 2019, 388 casos registrados em 2020, 376 em 2021 e no ano de 2022 ocorreu o registro de 343 casos. Os números de feminicídio no município, registrados, correspondem a dois casos em 2019, dois casos em 2020, 3 casos em 2021 e em 2022 foram 2 casos registrados (SPP, 2019, 2020, 2021, 2022).

No início da pandemia em 2020, a ONU Mulheres divulgou a queda nos registros de denúncias policiais sobre violência contra a mulher. O número de ligações telefônicas para canais de ajuda aumentou, entretanto, os números de boletins de ocorrência registrados foram bem inferiores. Com isso, estabeleceu-se a urgência em adaptação dos Serviços de Atendimento e acolhimento à mulher, para que não houvesse prejuízos por parte das mulheres, para garantia de acesso aos serviços de ajuda e denúncia (FSP, 2021).

Apesar da queda nos registros de boletins de ocorrência em relação à violência feita contra a mulher, seguimos diante de um problema estrutural, agravado pela pandemia, assim como ao longo dos anos também têm sido agravados por outros fatores de vulnerabilidade. Como já enfrentávamos a ineficácia no combate à violência, as condições propostas pela pandemia fizeram ressaltar ainda mais aspectos carentes na rede de atenção à mulher. Entre 2017 e 2021, período anterior e presente à pandemia, alguns fatores não se modificaram, e sim, estão cada vez mais estruturados (FBSP, 2021).

Evidencia-se que apesar do aumento da visibilidade da violência contra a mulher e de ações para o seu enfrentamento, também houve aumento da banalização da situação e uma naturalização da situação perpetuando nas relações afetivas. O aumento estatístico apresentado pelas pesquisas nos últimos anos deve-se tanto ao aumento das ocorrências quanto ao aumento da divulgação de informações sobre o problema. Cada vez mais as mulheres apresentam conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, sobre os canais de Denúncia da violência e das delegacias especializadas no Atendimento à Mulher, porém, sabemos que o problema não se extingue na denúncia (IPG; IPEC, 2022).

A violência doméstica pode atingir qualquer mulher, independentemente de sua classe social, cor, nível de escolaridade ou idade. Entretanto, há segmentos em nossa sociedade que estão mais vulneráveis à violência, assim como demonstram os dados estatísticos. Mulheres negras, índias, lésbicas e transexuais, por questões culturais e socioeconômicas são as principais vítimas em países como o Brasil. Outro perfil, composto por mulheres que moram em lugares isolados, também atingidas pela violência, enfrentam a ainda a dificuldade para o acesso aos pontos de denúncia e a lugares que possam oferecer ajuda (ODARA, 2022; ANTRA, 2022; CTP, 2022).

Desta forma, entende-se que não possa existir um perfil de vítima e de agressor, mas sim, diferentes pessoas que podem compartilhar algumas características e estarem inseridas em um contexto que as coloca em situação de maior exposição à violência e menor acesso à ajuda (ODARA, 2022; ANTRA, 2022; CTP, 2022).

Assim como a violência pode atingir todas as mulheres, sem distinções, os impactos sofridos também são diversos e ampliam-se de forma direta e indireta para diversas outras pessoas que estão próximas à mulher vítima de agressão. É o caso das mulheres grávidas, agredidas durante a gestação e em risco de vida por si e pelo filho. Os filhos já nascidos, que convivem no ambiente doméstico repleto de abusos e agressões, também são atingidos e podem apresentar durante o seu desenvolvimento diversos comprometimentos (SILVA et al, 2022).

Apointa-se que a violência também gera diversos prejuízos para a economia de um País. Os gastos envolvem o sistema de segurança, saúde e justiça, além de colocar milhares de mulheres em situação de faltas e abandono ao trabalho, com erros e comprometimentos na produtividade. Sendo assim, mulheres em situação de violência podem desenvolver diversas doenças e, por essa razão, não basta somente denunciar e manter o agressor afastado, é necessário, também, amparar a mulher em sua saúde física, mental e de seu restabelecimento financeiro, moral e social (ONU, 2017; IPG; IPEC, 2022).

São nestes mecanismos de amparo à mulher, que precisamos da eficácia nos serviços de proteção à mulher e na garantia da Lei. Entretanto, se faz necessário compreender a estruturação desses serviços e, principalmente da Rede de Enfrentamento e Atendimento à Mulher, identificar suas potencialidades e falhas no que tange acolher a mulher e considerar suas necessidades durante todo o período de enfrentamento à violência.

3.3 Rede de Enfrentamento a Violência: mecanismos de defesa no combate à violência contra a mulher

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, estabeleceu a criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dar origem aos Juizados de Violência e garantir as medidas de assistência e proteção às mulheres. Com sua criação, ela possibilita a compreensão e paridade nos conceitos das formas de violência e âmbitos que são contemplados pela justiça (BRASIL, 2006; GIMENES; ALFERES, 2020).

A violência ocorrida no âmbito da unidade doméstica, compreendida onde há o convívio de pessoas de forma permanente e ocorre mesmo que elas tenham ou não vínculo familiar, incluindo as esporadicamente agregadas. O âmbito familiar compreende a unidade “formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (BRASIL, 2006). A lei também contempla a violência que ocorre em qualquer tipo de relação íntima que seja de afeto, em que o agressor tenha convivido ou ainda conviva com a mulher, independente de coabitação e independente de orientação sexual (BRASIL, 2006; GIMENES; ALFERES, 2020).

No âmbito da Lei, a violência doméstica ou familiar será caracterizada quando a ação ou omissão for dirigida exclusivamente a mulher, sendo baseada no gênero. O termo gênero, base da violência, é uma representação de poder, superioridade e dominação do homem em relação da mulher, cuja decorrência entre os sexos tem origem nos aspectos históricos, psicológicos, sociais, econômicos e outros. Desta forma, a lei considera a violência de gênero como uma forma de violência contra a mulher, sendo esta última uma forma de violência doméstica (BRASIL, 2006, 2019).

Esta delimitação é utilizada para que se estabeleça o que é objeto da Lei Maria da Penha, no que se refere violência contra a mulher, não cabendo toda e qualquer violência. Esta explanação é importante tanto para que a sociedade tome conhecimento, quanto para que os profissionais atuantes nos serviços da Rede de Atendimento à Mulher possuam adequada orientação (GIMENES; ALFERES, 2020).

Em relação aos diferentes perfis de mulheres para quem se aplica a Lei Maria da Penha, considera-se as mulheres transexuais; empregadas domésticas quando analisadas violência que ocorreram no espaço caseiro e com relação de gênero e íntima relação de afeto; menores de idade com superposição de normas protetivas incidindo o Estatuto da Criança e Adolescente; mulheres em relação homossexual; mulher agredida pela ex-namorada do agressor(ora) quando analisado criteriosamente e em caso de hipótese de violência decorrida justamente do rompimento; e ex-esposas desde que violência contemple a motivação na relação de gênero (BRASIL, 2006, 2019).

A Lei prevê a implementação do atendimento policial especializado para o registro da ocorrência de violência doméstica ou familiar contra a mulher. Este serviço policial especializado corresponde às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Estes serviços seguem as atribuições previstas pela Lei Maria da Penha e somam-se a diversos outros serviços especializados no atendimento à mulher. A integração e interpelação destes serviços compõem a Rede de Atendimento e Enfrentamento a violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

A atenção integral e articulada à mulher em situação de violência doméstica e familiar está pautada no princípio de um atendimento em Rede. O trabalho em Rede se faz necessário para mudar a realidade de desarticulação e fragmentação no atendimento à mulher. A definição da Rede de Atendimento à Mulher refere-se à atuação de instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade. O objetivo da Rede é qualificar o atendimento, identificar necessidades e promover melhorias no encaminhamento de mulheres em situação de violência. Além disso, há atenção no desenvolvimento de estratégias que venham corroborar com a prevenção da violência. Diante de uma necessidade de dar um sentido mais amplo à Rede de Atendimento, em 2010 foi adotada a nomenclatura Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. (BRASIL, 2011).

A evolução no número dos serviços especializados no atendimento à mulher foi evidenciada não só pela incorporação de mais serviços integrados, mas também, pela instalação de mais serviços já existentes em diferentes regiões do Brasil. Um dos principais serviços de atendimento especializado que se difundiram após 2006, sob o efeito da Lei Maria da Penha, foram as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). (BRASIL, 2011).

As DEAMs surgiram como uma confirmação da necessidade de criação de um local para atendimento das necessidades de um grupo específico. Antes da Lei nº 11.340/2006 e da ampliação das DEAMs, os crimes de violência contra as mulheres eram pagos com cestas básicas e prestação de serviços. Dessa forma, o serviço representou uma inovação institucional

de invenção brasileira, que atuaria como local de informação, escuta, orientação, aconselhamento e encaminhamento jurídico (BRASIL, 2010).

De acordo com o registro mais recente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, 23 cidades gaúchas possuem DEAM instaladas, sendo que destas apenas duas constam registradas como atendimento de plantão 24h. O projeto Sala das Margaridas está presente em 49 cidades e constituem espaços de acolhimento, escuta sensível, orientação e encaminhamento dentro dos DEAMs. O objetivo da sala é tornar o momento do registro da denúncia mais reservado e acolhedor. Os Postos policiais de atendimento à mulher (PPAM) contabilizam 12 unidades em diferentes cidades do estado (SSP, 2022).

Com sua expansão, as DEAMs contribuíram para a visibilidade do problema da violência de gênero e passaram a ser reconhecidas como um local de ajuda. Suas diretrizes reiteram sobre a formação dos profissionais policiais, que devem acolher as mulheres em situação de violência, com atendimento sem qualquer forma de preconceito ou discriminação (ARAÚJO et al, 2019; FBPS, 2020).

O funcionamento das DEAMs está pautado em Decreto Nacional, com atribuições designadas pela Lei nº 5.467. Entretanto, o registro das ocorrências varia de acordo com os Decretos, Resoluções e Portarias de cada Estado. A articulação das DEAMs com os demais serviços da Rede também varia de uma delegacia para a outra, dependendo em grande parte dos contatos da delegacia e a falta de protocolo, ou conhecimento dele, para encaminhamentos da mulher (BRASIL, 1986, 2010, 2021).

O Percurso do atendimento pode depender do tipo de queixa que a mulher irá registrar e das suas vontades, mas todos os casos seguem determinado padrão. A denunciante chega até a delegacia, é encaminhada para prestar queixa que será registrada no computador por um agente escrivão. Este agente observa qual o motivo da queixa, ou seja, qual a violência descrita pela mulher e a registra (SOUZA, 2020).

Após escuta e registro é gerado o Boletim de Ocorrência e são colhidas provas para esclarecimentos; realizadas as solicitações de medidas protetivas para as mulheres que desejarem, com concessão avaliada em até 48 horas; determinação de realização do exame de corpo de delito em situações necessárias; intimação e escuta do agressor e testemunhas e, por fim, a instauração do inquérito policial, o qual é remetido ao juiz e ao ministério público (SOUZA, 2020).

Para o monitoramento das mulheres que após o registro da denúncia solicitaram ou já estão com o deferimento das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), foram criadas as Patrulhas Maria da Penha. Mais de 100 cidades do Estado do Rio Grande do Sul disponibilizam

esse serviço que atua no registro das ocorrências, na realização de palestras educativas e de prevenção e na prisão de agressores que descumprem as Medidas Protetivas de Urgência (BM, 2021).

As DEAMs não se configuram apenas como instituições criminais, mas, também, como locais que devem oferecer apoio e escuta sensibilizada. Entretanto, existem fragilidades nesses atendimentos, seja por falta de profissionais adequados para desempenhar determinadas funções, ou pela exiguidade destes, tornando o atendimento precário (FRUGOLI et al., 2019).

A literatura aponta a sensibilidade dos profissionais responsáveis pelo atendimento como fatores que influenciam no serviço prestado. A sensibilização desses profissionais geralmente acontece via cursos e nem sempre os conscientiza e os prepara para que desenvolvam uma escuta sem juízos de valor e conteúdos morais. Muitas vezes, os profissionais se mostram apáticos às narrativas e centram seu atendimento em identificar se houve violência, defini-la, registrá-la e explicar a mulher denunciante como se dará o prosseguimento da ocorrência, ou seja, um atendimento mais objetivo (ARAÚJO et al, 2019)

Os profissionais atuantes nas DEAMs precisam estar preparados e qualificados para prestarem escuta sensível às mulheres que chegam à delegacia para desabafar e compartilhar suas dificuldades. A falta, que pode acontecer, de uma equipe multidisciplinar presente nas DEAMs corrobora para que os profissionais que registram as queixas e fazem os encaminhamentos processuais não saibam realizar o acolhimento às demandas trazidas pelas mulheres, voltando sua atuação para um comportamento mais objetivo, guiando a mulher a manter o foco no relato do momento da violência para defini-la e registrar o previsto pelos Boletins de Ocorrência (CAVALER; MACARIRI, 2020).

Para a complementaridade dos registros de ocorrência policial, em 2020 foi publicada a Resolução Conjunta nº 5 que instituiu o Formulário Nacional de Avaliação de Risco no Âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público. Trata-se de um novo instrumento de enfrentamento à violência contra as mulheres, que visa identificar os fatores que indiquem o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência doméstica e familiar. Ele é preenchido pela própria mulher e amplia os questionamentos que não são verificados pelos Boletins de Ocorrência (BRASIL, 2021). O formulário apresenta perguntas que apreendem o contexto e a situação de vida que as mulheres se encontram no momento da denúncia, que poderá contribuir para melhor visualização das suas necessidades.

3.4 As expectativas e necessidades das mulheres que procuram as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

A concepção de violência e as formas de reagir e resistir a ela são processos distintos vividos pelas mulheres que se encontram nessa situação. De acordo com suas singularidades, estabelecem o que interpretam por violência e quais os limites que podem ser suportados. As estratégias utilizadas para resistirem ou para enfrentarem a violência doméstica e familiar envolve uma complexa interação entre seu contexto de vida e familiar, seus desejos íntimos, suas necessidades e dificuldades (SANEMATSU, 2019).

Os motivos mais apontados que levam as mulheres a optarem pelo silêncio e corroboram para sua permanência na relação violenta estão associados à dependência financeira, dependência afetiva, falta de apoio familiar, medo de perder a casa e a responsabilização pela preservação da família e do crescimento dos filhos com a presença do pai. Existem contextos nos quais a mulher silencia por se não visualizar outras expectativas para sua vida, ou, ainda, se culpa acreditando que seu comportamento é o responsável pela violência que sofre (DIAS, 2019).

A codependência nas relações de afeto é outro fator que contribui para a sustentação da relação violenta. A violência passa a ser rotineira e a forma de comunicação agressiva é normalizada entre a mulher e seu agressor. Conforme esta rotina se instala, os sentimentos de não conseguir sair da relação e a esperança pela mudança do agressor se intensificam. Assim, há mulheres que suportam por anos uma trajetória de vida marcada pela violência (FABENI et al 2015; SAFFIOTI, 2015, SILVA; SILVA, 2020).

A dependência de álcool e outras drogas é apontada como outro fator desencadeante. Muitas mulheres veem no consumo os motivos pelos quais seus companheiros mudam de humor e tornam-se agressivos. Neste cenário, pode haver a crença que sem a presença do álcool e das drogas não haveria episódios de violência na relação. Muitas vítimas e agressores passam a justificar o comportamento agressivo devido ao álcool e ao estresse, ou até mesmo como necessidade punitiva e demonstração de afeto (SOUZA; SILVA, 2019; OLIVEIRA; PACHU, 2022).

O desconhecimento da Lei Maria da Penha e dos direitos da mulher em relação a sua proteção, ou até mesmo a descrença de que a Lei punirá e afastará seu agressor, também contribuem para a limitação na perspectiva de mudança de vida. Além disso, muitas mulheres se sentem sozinhas, afastam-se de seus amigos e familiares por imposição do seu agressor. Ou, então, sentem que são deixadas de lado pelos mesmos, por serem consideradas culpadas e responsáveis pela situação em que se encontram (DATASENADO, 2021).

Trata-se de uma situação que envolve uma teia complexa de fatores que se associam e se agregam. A presença de um ou mais fatores, que contribuam para a permanência na relação violenta, estará associada aos desejos e perspectivas da mulher em relação a sua vida. Para que a pessoa que convive em uma relação violenta consiga interromper a situação é necessário, todavia, que haja o desejo da mudança e o apoio necessário (SILVA; SILVA, 2020).

O desejo de mudança e enfrentamento da violência é necessário, porém, não é o único fator capaz de interromper a violência. Para isso, as mulheres precisam contar com o amparo no atendimento às suas necessidades. Ao procurarem amparo policial as mulheres levam consigo comportamentos e expectativas distintas, sendo considerado uma questão complexa ao serviço compreender suas intenções e interesses (SILVA; SILVA, 2020).

Não existe uma única causa para que a mulher procure uma DEAM, mas sim motivos diversos, que se alternam de acordo com cada situação e contexto ao qual se encontram. A intenção ao procurar este serviço será individualizada e caracterizada pela forma como a mulher quer solucionar o seu problema, seja na criminalização do agressor ou na conciliação com ele. Muitas mulheres se dirigem para essas instituições apenas para se informar sobre como ocorre a queixa e quais as consequências que isso irá causar. Outras, fazem o B.O, mas não querem seguir com a denúncia. Também existem as que chegam decididas a criminalizar o caso, porém, depois de um tempo voltam desejando retirar a queixa (MAFFEI; MARCOS; PALUDO, 2020).

Algumas mulheres estão realizando a queixa pela primeira vez e outras já instauraram vários inquéritos. Algumas o fazem logo após o evento agressivo, enquanto outras conviveram com a violência por muito tempo até a decisão de formalizar a denúncia. Há casos em que mesmo sofrendo agressões por vários anos as mulheres não se sentem encorajadas a procurar uma DEAM, sendo que seus casos só se tornam inquéritos policiais porque vizinhos ou familiares denunciam. As que prestam queixa por vontade própria podem ser levadas por motivos como livrar-se das agressões, impossibilidade de diálogo entre os dois, medo dos filhos intervirem nas brigas, afastamento do companheiro do lar, entre outros (LIMA; SANTOS, 2022).

Desde sua criação, as DEAMs têm ajudado mulheres a romperem o silêncio e denunciarem a violência sofrida. Porém, a forma como realizam seu atendimento são muitas vezes diferentes das vontades e necessidades que fazem com que a mulher em situação de violência procure ajuda para prestar queixa ou registrar sua denúncia. Há muito a avançar para que o serviço possa conseguir identificar e atender as expectativas e necessidades das mulheres que o procuram (SOUZA; MARTINS, 2021).

4 CONTEXTO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

4.1 Modelo Ecológico da Violência

O Modelo Ecológico da Violência, elaborado por KRUG et al, 2002, sob os auspícios da Organização Mundial da saúde (OMS), é um contexto teórico que permite compreender múltiplas e complexas interações que aumentam as chances de uma pessoa se tornar vítima ou autor de violência. É um modelo de perspectiva interacionista que vê a violência como resultado de interações entre indivíduos, parentesco, sociedade, cultura e ambiente. Por este motivo, foi adotado como referencial teórico para o desenvolvimento desta tese.

Com base nesse modelo, um único fator não é suficiente para explicar, por exemplo, porque alguns casais vivem um relacionamento abusivo, ou porque esse fenômeno é mais comum em certas áreas e não em outras. Assim, trata-se de um quadro que evidencia múltiplas causas da violência, enfatizando as interações que ocorrem dentro da família bem como em contextos sociais, culturais e econômicos. Essencialmente, o modelo Ecológico da Violência ajuda a identificar e rotular os fatores envolvidos na situação de violência em que a mulher se encontra, considerando a análise não apenas dos fatores individuais, mas também do espaço de convivência onde o fenômeno se estabelece e se perpetua em diferentes fases da vida (OMS, 2012).

Esse modelo, previamente utilizado em estudos sobre violência infantil, foi adotado pela OMS em 2002 e adaptado para incluir fatores de risco e proteção em diferentes níveis, com o intuito de melhor compreender o padrão violento de abuso em algumas famílias. Em suma, é um modelo para melhorar a compreensão da violência, identificando as circunstâncias em que esse fenômeno ocorre e, portanto, desenvolvendo estratégias de prevenção e intervenção (OMS, 2012). O modelo considera quatro níveis conforme mostrado na figura 1

Figura 1. Modelo Ecológico da Violência



Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2012.

O **nível individual** comporta tanto os fatores biológicos como os da história de uma pessoa, os quais podem contribuir para que ela se torne uma vítima ou agressora. Os fatores biológicos e demográficos, incluem, entre outros, a idade, o estado civil, a escolaridade e o baixo status econômico/nível de renda. Além desses, devem ser considerados fatores como o abuso de substância química e história prévia de agressão (DALBERG; KRUG, 2007; OMS, 2012).

Cabe destacar que os fatores de risco “baixo status econômico/nível de renda”, que aparecem a nível individual, são indissociáveis da empregabilidade. O emprego associado a geração de renda para mulher sem dúvida propicia uma maior independência financeira. Por outro lado, o desemprego corrobora não só para dependência financeira, mas, também, para dificultar o atendimento das necessidades básicas de todos os membros da família, exacerbando os conflitos conjugais e intrafamiliares em geral (DALBERG; KRUG, 2007; OMS, 2012).

No **nível relacional**, o modelo preconiza a exploração de fatores ligados aos relacionamentos próximos, particularmente, com familiares e/ou companheiros, parceiros íntimos, os quais podem influenciar o comportamento das pessoas no sentido de adentrar em uma situação de vítima ou de agressor. No caso específico das mulheres em situação de violência, cujos dados integram a amostra deste estudo, o modelo enfatiza a importância de não perder de vista certos aspectos negativos favorecidos pela convivência cotidiana com o companheiro, incluindo a natureza repentina da agressão, a gravidade desse evento e a instalação do medo que, muitas vezes, retarda ou impede que a mulher busque ajuda para sair dessa situação (DALBERG; KRUG, 2007; OMS, 2012).

No **nível comunitário** encontram-se os fatores de natureza relacional social, incluindo as relações na escola, no trabalho e na vizinhança. Algumas características são o alto índice de

mobilidade residencial das famílias que, geralmente, mudam-se com frequência; a heterogeneidade entre as mulheres, incluindo mulheres jovens, idosas, gestantes, entre outras. Além disso, a grande maioria são mulheres residentes em comunidades pobres ou regiões afastadas, com alto índice de desemprego e envolvidas com tráfico de drogas (OMS, 2012).

O **nível social** do Modelo Ecológico engloba os fatores macrossociais que favorecem a “aceitação” da violência ou a inibição de ações contra ela. Inclui a desigualdade de gênero, cultura, religião, normas sociais, políticas ou econômicas que criam e sustentam tensões ou divisões entre diferentes segmentos da sociedade. Dentre estes estão inclusos: a cultura que aceita a violência como forma de resolver conflitos; e a aceitação do domínio masculino sobre as mulheres e crianças, as políticas que mantêm altos níveis de desigualdade econômica, social, educacional, entre outras (OMS, 2012).

A OMS (2002) considera que o Modelo Ecológico da Violência permite o entendimento da interação complexa entre os fatores que influenciam na instalação e manutenção da violência entre parceiros íntimos. Com certeza, muitos outros fatores estão envolvidos em uma relação com essas características. Da mesma forma, muitos modelos teóricos tentam descrever e explicar a maneira como esses fatores agem, em diferentes fases da vida de um ser humano, sendo que cada um apresenta limitações e não pode ser aplicado de forma generalizada a todos os tipos de violência. Também há outros fatores como pobreza, isolamento social e abuso de álcool e drogas que constituem-se em fatores de risco encontrados em mais de um tipo de violência. (KRUG et al, 2002)

Para identificar os fatores de risco, a OMS utilizou estudos populacionais transversais, pois estes fornecem um retrato da frequência com que algo ocorre e seus fatores associados, neste caso, à violência. Como resultado desse processo, foram identificados mais de 50 fatores de risco para a violência (OMS, 2012), os quais estão apresentados à Figura 2.

Figura 2. Fatores de risco para a violência praticada pelo parceiro íntimo

Perpetração pelo homem	Vitimização da mulher
NÍVEL INDIVIDUAL	
DEMOGRAFIA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Juventude ▪ Baixo status socioeconômico/nível de renda ▪ Baixo nível de escolaridade ▪ Desemprego 	DEMOGRAFIA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Juventude ▪ Baixo status socioeconômico/nível de renda ▪ Baixo nível de escolaridade ▪ Estado civil: separada/divorciada ▪ Gravidez
EXPOSIÇÃO A MAUS-TRATOS INFANTIS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Violência intraparental ▪ Abuso sexual ▪ Abuso físico 	EXPOSIÇÃO A MAUS-TRATOS INFANTIS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Violência intraparental ▪ Abuso sexual
TRANSTORNO MENTAL <ul style="list-style-type: none"> ▪ Personalidade antisocial 	TRANSTORNO MENTAL <ul style="list-style-type: none"> ▪ Depressão
USO DE SUBSTÂNCIAS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso nocivo de álcool ▪ Uso ilícito de drogas 	USO DE SUBSTÂNCIAS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso nocivo de álcool ▪ Uso ilícito de drogas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceitação da violência ▪ Histórico de prática de abuso 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceitação da violência ▪ Exposição anterior ao abuso/vitimização
NÍVEL RELACIONAL	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disparidade educacional ▪ Parceiros múltiplos/infidelidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disparidade educacional ▪ Número de crianças
QUALIDADE DA RELAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> ▪ Insatisfação conjugal/discórdia ▪ Contendas de papéis do gênero ▪ Duração do casamento 	QUALIDADE DA RELAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> ▪ Insatisfação conjugal/discórdia
NÍVEL COMUNITÁRIO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disparidade educacional ▪ Parceiros múltiplos/infidelidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disparidade educacional ▪ Número de crianças
QUALIDADE DA RELAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> ▪ Insatisfação conjugal/discórdia ▪ Contendas de papéis do gênero ▪ Duração do casamento 	QUALIDADE DA RELAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> ▪ Insatisfação conjugal/discórdia
NÍVEL COMUNITÁRIO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceitação dos papéis tradicionais de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceitação dos papéis tradicionais de gênero
CARACTERÍSTICAS DA VIZINHANÇA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alta proporção de pobreza ▪ Alta proporção de desemprego ▪ Alta proporção de analfabetismo masculino ▪ Aceitação da violência ▪ Alta proporção de domicílios usando punição corporal 	CARACTERÍSTICAS DA VIZINHANÇA <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alta proporção de pobreza ▪ Alta proporção de desemprego ▪ Alta proporção de analfabetismo masculino ▪ Aceitação da violência ▪ Baixa proporção de mulheres com alto nível de autonomia ▪ Baixa proporção de mulheres com alto nível de escolaridade
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sanções comunitárias fracas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sanções comunitárias fracas
NÍVEL SOCIAL	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentação do divórcio pelo governo ▪ Ausência de legislação sobre a violência praticada pelo parceiro íntimo no âmbito do casamento ▪ Lei protetora do casamento
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Normas de gênero tradicionais e normas sociais que toleram a violência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Normas de gênero tradicionais e normas sociais que toleram a violência

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2012.

O principal objetivo desse Modelo Ecológico é identificar os fatores e subsidiar a discussão acerca de suas múltiplas e complexas interações, visando promover conhecimento para o desenvolvimento de políticas e programas de prevenção e intervenção à violência. Apesar de, em um primeiro momento, a proposta pareça generalizar fatores e apresentá-los de forma sucinta, ela possui uma abordagem de saúde pública muito abrangente, que não considera

somente os riscos, mas também as normas, as crenças, os sistemas sociais e econômicos que favorecem a ocorrência da violência (WHO; PAHO, 2012).

Um mesmo fator pode estar em interação com outros fatores dentro de um mesmo nível ou em níveis diferentes. Estes pontos se aproximam dos objetivos desta tese, pois, este estudo considera a importância de considerar características que podem ou não se associarem aos fatores apresentados no Modelo. A percepção que se cria de como eles reúnem-se e influenciam no comportamento de vida das pessoas possibilita a compreensão de pontos exatos em que poderiam ser implementadas intervenções que viriam a interromper o ciclo de violência (WHO; PAHO, 2012).

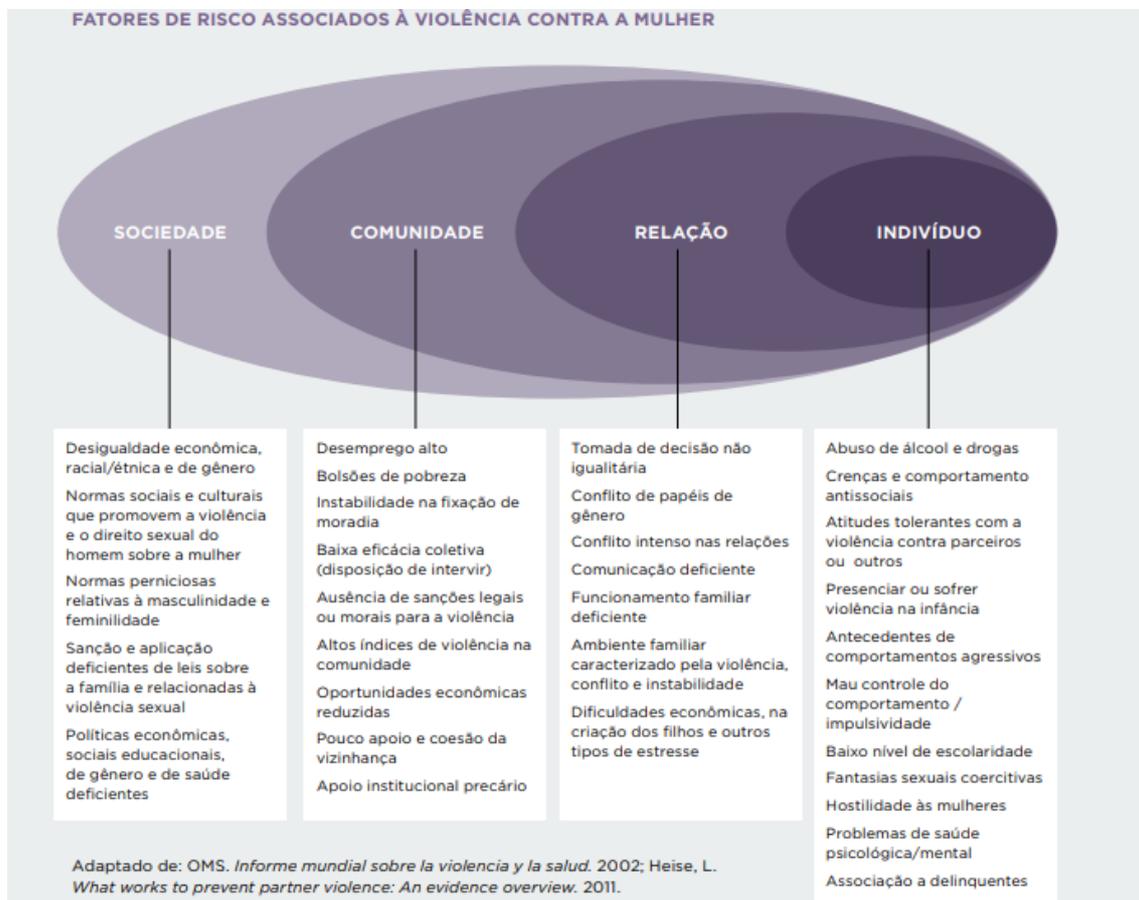
Apesar de uma maior clareza sobre os fatores associados à violência serem possíveis através de estudos longitudinais, por considerar a perspectiva de tempo e como as experiências relacionam-se em várias etapas da vida de uma pessoa, a própria OMS (2012) reconheceu a carência desse tipo de estudo e utilizou estudos transversais, em sua maioria, para a adaptação e formulação do Modelo que, por sua vez, possibilitou conhecer a frequência com que os fatores ocorreram (OMS, 2002; WHO; PAHO, 2012).

A maioria dos fatores de risco, relacionados à violência pelo parceiro íntimo, identificados pela OMS, concentram-se no nível individual, seguidos pelo relacional e comunitário, com pouca abordagem ainda no social. Algumas questões aparecem com maior frequência como o baixo nível de escolaridade, a violência interpaparental e abuso sexual na infância, a aceitação a violência e a exposição anterior ao abuso ou situação de vitimização, insatisfação conjugal, regulamentação do divórcio pelo governo, lei protetora do casamento e a ausência de legislação sobre a violência praticada pelo parceiro íntimo no âmbito do casamento (WHO; PAHO, 2012).

O Modelo, além de possibilitar a compreensão sobre as características de nível individual e relacional, alvo desta tese, também nos fornece pistas para intervenções em cada nível de interação. Isso porque as ações preventivas e de intervenção devem considerar que os fatores de risco e de proteção são diferentes de acordo com o contexto em que ocorre a violência. Devido a isso, a identificação dos fatores considerando cada situação é essencial para planejar a abordagem em relação às associações mais frequentes (WHO; PAHO, 2012).

A prevenção de todas as formas de violência, o enfoque de grupos mais jovens, a redução do uso de álcool, o aumento do acesso das mulheres à educação, modificação de leis que contribuem para discriminação de mulheres, implementação de políticas que considerem a equidade de gênero, a redução da aceitação da violência e as suas necessidades, podem ser considerados fatores modificáveis e alvo de ações globais primárias (WHO; PAHO, 2012).

Figura 3 - Fatores de risco associados à violência contra a Mulher



Fonte: OPAS/OMS (2015).

Aplicado a este estudo, o modelo irá auxiliar para uma melhor compreensão das características das mulheres em situação de violência no município. As variáveis do estudo relacionam-se com o nível individual (idade, escolaridade, vínculo com o agressor, filhos e tempo de convivência com o agressor), conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Relação entre as variáveis do estudo e o Modelo Ecológico.

Agressor: Homem	Vítima: Mulher
NÍVEL INDIVIDUAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Educação (escolaridade) • Estado Civil (Vínculo com o agressor) 	
NÍVEL RELACIONAL	
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de filhos • Duração do Casamento (Tempo de convivência com o agressor) • Qualidade da relação/insatisfação conjugal/discórdia 	

Fonte: Elaboração da autora, 2023

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo de Estudo

Estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa que, através de análises estatísticas, visou possibilitar uma maior visibilidade das características de usuárias de um serviço local especializado no atendimento de mulheres que convivem diariamente com um problema da violência. Trata-se de um estudo alinhado especialmente com os objetivos 3, 5 e 16 do desenvolvimento sustentável, os quais preconizam respectivamente: “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”; “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”; “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015, 2022).

Este estudo está vinculado ao macroprojeto competências parentais em território vulnerável: estudo de intervenção na perspectiva da resiliência, do Grupo de Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde (GEPEFES), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

5.2 Local do Estudo

O município onde o estudo foi realizado tem uma população estimada de 212.881 pessoas em uma área territorial de 2.698,077km². Em 2020, o salário médio da população mensal era de 3.4 salários-mínimos, com 21,7% da população empregadas em relação à população total (IBGE, 2021). As principais atividades econômicas atuais do município correspondem a administração pública, a fabricação de adubos e fertilizantes e ao comércio varejista de supermercados (CARAVELA, 2023).

Em relação aos principais Serviços da Rede de Atendimento à Mulheres em situação de violência, o município conta com uma DEAM, uma casa de acolhimento para mulheres em situação de violência, uma Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, um Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, uma Vara de Violência Doméstica, entre outros serviços especializados e não especializados das áreas da saúde, justiça, segurança pública e assistência social.

O serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência, local da coleta de dados deste estudo, foi criado em 2009. Anteriormente, desde 1991, o serviço já funcionava

como Posto Policial para mulheres. O atendimento realizado pelo serviço inicia com o acolhimento da mulher, seguido da escuta da queixa, realização do boletim de ocorrência (BO), identificação do agressor e sua busca e amparo judicial. No momento da queixa são ofertadas as possibilidades de efetivar uma ação judicial contra o agressor e de solicitar medidas protetivas contra ele.

5.3 Amostra do Estudo

Os dados analisados nesta pesquisa são de natureza secundária (HAIR et al, 2018), tendo sido selecionados a partir de um banco de dados principal e inédito (N = 2.273) referente ao projeto “A paternidade no contexto da violência intrafamiliar: estratégias para o trabalho de enfermagem”, pertencente ao Grupo de Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde (GEPEFES), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O banco de dados principal possui casos anos de 2016 e 2017, 2019 e 2020. O ano de 2018 não foi disponibilizado pelo serviço de proteção. Extraídas deste banco de dados principal, as duas amostras independentes coletadas para utilização nesta pesquisa estão assim definidas: (1) mulheres que declararam sofrer violência do companheiro (amostra 1 = 139 mulheres); e, (2) mulheres que declararam sofrer violência do ex-companheiro (amostra 2 = 163 mulheres). Todas as 302 mulheres (somando ambas as amostras) que buscaram ajuda (Araújo et al, 2019) se autodeclararam brancas e naturais do município do município onde foi realizado o estudo (RS, Brasil). As amostras estão assim caracterizadas: a amostra 1 é composta por mulheres com idades variando de 18 à 68 anos (M = 35,12; DP = 11,16), com escolaridade variando de 0 à 16 anos de estudo (M = 9,46; DP = 3,14), vivendo com o agressor entre 0 à 45 anos de convivência (M = 10,59; DP = 8,69) e com um total de 0 a 7 filhos (M = 1,53; DP = 1,16); a amostra 2 é composta por mulheres com idades variando de 19 a 64 anos (M = 32,23; DP = 9,26), com escolaridade variando de 0 à 16 anos de estudo (M = 9,99; DP = 2,74), vivendo com o agressor entre 0 à 38 anos de convivência (M = 8,87; DP = 6,92) e com um total de 0 à 4 filhos (M = 1,36; DP = 0,68).

5.4 Coleta de dados

A realização das coletas para o banco de dados principal ocorreu em três momentos distintos: (1) 2018 foram coletados os dados de 2016 e 2017; (2) 2021 foram coletados os dados de 2020; e, (3) 2022 foram coletados os dados de 2019.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário semi-estruturado constituído de 52 questões divididas em três partes conforme as informações disponíveis nos Boletins de Ocorrência (BOs): I - Identificação da Vítima, II - Identificação da Violência e III - Identificação do Agressor. Os BOs são os documentos oficiais registrados nos serviços especializados de proteção a mulher em situação de violência, que possuem as informações da denúncia de violência realizada.

Os procedimentos para selecionar a amostra neste estudo: (1) selecionar entre os 2.273 casos, aqueles que possuíam informações completas em relação as variáveis de interesse deste estudo e que a vítima fosse do sexo feminino. Nesta primeira etapa de seleção o n final foi de 428 casos; (2) selecionar entre os 428 casos, todos que fossem de mulheres brancas, naturais do município onde este estudo foi desenvolvido, que sofreram violência praticada pelo companheiro ou ex-companheiro. Nesta segunda etapa o n final foi de 302 casos.

Cabe salientar que as mulheres que se autodeclararam pretas não foram selecionadas para este estudo devido ao seu número pouco expressivo após a aplicação do critério “informações completas”. Não se quer com isso afirmar que elas não sofram violência ou diminuir a importância de se explorar a violência contra a mulher autodeclarada preta. O número expressivo de informações incompletas comprometeu o uso de uma amostra mais ampla para o estudo. A qualidade do registro feito pelo serviço é um ponto que se evidencia antes mesmo da análise e que já se mostra como importante para pensar na qualificação do serviço.

5.5 Análise de dados

O Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 25.0 (IBM Corp, 2017) foi utilizado na análise dos dados desta pesquisa. Os dados foram tratados através de estatísticas uni (média, desvio padrão), bi (ANOVA a um fator) e multivariada (análise de cluster hierárquico e Regressão).

Para a responder ao primeiro objetivo específico desta tese foram realizados procedimentos estatísticos descritivos. Este procedimento permite um retrato da clientela, considerando as características de nível individual e relacional (idade, escolaridade, vínculo com o agressor, filhos e tempo de convivência com o agressor).

Para responder ao segundo objetivo específico desta tese foram realizadas medidas de tendência central (média, moda e mediana) e medidas de dispersão (desvio e erro-padrão). O objetivo da medida de tendência central é encontrar um valor que resuma a variabilidade de um conjunto de dados. Já o objetivo das medidas de dispersão corresponde à apreensão da variabilidade dos escores em torno da média. Auxilia na interpretação sobre o quanto os casos são semelhantes ou diferentes entre si, frente à variável de interesse. Posteriormente, foi utilizada a análise de correlação. A análise de correlação é uma técnica de análise de dados que avalia a associação entre duas ou mais variáveis. Por fim, para avaliar o quanto as variáveis estão, de fato, correlacionadas foi utilizada a análise do tamanho do efeito. O tamanho de efeito da correlação explicita o quanto de variância compartilhada duas variáveis apresentam entre si.

Para o responder o terceiro objetivo desta tese, inicialmente, os 302 casos selecionados foram divididos em duas amostras: a primeira constituída de mulheres que declararam violência do companheiro (n = 139); a segunda formada de mulheres que declararam violência praticada pelo ex-companheiro (n = 163). O procedimento estatístico utilizado foi a análise de cluster hierárquico (o qual permite que os dados se comportem de forma aleatória, o que torna possível a identificação de forma livre do ordenamento e alocação das observações), realizado com variáveis quantitativas (pré-requisito fundamental para esta análise). Trata-se de uma estatística multivariada robusta (PESTANA; GAGEIRO, 2014), na qual calcula-se, fundamentalmente, o dendrograma. Este procedimento identifica grupos relativamente homogêneos de casos (ou variáveis), usando um algoritmo que começa em cada caso (ou variável) em um cluster separado e combina clusters até restar apenas 1. Pode-se analisar variáveis brutas, ou pode-se escolher entre uma variedade de transformações de padronização.

5.6 Aspectos Éticos

Como referido anteriormente, esta tese está vinculada ao macroprojeto desenvolvido no GEPEFES, o qual possui uma certificação emitida pelo Comitê de Ética e Pesquisa na Área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande/FURG-RS, sob CAAE: 62448616.0000.5624. Além disso, foi aprovado a liberação do local de estudo e coleta de dados, o serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência, da cidade onde ocorreu o estudo. Foram respeitados todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo são apresentados no formato de três artigos científicos, os quais correspondem a cada um dos objetivos específicos deste estudo. O primeiro intitulado “Características de mulheres em situação de violência que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção”: um estudo considerando o Modelo Ecológico da Violência”, responde ao primeiro objetivo específico desta tese. Trata-se de um artigo formatado, de acordo com as normas disponibilizadas no site: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/onlinesubmission>

O segundo artigo, intitulado “Tempo transcorrido entre a violência e a denúncia: um estudo descritivo, comparativo e associativo com uma amostra de mulheres que acessaram um serviço especializado de proteção”. Este artigo apresenta as respostas ao segundo objetivo específico desta Tese e teve como referência para sua formatação as normas disponibilizadas no site: <https://www.scielo.br/journal/rgenf/about/#instructions>

O terceiro artigo, com o título “Perfil de mulheres que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção: um estudo de cluster hierárquico”, corresponde ao terceiro objetivo deste estudo. Em sua elaboração foram seguidas as normas de publicação encontradas no site: <https://www.scielo.br/journal/rlae/about/#instructions>

Estes três produtos da Tese de doutoramento estão esquematizados nas **Figura 4**, **Figura 5** e **Figura 6**

Figura 4 - Esquema do Artigo 1

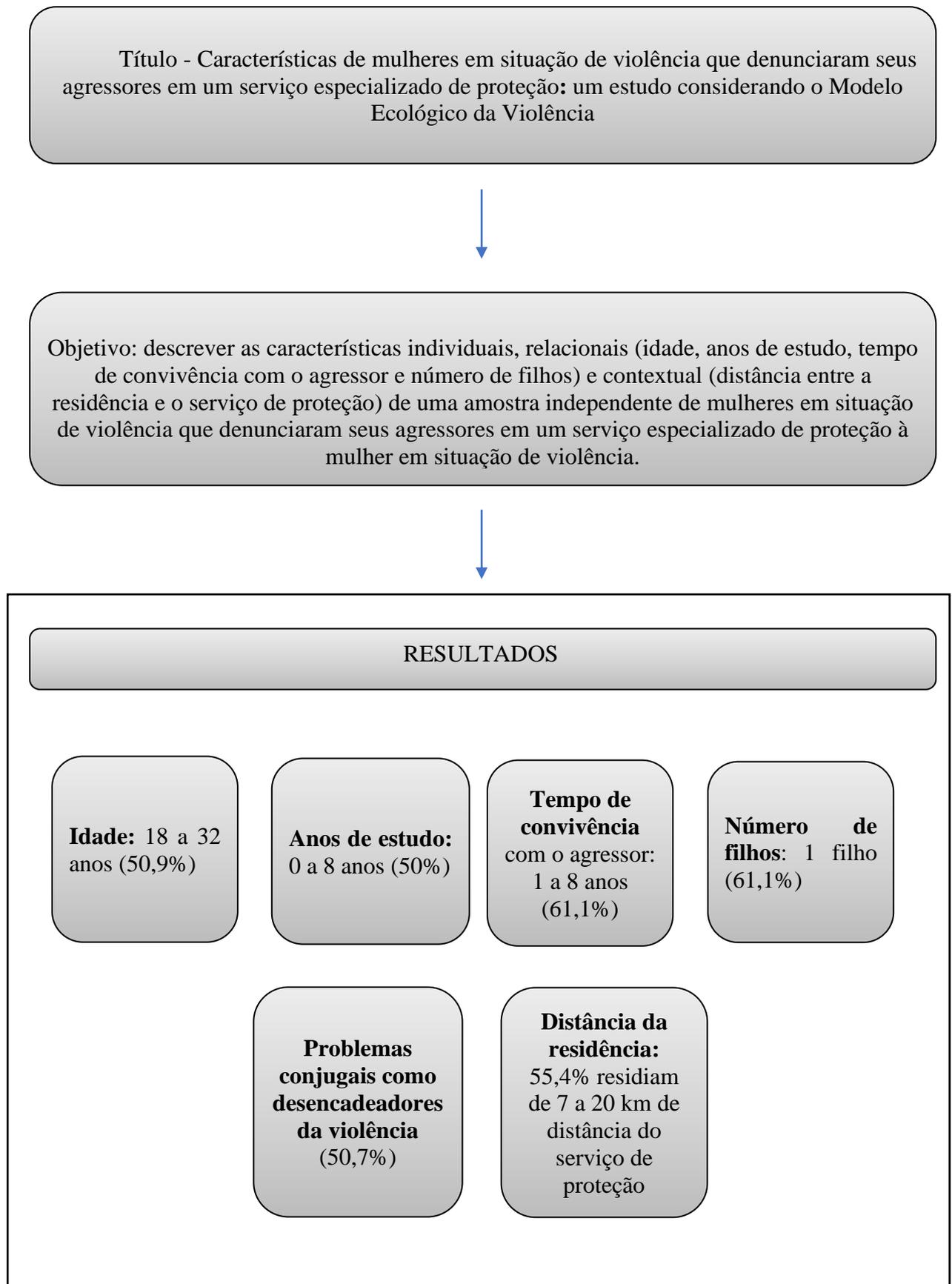


Figura 5 - Esquema do Artigo 2

Título – Tempo transcorrido entre a violência e a denúncia: um estudo descritivo, comparativo e associativo com uma amostra de mulheres que acessaram um serviço especializado de proteção.



Objetivo: analisar o nível de associação entre o tempo transcorrido para realização da denúncia e as características individuais e relacionais (idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos) de mulheres que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher.

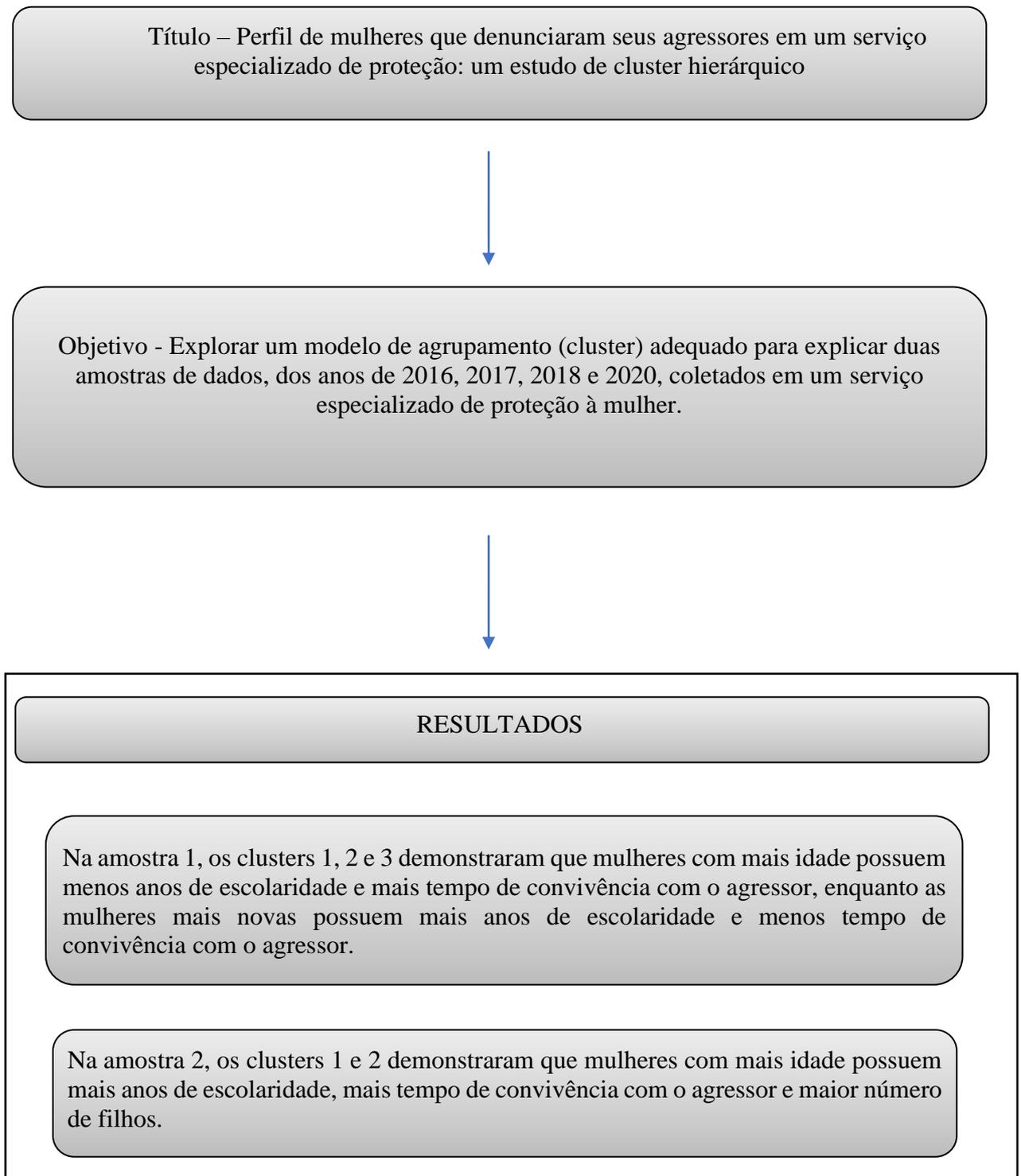


RESULTADOS

O perfil típico que leva mais tempo para denunciar o agressor, na amostra estudada, foi de mulher de 27 a 32 anos, mais de 12 anos de estudo, maior tempo de convivência com o agressor e com 1 ou 2 filhos.

As mulheres com menor faixa etária (18 a 26 anos) (média 56,25h), 9 a 11 anos de estudo (média 64,96h), menor tempo de convivência com o agressor (1 a 4 anos) (média 31,38h) e sem filhos (média 38,33h), foram as que denunciaram mais rapidamente seus agressores.

Apesar de existirem diferenças reais entre as mulheres, a associação com significância estatística foi evidenciada em relação ao tempo de convivência com o agressor.

Figura 6 - Esquema do Artigo 3

6.1 Artigo 1

Características de mulheres em situação de violência, que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção: um estudo considerando o Modelo Ecológico da Violência

Resumo: Objetivo: Descrever as características individuais, relacionais e contextuais de uma amostra independente de mulheres em situação de violência que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência. **Métodos:** o presente estudo utilizou dados secundários de um banco principal. As análises foram realizadas com o Software SPSS versão 25.0. Foram realizadas análises descritivas, com distribuição de frequência das variáveis de nível relacional e individual (idade, anos de estudo, filhos, tempo de convivência com o agressor, situação conjugal). A amostra coletada do banco de dados foi composta por 302 mulheres que se declararam brancas, naturais do município estudado e que haviam sofrido violência do ex ou atual companheiro. Este estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** as mulheres atendidas pelo serviço de proteção possuíam, em 50,9% dos casos, de 18 a 32 anos; 50% tinham de 0 a 8 anos de estudo, o que corresponde de nenhum estudo até o ensino fundamental completo; 56,8% conviviam ou conviveram com o agressor por até 8 anos; 61,1% tinham pelo menos um filho; 50,7% apontaram que havia problemas conjugais entre ela e o agressor; 34,2% residiam até 7km do serviço de proteção, enquanto 55,4% residiam de 7 a 20 km de distância. **Conclusão:** O estudo possibilitou conhecer as características de nível relacional, individual e contextuais das mulheres que haviam realizado denúncia contra violência. Estas características representam alguns dos fatores de risco para violência apresentados pelo Modelo Ecológico da Violência.

Descritores: Violência Doméstica; Violência contra a Mulher; Enfermagem

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno social, complexo, multifacetado, disseminado ao redor do mundo, que se manifesta sob a forma física, emocional, psicológica, sexual ou econômica, praticada majoritariamente pelo parceiro, com a finalidade de assegurar intimidação, poder e controle sobre a mulher. É um problema associado à questão de gênero, que atinge mulheres de todas as idades, raças, culturas, religiões e condição econômica e, constituindo-se em uma violação dos seus direitos ⁽¹⁾.

A violência vivenciada pelas mulheres é um problema de saúde pública com repercussões graves sobre a saúde física e mental, que representam impactos sociais e econômicos sobre as mulheres, famílias e comunidades. Com esta pesquisa, trazemos contribuições sobre as características dos fatores relacionados à violência praticada contra as mulheres em um município no sul do Brasil ⁽²⁾.

As características estudadas neste estudo são norteadas pelo Modelo Ecológico da Violência. Trata-se modelo de perspectiva interacionista que vê a violência como resultado de

interações entre indivíduos, parentesco, sociedade, cultura e ambiente. Assim, trata-se de um quadro que evidencia múltiplas causas da violência, enfatizando as interações que ocorrem dentro da família bem como em contextos sociais, culturais e econômicos. Essencialmente, o Modelo Ecológico da Violência ajuda a identificar e rotular os fatores envolvidos na situação de violência em que a mulher se encontra, considerando a análise não apenas dos fatores individuais, mas também do espaço de convivência onde o fenômeno se estabelece e se perpetua em diferentes fases da vida ⁽³⁾.

O nível individual comporta tanto os fatores biológicos como os da história de uma pessoa, os quais podem contribuir para que ela se torne uma vítima ou agressora. Os fatores biológicos e demográficos, incluem, entre outros, a idade, o estado civil e a escolaridade ^(3,4,5). No nível relacional, o modelo preconiza a exploração de fatores ligados aos relacionamentos próximos, particularmente, com familiares e/ou companheiros, parceiros íntimos, os quais podem influenciar o comportamento das pessoas no sentido de adentrar em uma situação de vítima ou de agressor. No caso específico das mulheres em situação de violência, cujos dados integram a amostra deste estudo, o modelo enfatiza a importância de não perder de vista certos aspectos negativos favorecidos pela convivência cotidiana com o companheiro que, muitas vezes, retarda ou impede que a mulher busque ajuda para sair dessa situação ^(4,5).

Guiado pela questão norteadora “quais são as características individuais e relacionais (idade, anos de estudo, número de filhos, tempo de convivência com o agressor) e contextual (distância entre a residência e o serviço de proteção) de mulheres em situação de violência que nos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020 denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção?”. O presente artigo objetiva descrever as características individuais, relacionais (idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos) e contextual (distância entre a residência e o serviço de proteção) de uma amostra independente de mulheres em situação de violência que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência.

MÉTODO

Os dados utilizados neste artigo são de natureza secundária ⁽⁶⁾, tendo sido selecionados a partir de um banco de dados principal e inédito (N = 2.273) referente ao projeto “Competências Parentais em Território Vulnerável: Estudo de Intervenção na Perspectiva da

Resiliência”, pertencente ao Grupo de Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde (GEPEFES), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Os dados do banco principal são dos anos de 2016 e 2017, 2019 e 2020. A realização das coletas para o banco de dados principal ocorreu em três momentos distintos: (1) 2018 foram coletados os dados de 2016 e 2017; (2) 2021 foram coletados os dados de 2020; e, (3) 2022 foram coletados os dados de 2019. Os procedimentos utilizados para selecionar, à partir do banco de dados principal, a amostra deste artigo: (1) selecionar dos 2.273 casos: todos que possuíssem informações completas em relação as variáveis de interesse deste estudo e que a vítima fosse do sexo feminino. Nesta primeira etapa de seleção o n final foi de 428 casos; (2) selecionar dos 428 casos: todos que fossem de mulheres brancas, naturais do município onde ocorreu o estudo, as quais sofreram violência do companheiro ou do ex-companheiro. Nesta segunda etapa o n final foi de 302 casos. Todas as 302 mulheres se autodeclararam brancas e naturais do município local do estudo.

O Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 25.0 (IBM Corp, 2017) foi utilizado na análise dos dados desta pesquisa. Os dados foram tratados através de estatísticas descritivas de frequência. O estudo possui uma certificação emitida pelo Comitê de Ética e Pesquisa na Área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande/FURG-RS, sob CAAE: 62448616.0000.5624. Além disso, foi aprovado a liberação do local de estudo e coleta de dados, um serviço da Rede de Atendimento a Mulher em situação de violência, do município local do estudo. Foram respeitados todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016.

RESULTADOS

Aplicado a este estudo, o modelo auxiliou para uma melhor compreensão das características das mulheres em situação de violência no município. As variáveis do estudo relacionam-se com o nível individual (idade, anos de estudo, vínculo com o agressor), e nível relacional (número de filhos e tempo de convivência com o agressor), conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Relação entre as variáveis do estudo e o Modelo Ecológico, Rio Grande, RS, Brasil, 2023.

Agressor: Homem	Vítima: Mulher
NÍVEL INDIVIDUAL	
Demografia	
• Idade (faixa etária)	
• Educação (anos de estudo)	
• Estado Civil (Vínculo com o agressor)	
NÍVEL RELACIONAL	
• Existência de filhos (Número de filhos)	
• Duração do Casamento (Tempo de convivência com o agressor)	

Fonte: Elaboração da autora, 2023

Dos 302 casos descritos, 163 mulheres eram ex-companheiras do seu agressor, enquanto 139 ainda eram companheiras no momento da violência e da denúncia. Com relação aos fatores do nível individual do Modelo Ecológico, neste estudo evidencia-se que não havia grandes diferenças entre as mulheres mais jovens (n=153) e as com mais anos de vida (n=148). Em relação aos anos de estudo, o ensino superior era uma realidade de apenas 29 mulheres. As frequências das variáveis de idade e anos de estudo podem ser melhor observadas através da frequência apresentada em Tabela 1.

Tabela 1. Tabela de frequência por variáveis em estudo – fatores de nível individual. Rio Grande do Sul, Brasil

Variáveis		%
Faixa Etária	18 a 26	28,6%
	27 a 32	22,3%
	33 a 39	26,2%
	40 a 68	22,9%
Anos de Estudo	0 a 8	50,2%
	9 a 11	40,2%
	12 a 16	9,6%

Fonte: Elaboração da própria da autora, 2023.

Em relação aos fatores relacionais, citados pela OMS no Modelo Ecológico e, que estavam disponíveis na amostra deste estudo, observa-se que o maior número de mulheres (n=171) estava ou esteve em convivência de 1 a 8 anos com seu agressor. As mulheres que não possuíam filhos correspondiam a um total de 17 nesta amostra, enquanto 184 possuíam pelo menos 1 filho.

Como os Boletins de Ocorrência não possuíam nenhuma pergunta específica sobre os filhos, é possível que o número seja maior, uma vez que essa informação era obtida lendo o relato da mulher sobre o episódio da violência e, caso ela não referisse o filho, não havia outras formas de verificar a existência ou não de crianças. Além disso, não era possível ter certeza do parentesco da criança com o agressor, sendo outra lacuna existente já que não era alvo de questionamento durante o registro do boletim de ocorrência.

Geralmente o contexto no qual os filhos eram citados correspondiam as seguintes situações: (1) a mulher sofreu violência com a criança no colo; (2) a criança também sofreu violência e (3) a agressão decorreu de uma briga sobre a guarda dos filhos e pagamento da pensão alimentícia. As frequências absolutas podem ser visualizadas na Tabela 2.

Tabela 2. Tabela de frequência por variáveis em estudo – fatores de nível relacional. Rio Grande do Sul, Brasil

Variáveis		%
Tempo de convivência com o agressor	1 a 4	28,9%
	5 a 8	27,9%
	9 a 14	19,3%
	15 a 45	23,9%
Número de Filhos	0	5,6%
	1	61,1%
	2	22,9%
	3 ou mais	10,3%
Qualidade da relação/insatisfação conjugal/discórdia	Conflitos conjugais	50,7%
	Conflitos familiares	36,4%
	Álcool e drogas	5,7%
	Motivos associados	3,6%

Fonte: Elaboração da própria da autora, 2023.

Em continuidade, a tabela 2 traz a qualidade da relação e os fatores de insatisfação que eram vividos pela mulher e o agressor. Os conflitos conjugais (n=153) incluíam: (1) o ciúme do agressor; (2) sua não aceitação sobre o fim da relação e (3) situações de traições e relações extraconjugais. A divergência na criação dos filhos, a disputa pela guarda deles e o pagamento da pensão alimentícia foram citados por 110 mulheres. O uso de álcool e outras drogas por parte do agressor, apontado pela vítima como motivo de brigas e desencadeador da agressão, apareceu em 17 casos como fator único e em 13 casos como associado a outros fatores.

O fator de característica contextual relacionado ao território, apresentados neste artigo, apesar de não ser relacionado pelo Modelo Ecológico, serve como meio para refletir sobre

outros fatores que corroboram para violência e que devem ser alvo de atenção por parte do serviço.

A distância da residência da vítima até o serviço de proteção pode ser observada na tabela 4. Percebendo que a maioria das mulheres mora de 7km a 20km de distância (n=189), pode se pensar que o acesso ao serviço nem sempre é facilitado. É preciso considerar que nem toda mulher sofreu a violência em seu local de domicílio e, portanto, esse dado não define com exatidão o caminho percorrido. De todo modo, ao verificar a distância em km e o tempo que uma pessoa levaria se necessitasse de transporte público, teríamos a estimativa de que 7km corresponde a 50 min, com trecho via transporte e trecho caminhado. Além disso, há dependência dos horários estipulados, para a linha do transporte, entre a residência e o serviço de proteção. Já no caso da residência há 20km, o tempo seria em média de 1h20min, também considerando os horários disponíveis e a necessidade de realizar alguns trechos caminhando.

Tabela 4. Tabela de frequência por variável – distância entre a residência da vítima e o serviço especializado de proteção à mulher, Rio Grande do Sul, Brasil.

Variáveis		% de moradoras
Território 1	Até 3km	28,9
Território 2	3,1km – 7km	8,3
Território 3	7,1km – 10km	26,9
Território 4	10,1km – 15km	10,6%
Território 5	15,1km – 20km	17,9%
Território 6	Mais de 20,1km	7,3%

Fonte: Elaboração da própria autora, 2023

A composição dos territórios, apresentados na tabela 4, segundo o número de bairros é assim descrita: o Território 1 é composto por 9 bairros; o território 2 é composto por 9 bairros; o território 3 é composto por 10 bairros; o território 4 é composto por 8 bairros; o território 5 é composto por 5 bairros e o território 6 é composto por 5 bairros.

DISCUSSÃO

Outros estudos que procuraram evidenciar a relação de seus achados com o Modelo Ecológico da violência concluíram que, a nível individual e no que tange a este estudo, a

escolaridade da mulher foi um fator importante para a perpetuação da violência. Ou seja, quanto menor escolaridade, mais privação econômica e mais dificuldade de deixar a relação abusiva. No nível relacional, o tempo de convivência com o agressor mostrou certa ambiguidade, pois, em relacionamentos onde o tempo de convivência com o agressor foi de anos, havia filhos oriundos da relação e as questões afetivas eram mais enraizadas⁽⁷⁾.

Em relação as características, um estudo realizado no oriente médio, com mulheres de 18 a 60 anos, buscou verificar fatores para determinar a prevalência da violência e conhecer o comportamento na busca por ajuda. A idade média das mulheres que sofreram violência foi de 30,6 anos e, em sua maioria, eram casadas, tinham uma convivência de até 10 anos com o agressor, tinham até 2 filhos, escolaridade secundária e superior. Em relação aos fatores de risco o uso de álcool pelo agressor foi associado significativamente com a violência sofrida⁽⁸⁾.

Estudo realizado em um país asiático, que bordou fatores individuais e comunitários relacionados, trouxe o aspecto cultural como fator fortemente associado à violência. Diante de realidades mais e menos conservadoras, dentro de regiões, grupos, comunidades e famílias, os fatores de níveis individuais podem ser vistos tanto como aspectos para diminuir ou aumentar o risco de violência. Este é o caso da independência da mulher, provindo do financeiro e da escolaridade, onde ao invés de ser um fator que auxiliaria a mulher na interrupção da violência, pode ser visto como algo ameaçador pelo seu agressor⁽⁹⁾.

Conforme foi verificado neste estudo, uma publicação que buscou os motivos das ocorrências policiais de violência contra a mulher em boletins de ocorrência (BO), apresentou um perfil de características individuais formado majoritariamente por mulheres de 31 a 59 anos, com até 8 anos de escolaridade e que conviviam com o agressor⁽¹⁰⁾.

As mulheres que registraram a denúncia eram em sua maioria brancas, com faixa etária de 20 a 39 anos, 8 a 12 anos de estudo, sem filhos e com um tempo aproximado de 6,1 a 7,5 anos de convivência com o agressor. Os dados pessoais faltantes nos registros são evidenciados na literatura, chamando a atenção para o fato de que é mais provável que uma mulher não foi questionada sobre seus dados (uso de substâncias, escolaridade, ocupação e renda, entre outros) do que tenha respondido que não sabia⁽¹¹⁾.

Em relação a distância da residência, é preciso considerar as barreiras que o acesso pode sofrer, principalmente para quem mora em regiões afastas e depende de transporte público. Os transtornos gerados pela exposição a formas de locomoção é uma realidade de territórios mais vulneráveis⁽¹²⁾. Para além, também é preciso considerar, assim como aponta o nível comunitário do Modelo Ecológico, que a região de moradia pode ser um fator de risco.

Territórios marcados pela violência e falta de interesse e investimento pelos órgãos competentes acentuam a vulnerabilidade dos moradores ⁽¹³⁾.

Olhando para as características das mulheres é possível apreender que todas as informações são importantes e que devem ser alvo de atenção por parte do serviço. Ampliar a ação da coleta de dados para uma ação de integração das informações que podem ser obtidas em um atendimento pode fornecer diversos caminhos para se repensar a atenção ofertada. Apesar do assunto ser persistente ao longo dos anos, segue sendo atual e constante a necessidade de produzir conhecimento para explorar o tema sobre diferentes perspectivas. Assim como se faz necessário que esse conhecimento auxilie na introdução de iniciativas de prevenção e combate à violência ⁽¹⁴⁾.

As estimativas globais de 161 países sobre violência contra a mulher, conforme apresentado em um estudo, considerando o Banco de Dados Global da OMS, enfatizou a distância que os governos de diversos países estão do cumprimento da meta dos ODS no que tange a eliminação da violência contra mulheres e meninas. Há urgência no investimento de intervenções multissetoriais para que se possa fortalecer os setores da saúde, segurança e justiça ⁽¹⁵⁾.

CONCLUSÃO

Este estudo objetivou descrever as características de uma amostra independente de mulheres em situação de violência que denunciaram seus agressores em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e, possibilitou conhecer as características de nível relacional e individual das mulheres que haviam realizado denúncia contra violência. Estas características apresentadas representam alguns dos fatores de risco para violência apresentados pelo Modelo Ecológico da Violência. Desta forma, conseguimos relacionar a amostra deste estudo com um modelo criado para explicar o que está associado a violência sofrida pelas mulheres.

Como limitações do estudo, os dados que não foram mais bem explorados durante o registro de ocorrência, não permitiram um aprofundamento no estudo. Sugiro que outros estudos, realizados em serviços de denúncia, considerem um período de coleta após a implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Violência Doméstica e Familiar) para possam explorar os fatores mais a fundo. Além disso, outros estudos poderiam explorar a característica de nível comunitário e social, também apresentadas pelo Modelo Ecológico da Violência.

REFERÊNCIAS

1. Leite FMC, Luis MA, Amorim MHC, Maciel ELN, Gigante DP. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2019;22.
2. Silva KV da, Moreira FTL dos S, Alves HLC, Albuquerque GA. Experiências de violência e desordens psicológicas sofridas por mulheres violentadas pelo ex-parceiro. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*. 2021 Dec 1;(26):92–108.
3. Krug EG et al. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.
4. Dahlberg LL, Krug EG. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2006;11(suppl):1163–78.
5. OPAS/OMS. *Violência Contra a Mulher, Estratégia e Plano de Ação para Abordar a Violência Contra a Mulher*. 2015.
6. Hair et al. *Multivariate Data Analysis*. India: Cengage. 2018.
7. Caicedo-Roa M, Cordeiro RC. Análise de casos de feminicídio em Campinas, SP, Brasil, entre 2018 e 2019 por meio do modelo ecológico da violência. *Ciência & Saúde Coletiva [Internet]*. 2023 Jan 6;28:23–36.
8. Al Kendi A, Al Shidhan N, Al Kiyumi M. Domestic violence among Omani women: prevalence, risk factors and help-seeking behaviour. *Eastern Mediterranean Health Journal*. 2021 Mar 23;27(3):242–9.
9. Koenig MA, Ahmed S, Hossain MB, Mozumder ABMKA. Women’s Status and Domestic Violence in Rural Bangladesh: Individual- and Community-Level Effects. *Demography*. 2003;40(2):269–88.
10. Machado DF, Almeida MAS de, Dias A, Bernardes JM, Castanheira ERL. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Ciência & Saúde Coletiva [Internet]*. 2020 Feb 3;25:483–94. Available from: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n2/483-494/>
11. Pereira de Souza A, Marin MJS, Rodrigues PS. O Mundo Sombrio das Mulheres Vítimas de Violência: Uma Análise Qualitativa dos Boletins de Ocorrência. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais: Avanços e Desafios // Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales: Avances y Desafíos [Internet]*. 2021 Jul 10 [cited 2023 Jul 25];97–105. Available from: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/download/395/391/676>
12. Gualande Junior A. O transporte coletivo como “grande problema sem resolução”: O não associativismo e a contestação pública de mazelas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social [Internet]*. 2022 Feb 11 [cited 2023 Apr 19];15:225–49. Available from: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/fk8CS3m5gQpPLszDMXJ64Bq/#>

13. Fontes L de O. VIOLÊNCIA, TRABALHO E PERIFERIA: conflitos morais e convívios nas fronteiras entre dois mundos. *Cad CRH* [Internet]. 2022;35:e022035. Available from: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.35924>
14. Duran S, Eraslan ST. Violence against women: Affecting factors and coping methods for women. *JPMA The Journal of the Pakistan Medical Association* [Internet]. 2019 Jan 1;69(1):53–7. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30623912/>
15. Sardinha L, Maheu-Giroux M, Stöckl H, Meyer SR, García-Moreno C. Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. *The Lancet*. 2022 Feb 16;399(10327):803–13.

6.2 - Artigo 2

Tempo transcorrido entre a violência e a denúncia: um estudo descritivo, comparativo e associativo com uma amostra de mulheres que acessaram um serviço especializado de proteção

Resumo: Objetivo: Analisar o nível de associação entre o tempo transcorrido para realização da denúncia e as características individuais e relacionais (idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos) de mulheres que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência. **Métodos:** este artigo analisou dados secundários, colhidos em um serviço especializado de proteção a mulher e, explorou (descritivo comparativo) a ocorrência de possíveis diferenças significativas ou semelhanças estatísticas no tempo transcorrido entre o episódio de violência e a denúncia, dentro do contexto da Teoria do Modelo Ecológico da Violência. Por fim, verificou a associação do tempo transcorrido com as características individuais e relacionais descritas e aqui compreendidas como variáveis de controle. Foi utilizado o Software SPSS versão 25.0. Este estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** existem mulheres que foram mais brevemente realizar a denúncia (em torno de trinta minutos) e outras demoraram semanas e meses (até mais de 2 meses). Apesar de existirem diferenças reais entre as mulheres, a associação com significância estatística só foi evidenciada em relação ao tempo de convivência com o agressor. **Conclusão:** o tempo de convivência com o agressor foi um fator importante para entender o tempo que as mulheres levavam para realizar a denúncia. Olhar para a influência que o vínculo afetivo faz à mulher em processo de enfrentamento a violência é um modo de sensibilizar o serviço para melhor compreender a usuária que busca ajuda. **Descritores:** Violência Doméstica; Violência contra a Mulher; Enfermagem

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema difundido ao redor do mundo. Seu caráter persistente, prejudicial e de violação aos direitos humanos segue sendo um enorme desafio que enfrenta a impunidade, o silêncio, a vergonha e o medo. Esta violência que prejudica a todos, indivíduo, família e sociedade, possui em suas diversas formas de manifestações as ações físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais e morais ^(1,2,3).

As estimativas apontam que pelo menos 1 a cada três mulheres no mundo, de 15 a 49 anos, sofre ou já sofreu algum tipo de violência do companheiro ou ex-companheiro ¹². Mesmo em uma era de comunicação social rápida e facilitada pelos meios eletrônicos, estas estimativas provavelmente não representam o problema real, uma vez que existem diversos fatores que contribuem para sua persistência e para o aumento do risco de a mulher sofrer violência ao longo da sua vida ⁽¹⁾.

Como contexto teórico deste estudo, considerou-se o Modelo Ecológico da Violência, proposto pela Organização Mundial da Saúde. Trata-se de um Modelo que permite

compreender múltiplas e complexas interações que aumentam as chances de uma pessoa se tornar vítima ou autor de violência. Possui perspectiva interacionista que vê a violência como resultado de interações entre indivíduos, parentesco, sociedade, cultura e ambiente. Assim, trata-se de um quadro que evidencia múltiplas causas da violência, enfatizando as interações que ocorrem dentro da família bem como em contextos sociais, culturais e econômicos. Essencialmente, o Modelo Ecológico da Violência ajuda a identificar e rotular os fatores envolvidos na situação de violência em que a mulher se encontra, considerando a análise não apenas dos fatores individuais, mas também do espaço de convivência onde o fenômeno se estabelece e se perpetua em diferentes fases da vida ^(4,5,6).

Segundo uma publicação endossada pela OMS/OPAS ⁽⁶⁾, o tempo está associado ao período de vida que uma mulher está exposta a violência. Mesmo não tendo sido definido claramente um tempo, este período de vida pode ser compreendido como: (1) tempo de exposição a maus-tratos, que pode começar na infância e durar até a vida adulta; (2) tempo de exposição a abusos de qualquer natureza, que pode ter ocorrido em relações amorosas anteriores; e (3) tempo de duração da relação afetiva com o “atual” agressor. O segundo nível do modelo ecológico (nível relacional) pressupõe que o tempo de convivência com o agressor, em uma interação quase cotidiana em domicílio comum, pode aumentar a oportunidade de ataques violentos. Ou seja, esse tempo de interação coloca as mulheres em um risco maior de serem agredidas repetidamente. Quando uma mulher é vítima recorrente de violência é muito provável que posteriormente ocorra um ou mais atos de violência mais grave. A maioria dos atos violentos não são incidentes isolados, seguem um padrão de maus tratos continuados, onde mulheres foram expostas ao longo do tempo por diversos tipos de abusos. Este histórico de violência pode durar desde a infância ou estar relacionado a relacionamentos anteriores ⁽⁶⁾.

As mulheres que levam mais tempo para realizarem uma denúncia contra o agressor, estão diretamente mais expostas a episódios de violência. O tempo de ida até o serviço de proteção pode ser influenciado por situação de cárcere privado, no qual os ataques acontecem diversas vezes e por vários dias. Ainda, há associação do tempo com a oportunidade, na qual a mulher espera o agressor se ausentar para conseguir pedir ajuda. Para além, situações como local de moradia, acesso à informação e transporte, presença de filhos, esperança na mudança do agressor e medo de feminicídio, podem ser fatores limitantes para buscar um serviço de proteção (DEAM) após sofrer um ataque violento ⁽⁷⁾.

Partindo dos conteúdos teóricos e empíricos apresentados foi possível formular as seguintes questões desta pesquisa: (1) Qual o perfil típico das mulheres que procuram um serviço especializado de proteção, para realizar a denúncia contra o seu agressor, em relação ao

tempo transcorrido entre a agressão e a denúncia?; (2) Existem diferenças significativas entre os scores médios, obtidos nos tempos que se passaram entre a agressão e a denúncia, das mulheres investigadas segundo suas faixas etárias, anos de estudo, tempo de convivência e número de filhos? (3) Qual o nível de associação entre o tempo transcorrido (em dias) para realização da denúncia e as características individuais autodeclaradas pelas mulheres (idades, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos)?

Procedimentos Metodológicos

Procedimentos Procedurais

Os dados utilizados neste artigo são de natureza secundária ⁽⁸⁾, tendo sido selecionados a partir de um banco de dados principal e inédito (N = 2.273) referente ao projeto “Competências Parentais em Território Vulnerável: Estudo de Intervenção na Perspectiva da Resiliência”, pertencente ao Grupo de Pesquisa em Família, Enfermagem e Saúde (GEPEFES), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Os dados do banco principal são dos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020. A realização das coletas para o banco de dados principal ocorreu em três momentos distintos: (1) 2018 foram coletados os dados de 2016 e 2017; (2) 2021 foram coletados os dados de 2020; e, (3) 2022 foram coletados os dados de 2019. Os procedimentos utilizados para selecionar, a partir do banco de dados principal, a amostra deste artigo: (1) selecionar dos 2.273 casos: todos que possuíssem informações completas em relação as variáveis de interesse deste estudo e que a vítima fosse do sexo feminino. Nesta primeira etapa de seleção o *n* final foi de 428 casos; (2) selecionar dos 428 casos: todos que fossem de mulheres brancas, naturais do município de Rio Grande, as quais sofreram violência do companheiro ou do ex-companheiro. Nesta segunda etapa o *n* final foi de 302 casos.

Procedimentos Estatísticos

Para responder a primeira questão desta pesquisa utilizou-se procedimentos estatísticos descritivos (média), dispersivos (desvio padrão e variância) e distributivos (normalidade, assimetria e achatamento). Estes procedimentos estatísticos de natureza univariada permitiram que se observasse o perfil típico da pessoa que procura o serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência (quando se observa os maiores valores das médias conforme as quatro variáveis de controle). Para responder a segunda questão utilizou-se procedimentos estatísticos comparativos tais como testes t (para comparar até duas médias) e ANOVAs (para comparar mais de duas médias), assim como foram testados seus pré-requisitos (normalidade

da distribuição, igualdade de variância e independência dos scores). Para responder à terceira questão desta pesquisa utilizou-se procedimentos estatísticos associativos tais como Correlações (Pearson).

Sujeito (Amostra)

Extraída do banco de dados principal, a amostra utilizada nesta pesquisa é de 302 mulheres que se autodeclararam brancas e naturais de um importante município gaúcho com idades variando de 18 a 68 anos, com anos de escolaridade variando de 0 a 16 anos, com tempo de convivência com o agressor variando de 0 a 40 anos e com número de filhos variando de 0 a 7. Deste total, 139 mulheres declararam sofrer violência do companheiro e 163 mulheres declararam violência do ex-companheiro.

Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos, o primeiro de natureza biosociodemográfica ⁽⁶⁾ apenas para exploração das variáveis de controle e o segundo instrumento foi um questionário semi-estruturado constituído de 52 questões divididas em três partes conforme as informações disponíveis nos Boletins de Ocorrência (BOs): I - Identificação da Vítima, II - Identificação da Violência e III - Identificação do Agressor. Os BOs são os documentos oficiais registrados no serviço especializado de proteção à mulher, que possuem as informações da denúncia de violência realizada. Para este estudo foram utilizadas apenas as questões: I - Identificação da Vítima (Idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor, vínculo com o agressor e número de filhos); II - Identificação da Violência (Data e Hora que ocorreu a violência e data e hora que a violência foi registrada).

Aspectos éticos

O estudo possui uma certificação emitida pelo Comitê de Ética e Pesquisa na Área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande/FURG-RS, sob CAAE: 62448616.0000.5624. Além disso, foi aprovado a liberação do local de estudo e coleta de dados, e um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência, de uma importante cidade do Rio Grande do Sul. Detalhes foram omitidos pelo fato de não se ter autorização para divulgação do nome do serviço. Foram respeitados todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016.

Resultados

Análise do tempo transcorrido entre agressão e a denúncia

Destaca-se que a média encontrada para o tempo entre a agressão e a denúncia foi de 72.76 horas e com um desvio padrão associado de 237.41 horas. O valor do DV é superior ao valor da média, o que significa que a variabilidade encontrada nos dados é acima do esperado. Para que se possa utilizar adequadamente esse valor médio foi necessário a retirada de uma mulher que representava um valor extremo. Este caso demorou mais de 2 anos para efetuar a denúncia. Com a retirada deste caso os valores de achatamento (0,467K; erro padrão = 0,28) e assimetria da curva (0,190S; erro padrão = 0,14) de normalidade dos dados os valores apresentaram índices normais.

Mesmo que os índices de significância da normalidade da distribuição tenham sido menores que 0,05 (em alguns casos), como as distribuições são univariadas, ainda deve-se considerar o uso de estatísticas paramétricas quando os valores absolutos da assimetria e do achatamento forem menores que 1 (o que é o caso neste estudo, conforme os resultados da tabela 1).

Estatísticas Descritivas

As estatísticas descritivas (tabela 1), demonstram que o resultado da primeira questão indica que o perfil típico que leva mais tempo para denunciar o agressor, na amostra estudada, foi a mulher de 27 a 32 anos, mais de 12 anos de estudo, maior tempo de convivência com o agressor e com 1 ou 2 filhos. As mulheres com menor faixa etária (18 a 26 anos), 9 a 11 anos de estudo, menor tempo de convivência com o agressor (1 a 4 anos) e sem filhos, foram as que denunciaram mais rapidamente seus agressores.

Tabela 1. Cálculos de Tendência Central, Dispersão e Distribuição por Variáveis em Estudo em relação ao tempo transcorrido entre a agressão e a denúncia. Rio Grande do Sul, Brasil, 2023

Variáveis	Tendência central e dispersão					Distribuição			
	Média Tempo transcorrido	D.P	Intervalo de Confiança 95%		Normalidade		Assimetria	Achatamento	
			Baixo	Alto	K-S*	Sig			
Faixa Etária	18 a 26	56,254	26,85	2,85	109,65	0,094	0,060	0,257	-0,488
	27 a 32	103,42	26,48	50,5	156,30	0,095	0,200*	-0,065	-0,269
	33 a 39	57,303	26,82	3,89	110,71	0,113	0,014	0,133	-0,821
	40 a 68	81,229	29,15	23,0	139,41	0,103	0,068	0,439	-0,36
Anos de Estudo	0 a 8	76,581	19,38	38,27	114,89	0,114	0,000	0,325	-0,217
	9 a 11	64,965	22,00	21,39	108,53	0,113	0,000	0,078	-0,781
	12 a 16	83,331	40,75	1,84	168,82	0,102	0,200*	-0,031	-0,210
Tempo de convivência com o agressor	1 a 4	31,38	25,20	-18,7	81,487	0,101	0,029	0,304	-0,272
	5 a 8	76,45	25,28	26,1	126,17	0,111	0,012	0,077	-0,700
	9 a 14	82,53	31,79	18,86	146,20	0,097	0,200*	-0,030	-0,599
	15 a 45	110,55	28,31	54,08	167,01	0,115	0,019	0,366	-0,253
Número de Filhos	0	38,33	61,73	-92,5	169,19	0,185	0,125	0,559	0,068
	1	67,04	17,59	32,3	101,75	0,101	0,000	0,219	-0,330
	2	105,10	28,37	48,4	161,72	0,085	0,200*	0,064	-0,683
	3 ou mais	53,52	41,01	-30,2	137,29	0,093	0,200*	0,119	-0,641

Estudo de comparação de médias

Os resultados da segunda questão de pesquisa são baseados em comparação de médias para cada uma das variáveis de controle. Sendo assim, após a realização de estatísticas de comparação de média, com o objetivo de verificar se existiam diferenças significativas e semelhanças estatísticas quanto ao tempo e cada uma das variáveis de controle (idade, anos de estudo, tempo de convivência e número de filhos).

O resultado da segunda questão demonstra que as diferentes faixas etárias, os anos de estudo e o número de filhos não explicam, de forma significativa, o tempo que a pessoa faz a queixa. Apesar de existir uma diferença real, as análises demonstram não existir uma diferença estatística significativa. Ou seja, estas variáveis não explicam o tempo transcorrido entre a agressão e a denúncia.

O cálculo ANOVA realizado demonstra que provavelmente o n não foi suficiente para que se encontre diferenças estatísticas para os grupos testados. Muito provavelmente, se aumentarmos a quantidade de pessoas na amostra e essas proporções se mantiverem mais ou menos similares, a interpretação da primeira pergunta se sustentaria melhor.

Análise de correlação

A análise de Correlação de Pearson demonstrou que a variável que apresentou associação com o tempo transcorrido entre a agressão e a denúncia foi o tempo de convivência com o agressor. A tabela 2 demonstra a correlação significativa.

Tabela 2. Análises de correlação de Pearson para testar a associação do tempo transcorrido entre a denúncia e a agressão, com as variáveis em estudo. Rio Grande do Sul, Brasil, 2023.

		Idade da vítima	Anos de Estudo da vítima	Tempo de Convivência com o agressor	Número de filhos	Tempo transcorrido
Idade	Correlação de Pearson	1	.072	.636**	.207**	.017
	Sig.		.214	.000	.000	.769
	N	301	301	301	301	301
Anos de Estudo da Vítima	Correlação de Pearson	.072	1	-.002	-.080	-.005
	Sig.	.214		.976	.167	.938
	N	301	301	301	301	301
Tempo de Convivência com o agressor	Correlação de Pearson	.636**	-.002	1	.351**	.118*
	Sig.	.000	.976		.000	.040
	N	301	301	301	301	301
Número de filhos	Correlação de Pearson	.207**	-.080	.351**	1	.031
	Sig.	.000	.167	.000		.597
	N	301	301	301	301	301
Tempo Transcorrido	Correlação de Pearson	.017	-.005	.118*	.031	1
	Sig.	.769	.938	.040	.597	
	N	301	301	301	301	301

** . Correlação significativa com $p < 0.01$. * . Correlação significativa com $p < 0.05$

Além da relação do tempo de convivência com o agressor e o tempo transcorrido entre a agressão e a denúncia, outras variáveis demonstram ter associação significativa entre si. A idade da vítima está associada ao tempo que ela possui de convivência com ele e ao número de filhos que possui. Ou seja, apesar de idade e filhos não serem, estatisticamente significativos para explicar o tempo que a mulher levou para realizar a denúncia, após sofrer a agressão, duas outras variáveis estão fortemente associadas ao tempo de convivência.

Considerando a hipótese que a distância de moradia da vítima e o serviço para realizar a denúncia e, também, o tipo de violência que a mulher sofreu, foram testadas as associações de ambas com o tempo transcorrido. Entretanto, nenhuma das variáveis adicionadas demonstrou explicar a demora para realização da denúncia. Desta forma, percebemos que o vínculo, aqui apresentado como tempo de convivência, foi o fator que nesta amostra demonstrou causar interferência na busca pela denúncia.

DISCUSSÃO

A denúncia é um processo complexo. Pensar na denúncia como uma solução é visualizar parcialmente o problema, mesmo que esta seja essencial para o início da criminalização do agressor. Antes e durante o processo de denúncia, as mulheres vivenciam sentimentos que muitas vezes podem ser contraditórios. Não é incomum que a denúncia seja motivada por um desejo de parar a violência e não suportar mais a situação vivida, mas que, ao mesmo tempo, venha acompanhada de um relato de justificativa para agressão sofrida, diminuindo em partes a gravidade do caso ⁽⁹⁾.

Os sentimentos contraditórios durante o processo de denúncia podem ocorrer porque a mulher não está denunciando somente o seu agressor, está denunciando o pai dos seus filhos, seu companheiro de muitos anos e com ele o seu projeto de amor e família. A complexidade da denúncia relaciona-se com os vínculos afetivos. São esses vínculos que muitas vezes determinam a preocupação com a punição do agressor e com a sua proteção. A denúncia pode, então, ser uma “última” alternativa ⁽⁹⁾. Neste estudo, o vínculo com o agressor foi determinante no tempo que as mulheres levaram para realizar a denúncia.

Para discutir sobre as influências do vínculo, a literatura evidencia que conviver com o agressor e com a violência provoca constantemente alterações no funcionamento, no comportamento e no psicológico das mulheres. Essas alterações estão relacionadas ao desenvolvimento e reforço de fatores que dificultam mudanças significativas para romper o ciclo de violência. São exemplos destes fatores a dependência emocional, o abandono da própria vida pelas vontades do agressor, a perda do senso de identidade e a dificuldade de alcançar um raciocínio lógico diante das situações de violência ⁽¹⁰⁾.

Um estudo, no qual 156 mulheres relataram ter sofrido violência pelo companheiro, apresentou que a maioria delas “preferiu ficar em silêncio”. A violência sofrida foi relacionada pelas mulheres como consequência de uma raiva instantânea que seus companheiros apresentaram. Os motivos relacionados ao fato de não ter buscado ajuda em nenhum serviço de proteção foram principalmente o de minimização do ato do companheiro, como uma consequência lógica do temperamento, e o receio da proporção que poderia ter caso ela publicizasse a situação ⁽¹¹⁾.

Alguns fatores podem ser vistos como “repressores” no processo de interrupção da violência e busca de ajuda. A normalidade do temperamento do companheiro associada as táticas de “gentileza” e “pacificidade” na tentativa de acalmar a raiva e evitar o episódio de violência são um exemplo. Outra questão “repressora” são os esforços em preservar a família. Mesmo reconhecendo os danos de um ambiente violento aos filhos, quando o agressor é visto

pela mulher como um bom pai exististe uma responsabilização sobre não ser a culpada pelos filhos crescerem longe do pai ⁽¹²⁾.

Um estudo realizado com mulheres com mais de 50 anos, que estiveram ou estavam em relacionamentos violentos, demonstrou que elas haviam desenvolvido efeitos negativos em relação a sua saúde mental, como casos de depressão e ansiedade. Fatores esses que dificultavam ainda mais sua saída da relação. Há necessidade de que os profissionais, que realizam o atendimento a estas mulheres, não vejam esses fatores apenas como consequências, mas sim, como consequências que irão interferir na quebra do vínculo e na interrupção da violência ^(13,14).

A exposição as relações abusivas e agressões desencadeiam danos psicológicos e comprometendo a vida das mulheres em situação de violência. Não é incomum a manifestação de medo, insegurança, apatia e falta de esperanças em si mesma. Esses sentimentos experienciados agravam-se com o passar dos anos de convivência com o agressor. Apesar das lembranças afetivas positivas, ligadas ao relacionamento, ficarem cada vez mais distantes da realidade atual, ainda são fatores que tornam esse vínculo com o agressor tão importante para mulher ⁽¹⁵⁾.

Precisamos reconhecer que nem todas as mulheres, apesar de quererem interromper a violência, desejam romper com o agressor, ou desejam que algo mais severo e punitivo aconteça a eles. O fato de sofrer violência, aqui, seja qual for a forma, não parece ser maior que o laço afetivo, que o vínculo estabelecido pela convivência com seu agressor. É justamente este ponto ressaltado com nossos achados, uma vez que o tempo de convivência se sobressai a fatores como idade, escolaridade e filhos.

O afastamento do agressor pode possibilitar que elas voltassem a visualizar como as coisas que aconteciam na relação eram erradas e como a vida delas correu e corria perigo em vários momentos. Por outro lado, a pressão psicológica e a influência do agressor junto a um momento de fragilidade emocional da vítima eram fatores de risco para uma reaproximação e o retorno das agressões.

Apesar deste estudo apresentar relação entre o tempo de convivência e o tempo para realização da denúncia, a literatura também nos apresenta outras perspectivas. É fato que cada vez mais mulheres sabem da existência dos serviços de proteção da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência e preferem procurar o serviço especializado às Delegacias gerais. Todavia, o atendimento 24h não é realidade na maioria dos municípios que possui uma Delegacia Especializada. O tempo que uma mulher leva para realizar a denúncia pode, também, ter associação com esse fato. Um estudo demonstrou que as ocorrências de maior gravidade

estavam ocorrendo fora do horário de funcionamento dos serviços especializados. Sendo assim, para além da decisão da mulher em realizar a denúncia é preciso reconhecer o ampliamiento do horário visto a importância do serviço como porta de entrada ⁽¹⁶⁾.

CONCLUSÃO

Entende-se que o estudo contribuiu para identificar que o tempo de convivência com o agressor foi um fator importante para entender o tempo que as mulheres levavam para realizar a denúncia. Mesmo com grupo (que levou menos tempo para realizar a denúncia) formado por algumas características como menor idade e sem filhos, foi o vínculo que nesse estudo, e com as variáveis disponíveis, demonstrou ter o peso maior para tomada de decisão sobre procurar o serviço.

Por todas as dificuldades que uma mulher pode enfrentar, a busca de ajuda perpassa diversas barreiras que precisam ser consideradas no momento que a mulher chega aos serviços da Rede de Atendimento. O período após a denúncia também necessita de atenção por parte dos serviços da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência. Após realizar a denúncia, outro processo se inicia, o da tentativa de afastamento do agressor ou da mudança no comportamento dele. O principal desejo, como neste estudo a “apresentação criminal e as medidas protetivas” aponta um perfil de mulheres que quer o afastamento do agressor e o fim da relação. E é preciso atenção por parte do serviço para que esse número não vire números de retratação e retorno para um ciclo de violência.

Como limitações do estudo, outros fatores como a natureza da violência e condições socioeconômicas, não explorados nesta pesquisa, podem ajudar a explicar o tempo levado pela mulher para a realização da denúncia. Desta forma, acredita-se que futuros estudos possam buscar a associação destes e de outros fatores para contribuir com o conhecimento acerca dos desafios para buscar ajuda e denunciar o agressor.

REFERÊNCIA

1. Shayestefar M, Mohadese Saffari, Razieh Gholamhosseinzadeh, Monir Nobahar, Majid Mirmohammadkhani, Seyed Hossein Shahcheragh, et al. A qualitative quantitative mixed methods study of domestic violence against women. BMC Women's Health. 2023 Jun 20;23(1).
2. Balsarkar G. Summary of Four Recent Studies on Violence against Women which Obstetrician and Gynaecologists Should know. The Journal of Obstetrics and Gynecology of India. 2021 Nov 16;71(S2):64–7.

3. Brasil. Lei no 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>
4. Krug, EG et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>
5. Dahlberg LL, Krug EG. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.11, p.1163-1178, 2007.
6. OPAS/OMS. Violência Contra a Mulher, Estratégia e Plano de Ação para Abordar a Violência Contra a Mulher. 2015.
7. Araújo, IM et al. Queixas, denúncias e conciliações: um estudo sobre a violência de gênero. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
8. Hair et al. *Multivariate Data Analysis*. India: Cengage. 2018.
- 9 - Damaceno DG, Alarcon MFS, Sponchiado VBY, Chirelli MQ, Marin MJS, Ghezzi JFSA. Mulheres idosas vítimas de violência: o protagonismo nas denúncias. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*. 2020 Jun 15;(41).
10. Both LM, Favaretto TC, Freitas LHM. Cycle of violence in women victims of domestic violence: Qualitative analysis of OPD 2 interview. *Brain and Behavior*. 2019 Oct 6;9(11).
11. Duran S, Eraslan ST. Violence against women: Affecting factors and coping methods for women. *JPM The Journal of the Pakistan Medical Association* [Internet]. 2019 Jan 1;69(1):53–7. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30623912/>
12. Shayestefar M, Mohadese Saffari, Razieh Gholamhosseinzadeh, Monir Nobahar, Majid Mirmohammadkhani, Seyed Hossein Shahcheragh, et al. A qualitative quantitative mixed methods study of domestic violence against women. *BMC Women's Health*. 2023 Jun 20;23(1).
13. Lazenbatt A, Devaney J, Gildea A. Older women living and coping with domestic violence. *Community Practitioner: The Journal of the Community Practitioners' & Health Visitors' Association* [Internet]. 2013 Feb 1 [cited 2023 Oct 10];86(2):28–32. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23469739/>
14. Hoppe SJ. Traditional values and domestic violence: an examination of older women's attitudes and the ability to care for oneself. *Journal of Elder Abuse & Neglect*. 2020 Oct 14;1–18.
15. Silva KV da, Moreira FTL dos S, Alves HLC, Albuquerque GA. Experiências de violência e distúrbios psicológicos sofridos por mulheres violentadas pelo ex-parceiro. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*. 2021 Dec 1;(26):92–108.
16. Machado DF, Almeida MAS de, Dias A, Bernardes JM, Castanheira ERL. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? *Ciência &*

Saúde Coletiva [Internet]. 2020 Feb 3;25:483–94. Available from:
<https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n2/483-494/>

6.3 - Artigo 3

Perfil de mulheres que denunciaram seus agressores em um serviço especializado de proteção: um estudo de cluster hierárquico

Resumo. Objetivo: explorar um modelo de (cluster) adequado para explicar duas amostras de dados, dos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020, coletados em serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência. **Métodos:** estudo exploratório, com abordagem quantitativa bivariada e multivariada. Duas amostras independentes, totalizando 302 mulheres que realizaram denúncia de violência em um serviço de proteção especializado à mulher, foram nomeadas: (1) mulheres que sofreram violência do companheiro (n = 139), (2) mulheres que sofreram violência do ex-companheiro (n = 163). Para a análise de dados, as duas amostras foram submetidas à análise de cluster hierárquico e comparações de médias (ONE-WAY ANOVA). As variáveis quantitativas exploradas foram: idade, anos de estudo, tempo de convivência com o agressor e número de filhos. Este estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE 62448616.0000.5624. **Resultados:** A análise de cluster revelou que na primeira amostra, três clusters explicam adequadamente os dados analisados. Já na segunda amostra, os dados são explicados por dois clusters. Os resultados de comparação de médias foram fundamentalmente significativos ($p < 0,05$) nas duas amostras. **Conclusão:** Os resultados demonstram uma forma de conhecer os perfis (agrupamentos) de mulheres em situação de violência no município onde foi realizado o estudo, considerando a importância de se adequar o atendimento às diferentes características dos perfis e pensar a (re)organização que possa favorecer a assistência às mulheres em situação de violência.

Descritores: Violência Doméstica; Violência contra a Mulher; Análise por Conglomerados

INTRODUÇÃO

A violência praticada contra a Mulher está presente sob diversas formas e intensidades, sendo recorrente e presente no mundo todo. A Violência doméstica e familiar contra a mulher é caracterizada como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, conforme definido pela Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340/2006¹.

De acordo com um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)², as taxas de mulheres que foram agredidas fisicamente pelo parceiro em algum momento de suas vidas variaram entre 10% e 52%. Para combater o fenômeno da violência e tentar diminuir as taxas nacionais, existem mecanismos de assistência e proteção às mulheres. Um desses mecanismos é a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. O atendimento compreende serviços não especializados, como Hospitais e os serviços da Atenção Primária em

Saúde. Entre os especializados, o maior destaque é a Delegacia Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM). Nas DEAMs é possível registrar a ocorrência e solicitar MPU.

Na busca por compreender a complexidade da violência e buscar alternativas para a prevenção, a OMS propôs em 1970 o Modelo Ecológico da Violência^{4,5}, adaptado em 2002. O modelo compreende que a violência é “o resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais”. Deste modo, se faz extremamente importante conhecer esses fatores para contribuir para prevenção da violência.

O Modelo Ecológico apresenta 4 níveis⁵. O primeiro nível procura identificar tanto os fatores biológicos como os demográficos do indivíduo. O segundo nível explora como as relações sociais próxima. O terceiro examina os contextos comunitários, nos quais estão inseridas as relações sociais. O quarto nível do modelo verifica os fatores mais expressivos da sociedade que influenciam os índices de violência.

A presença e interação dos fatores propostos em cada nível apresenta a ideia de um perfil mais suscetível a violência. Entretanto, os serviços que atendem essas mulheres reconhecem que não conseguem contemplar as necessidades e as expectativas buscadas por elas. Considerar diferentes formas de o serviço conhecer quem são as mulheres que ele acolhe pode contribuir para o seu atendimento.

Diferentes expectativas e motivações fazem com que as mulheres em situação de violência procurem as delegacias para interromper a violência sofrida por meio da queixa de crime. A função primeira e legal da DEAM é detectar a transgressão à lei e criminalizar a violência. Mas para as mulheres, esse local pode representar mais do que um espaço apenas de denúncia, sendo um espaço de segurança, apoio e informação. A intenção ao ir em uma DEAM está inscrita em uma gama de fatores, que individualiza e caracteriza a forma como ela quer solucionar o seu problema. Sendo difícil a tarefa das DEAMs frente às especificidades de seu público ⁽⁶⁾.

Nesta mesma perspectiva, consideramos que os fatores de nível individual e relacional que podem ser identificados durante o registro da ocorrência podem ajudar a individualizar e caracterizar os diferentes perfis de mulheres que procuram as DEAMs. Nesse sentido, considerando fatores associados aos níveis individual e relacional do Modelo Ecológico, esta pesquisa pretende identificar os perfis de mulheres que acessam um serviço de proteção. Desta forma, pretendemos conhecer quem são essas mulheres e refletir como podemos desenvolver ações voltadas ao combate da violência que atendam suas características e auxiliem os serviços da Rede de atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Conforme os aspectos teóricos e empíricos apresentados anteriormente, pode-se elaborar as duas questões centrais desta pesquisa: (1) Quantos e quais são os agrupamentos (clusters) intrínsecos em ambas as amostras analisadas nesta pesquisa? (2) Os agrupamentos (clusters) encontrados são estatisticamente diferentes ($p < 0,05$) entre si para cada uma das amostras desta pesquisa? O objetivo deste estudo é explorar um modelo de agrupamento (cluster) adequado para explicar duas amostras de dados, dos anos de 2016, 2017, 2019 e 2020, coletados em uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).

MÉTODOS

Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados

Este estudo foi submetido, analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande, Brasil, sob o número: 62448616.0000.5624. Os dados analisados nesta pesquisa são de natureza secundária⁷ tendo sido selecionados a partir de um banco de dados principal e inédito ($N = 2.273$). O banco de dados principal possui dados dos anos de 2016 e 2017, 2019 e 2020. O ano de 2018 não foi disponibilizado pelo serviço de proteção no qual ocorreram as coletas. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário semi-estruturado constituído de 52 questões divididas em três partes conforme as informações disponíveis nos Boletins de Ocorrência (BOs): I - Identificação da Vítima, II - Identificação da Violência e III - Identificação do Agressor. Os BOs são os documentos oficiais registrados nos serviços especializados de proteção à mulher, que possuem as informações da denúncia de violência realizada.

A realização das coletas para o banco de dados principal ocorreu em três momentos distintos: (1) 2018 foram coletados os dados de 2016 e 2017; (2) 2021 foram coletados os dados de 2020; e, (3) 2022 foram coletados os dados de 2019.

As duas amostras independentes coletadas para utilização nesta pesquisa estão assim definidas: (1) mulheres que declararam sofrer violência do companheiro (amostra 1 = 139 mulheres); e, (2) mulheres que declararam sofrer violência do ex-companheiro (amostra 2 = 163 mulheres). Todas as 302 mulheres (somando ambas as amostras) que buscaram ajuda se autodeclararam brancas e naturais do município de Rio Grande (RS, Brasil). As amostras estão assim caracterizadas: a amostra 1 é composta por mulheres com idades variando de 18 à 68 anos ($M = 35,12$; $DP = 11,16$), com escolaridade variando de 0 à 16 anos de estudo ($M = 9,46$; $DP = 3,14$), vivendo com o agressor entre 0 à 45 anos de convivência ($M = 10,59$; $DP = 8,69$)

e com um total de 0 a 7 filhos ($M = 1,53$; $DP = 1,16$); a amostra 2 é composta por mulheres com idades variando de 19 a 64 anos ($M = 32,23$; $DP = 9,26$), com escolaridade variando de 0 à 16 anos de estudo ($M = 9,99$; $DP = 2,74$), vivendo com o agressor entre 0 à 38 anos de convivência ($M = 8,87$; $DP = 6,92$) e com um total de 0 à 4 filhos ($M = 1,36$; $DP = 0,68$).

Os procedimentos utilizados para coleta das duas amostras foram: (1) selecionar dos 2.273 casos: todos que possuíssem informações completas em relação as variáveis de interesse deste estudo e que a vítima fosse do sexo feminino. Nesta primeira etapa de seleção o n final foi de 428 casos; (2) selecionar dos 428 casos: todos que fossem de mulheres brancas, naturais do município de Rio Grande, as quais sofreram violência do companheiro ou do ex-companheiro. Nesta segunda etapa o n final foi de 302 casos; (3) Os 302 casos foram divididos em duas amostras: (1) mulheres que declararam violência do companheiro ($n = 139$); (2) mulheres que declararam violência do ex-companheiro ($n = 163$). Cabe salientar que as mulheres que se autodeclararam pretas não foram selecionadas para este estudo devido ao seu número pouco expressivo após a aplicação do critério “informações completas”. Não se quer com isso afirmar que elas não sofram violência ou diminuir a importância de se explorar a violência contra a mulher autodeclarada preta.

Contextualização do local de estudo

O município onde o estudo foi realizado tem uma população estimada de 212.881 pessoas em uma área territorial de 2.698,077km². Em 2020, o salário médio mensal era de 3.4 salários-mínimos e a proporção de pessoas empregadas em relação à população total era de 21.7%⁸. As principais atividades econômicas atuais do município correspondem a administração pública, a fabricação de adubos e fertilizantes e ao comércio varejista de supermercados¹⁰.

Em relação aos principais Serviços da Rede de Atendimento à Mulheres em situação de violência, o município conta com uma DEAM, uma casa de acolhimento para mulheres em situação de violência, uma Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, um Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, uma Vara de Violência Doméstica, entre outros serviços especializados e não especializados das áreas da saúde, justiça, segurança pública e assistência social.

O serviço especializado de proteção à mulher em situação de violência, local da coleta de dados deste estudo, foi criado em 2009. Anteriormente, desde 1991, o serviço já funcionava como Posto Policial para mulheres. O atendimento realizado pelo serviço inicia com o

acolhimento da mulher, seguido da escuta da queixa, realização do boletim de ocorrência (BO), identificação do agressor e sua busca e amparo judicial. No momento da queixa são ofertadas as possibilidades de efetivar uma ação judicial contra o agressor e de solicitar medidas protetivas contra ele.

Procedimentos estatísticos e de análise de dados

O Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 25.0¹¹ foi utilizado na análise dos dados desta pesquisa. Os dados foram tratados através de estatísticas uni (média, desvio padrão), bi (ANOVA a um fator) e multivariada (análise de cluster hierárquico). O primeiro procedimento estatístico utilizado (tendo como objetivo último explorar os perfis intrínsecos de cada amostra) foi a descrição rigorosa da presença de casos aberrantes, da análise da normalidade da distribuição e da homogeneidade da variância. O segundo procedimento estatístico utilizado foi a análise de cluster hierárquico (o qual permite que os dados se comportem de forma aleatória, o que torna possível a identificação de forma livre do ordenamento e alocação das observações), realizado com variáveis quantitativas (pré-requisito fundamental para esta análise). Trata-se de uma estatística multivariada robusta¹² na qual calcula-se, fundamentalmente, o dendrograma. Este procedimento identifica grupos relativamente homogêneos de casos (ou variáveis), usando um algoritmo que começa em cada caso (ou variável) em um cluster separado e combina clusters até restar apenas 1. Pode-se analisar variáveis brutas, ou pode-se escolher entre uma variedade de transformações de padronização.

No contexto desta pesquisa, e considerando a natureza heterogênea dos dados, optou-se por normalizar os dados transformando-os em escores z , a fim de torná-los matematicamente comparáveis. As medidas de distância ou similaridade são geradas por procedimentos de proximidade (medida da distância euclidiana ao quadrado). Dentre os vários métodos possíveis de agrupamento, optou-se pelo mais utilizado na literatura: o método Ward. No procedimento de aglomeração hierárquica, onde o critério para escolher o par de aglomerados é baseado no valor optimal de uma função objetiva sem necessidade de verificação de pré-requisitos. Esta função objetiva poderia ser “qualquer função que reflita o propósito do investigador”¹⁴. Ao se gerar o dendrograma, gráfico que ilustra a disposição dos agrupamentos produzidos pelo procedimento de cluster hierárquico, pode-se explorar a quantidade de cluster a ser retida.

Com o objetivo de encontrar agrupamentos (clusters) estatisticamente diferentes, e assim determinar o número de clusters a ser retido, uma análise de variância a um fator (ONE-WAY ANOVA) é utilizada⁷. Este procedimento estatístico inclui o teste de Tukey (se a igualdade da variância for assumida - $p > 0,05$), de Dunnett C (se a igualdade da variância não for assumida - $p < 0,05$) e de Levene (para testar a homogeneidade da variância - $p > 0,05$). Neste contexto, a estatística do tamanho do efeito (valor que mede a força da relação entre duas variáveis) não necessita ser realizada pois não se pretende explicar a porcentagem da variância de uma relação.

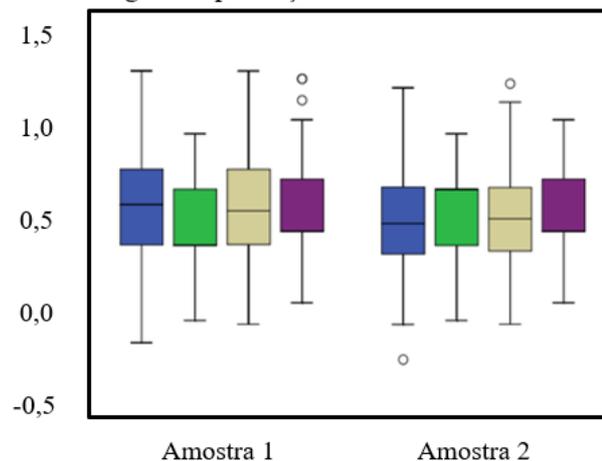
RESULTADOS

A natureza quantitativa dos dados analisados

Com o objetivo de demonstrar a natureza quantitativa dos dados analisados, e assim assegurar a pertinência do uso de instrumental paramétrico de análise, três procedimentos foram explorados: verificação da (1) presença de casos aberrantes; (2) normalidade da distribuição; e, (3) homogeneidade da variância.

Casos aberrantes. A presença de casos aberrantes pode ser explorada pelo gráfico de bigodes. O gráfico 1 apresenta esses resultados em amostra 1 e amostra 2.

Gráfico 1: Gráfico de bigodes – presença de casos aberrantes



Estes resultados indicam uma presença pouco expressiva de casos aberrantes comuns ($nca = 4$) e nenhum caso aberrante extremo. Este resultado, embora ainda de natureza parcial, já oferece o primeiro indício de pertinência de uso de instrumental paramétrico. O segundo

procedimento verificado foi a normalidade da distribuição. A tabela 1 apresenta estes resultados.

Tabela 1. Testes de Normalidade

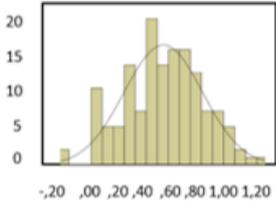
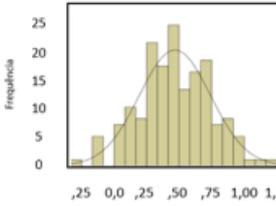
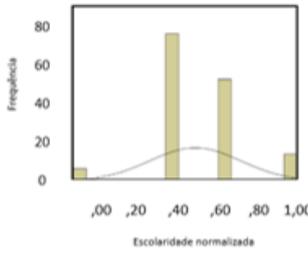
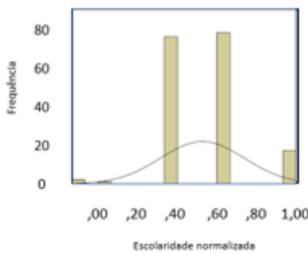
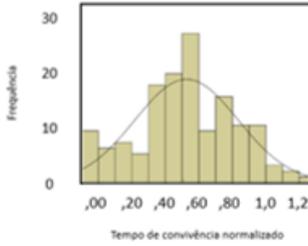
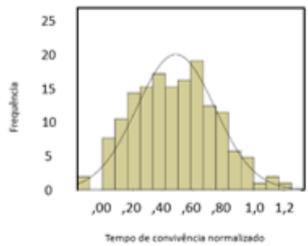
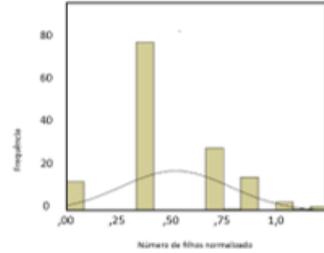
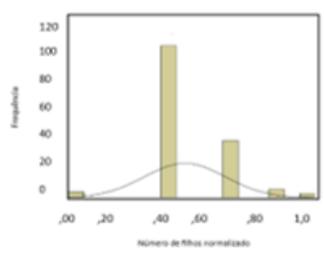
Variáveis	Amostra	Testes de Normalidade					
		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Idade	1	,051	139	,200*	,994	139	,823
	2	,044	163	,200*	,995	163	,903
Anos de estudo	1	,291	139	,000	,821	139	,000
	2	,268	163	,000	,812	163	,000
Tempo de convivência	1	,073	139	,067	,982	139	,061
	2	,090	163	,002	,987	163	,129
Número de Filhos	1	,296	139	,000	,863	139	,000
	2	,390	163	,000	,724	163	,000

*Este é um limite inferior da significância verdadeira.

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Estes resultados indicam que as variáveis Idade da Vítima (IV) e Tempo de Convivência com o Agressor (TCA) se distribuem de forma normal ($p > 0,05$). As variáveis Anos de Estudo da Vítima (AEV) e Número de Filhos da Vítima (NFV) não se distribuem de forma normal. Para que se possa avaliar a natureza desta distribuição não normal, apresenta-se os histogramas com a apresentação da curva normal. Estes resultados estão apresentados na tabela 2.

Tabela 2. Histograma amostra 1 e 2 (variáveis normalizadas: idade, anos de estudo, tempo de convivência, filhos)

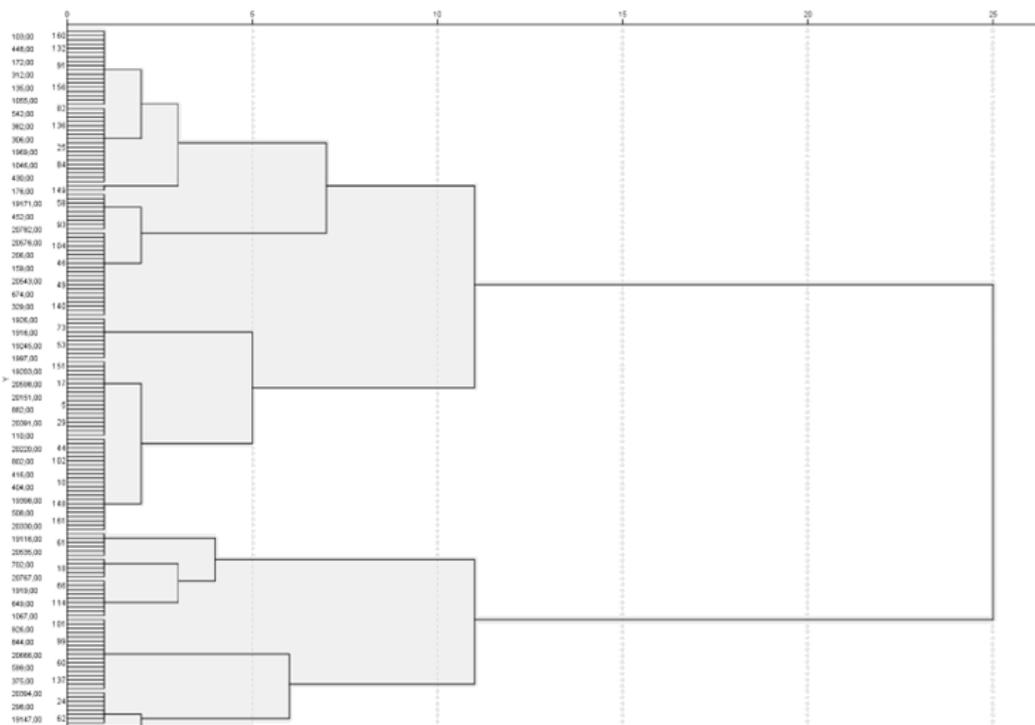
Cálculos	Resultados Amostra 1	Resultados Amostra 2
Histogramas Idade		
		
N	139	163
Assimetria (EP)	-0,05 (0,21) = 0,24	-0,007(0,19)
Achatamento (curtose EP)	-0,307971 (0,408354)	-0,10(0,37)
Histogramas Anos de Estudo		
		
N	139	163
Assimetria (EP)	0,12(0,20)	0,15(0,19)
Achatamento (curtose EP)	0,17(0,40)	-0,15(0,37)
Histogramas Tempo de convivência		
		
N	139	163
Assimetria (EP)	-0,14 (0,20)	0,25 (0,19)
Achatamento (curtose EP)	-0,36 (0,40)	-0,27 (0,37)
Histogramas Número de filhos		
		
N	139	163
Assimetria (EP)	0,27 (0,20)	0,60 (0,19)
Achatamento (curtose EP)	0,21 (0,40)	1,02 (0,37)

Cluster hierárquico pelo método Ward

Após a realização da análise de cluster hierárquico pelo método Ward, a amostra 1 apresentou 3 clusters. O cluster 1 é composto por 19 casos (13,66%), o cluster 2 por 39 (28,05%) e o cluster 3 por 81 (58,27%). O cluster 1 é caracterizado por mulheres com idades médias de 53 anos de idade, média de 5 anos de estudo, média de 22 anos de convivência com o agressor e média de 1,32 filhos. Já o cluster 2 é caracterizado por mulheres com idade média de 38 anos, média de 9 anos de estudo, média de 13 anos de convivência com o agressor e média de 2,72 filhos. O cluster 3 é caracterizado por mulheres com idade média de 27 anos, média de 11 anos de estudo, média de 7 anos de convivência com o agressor e média de 1,01 filhos.

A segunda amostra formou 2 clusters. O cluster 1 é composto por 117 casos (71,77%) e o cluster 2 por 46 (28,22%). O cluster 1 é caracterizado por mulheres com idades médias de 28 anos de idade, média de 9,8 anos de estudo, média de 5,35 anos de convivência com o agressor e média de 1,26 filhos. O cluster 2 é caracterizado por mulheres com idade média de 41 anos, média de 10,4 anos de estudo, média de 17,83 anos de convivência com o agressor e média de 1,58 filhos. A figura 1 apresenta o dendrograma originado da análise de cluster hierárquico com a amostra 2 (163).

Figura 1. Dendrograma usando ligação de Ward (Amostra 2)



Análise de variância

Os resultados da análise de variância (ONE-WAY ANOVA), realizada com os 3 clusters da amostra 1, demonstram que houve diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre as médias de idade, anos de estudo e anos de convivência com o agressor dos clusters 1, 2 e 3, respectivamente. Entretanto, não houve diferença estatisticamente significativa ($p > 0,05$) nas médias dos clusters 1 e 3 para número de filhos.

Os resultados da análise de variância ANOVA realizada com os clusters da amostra 2, demonstram que houve diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre as médias de idade, anos de convivência com o agressor e número de filhos nos clusters 1 e 2. Entretanto, não houve diferença estatisticamente significativa ($p > 0,05$) entre os clusters 1 e 2 para os anos de estudo.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) entre os anos de estudo da amostra composta pelas mulheres que sofreram violência pelos ex-companheiros. Entretanto, na amostra composta por mulheres que sofreram violência pelo atual companheiro os anos de estudo não eram indissociáveis estatisticamente, o que indica que as mulheres que não permaneceram na relação não se diferenciavam em relação à escolaridade, diferente das mulheres que permaneciam com seus agressores.

Na amostra 1, os clusters 1, 2 e 3 demonstraram que mulheres com mais idade possuem menos anos de escolaridade e mais tempo de convivência com o agressor, enquanto as mulheres mais novas possuem mais anos de escolaridade e menos tempo de convivência com o agressor. Na amostra 2, os clusters 1 e 2 demonstraram que mulheres com mais idade possuem mais anos de escolaridade, mais tempo de convivência com o agressor e maior número de filhos.

Nossos achados apontam que a idade das mulheres está relacionada com o tempo de convivência com o agressor, tanto que em todos os cluster a maior idade estava no mesmo agrupamento do maior tempo de convivência. Por outro lado, evidenciamos que a idade das mulheres não estava relacionada a um maior número de filhos na amostra 1. Entretanto, na amostra 2 o grupo formado por mulheres com mais idade também corresponde às mulheres com mais filhos. Enquanto na amostra 1 os anos de estudo apresentaram um padrão em relação a idade, ou seja, quanto maior a idade menor os anos de estudo, o mesmo não ocorreu na amostra 2, já que os anos de estudo não se diferenciam nos 2 clusters originados

DISCUSSÃO

Este estudo considerou a análise de algumas características, apresentadas pelo Modelo Ecológico para compreender a Violência como fatores, de nível individual e relacional. Os fatores de nível relacional correspondem neste estudo a idade e a escolaridade, enquanto os fatores de nível relacional estão representados pelo número de filhos e o tempo de convivência com o agressor. A estrutura teórica do modelo propõe fatores biológicos e demográficos que contribuem para que a mulher se torne vítima da violência, sendo as características de juventude e baixo nível de escolaridade ressaltadas neste nível^{4,5}.

No nível relacional, o modelo preconiza a exploração de fatores ligados aos relacionamentos próximos, que muitas vezes podem retardar ou impedir que a mulher busque ajuda para sair dessa situação. São fatores associados a este nível a duração do casamento, neste estudo entendido pela duração em anos da convivência com o agressor, e o número de crianças que esta mulher ou o casal possuem. Compreendendo assim que um tempo maior de convivência e um número maior de filhos influencia na exposição à violência sofrida^{4,5}.

Em nossos achados, podemos observar que quando se trata das mulheres que sofreram violência do agressor, é possível identificar perfis distintos que não correspondem em sua totalidade ao perfil proposto pelo modelo, de mulheres mais jovens, com menos escolaridade e maior número de filhos. Da mesma forma, outros estudos sobre perfis de mulheres em situações de violência também divergem de nossos achados utilizando o método de agrupamentos.

Um estudo realizado em São Luís, no Maranhão, evidenciou que o perfil da mulher vítima de violência doméstica, na sua maioria, era de mulheres solteiras e/ou casadas, com idades que variavam entre 26 e 43 anos e mãe de um ou mais filhos¹⁴. Outro estudo, realizado sobre mulheres que procuraram a DEAM demonstrou que o perfil da vítima correspondia a mulheres com faixa etária entre 35 a 64 anos, com ensino médio completo e solteiras¹⁵.

Em relação ao registro de notificações, um estudo realizado no Rio de Janeiro demonstrou que o perfil das mulheres que realizavam as notificações era composto por predominância na faixa etária de 20 a 29 anos (29,1%), pertencentes a etnia parda (35,90%) e com ensino médio completo (11,30%)¹⁶. Apesar das mulheres do nosso estudo também apresentarem estas características, os dois grupos formados demonstram que os anos de escolaridade não completavam o tempo necessário para a conclusão do ensino médio.

O achado em relação às mulheres com mais idade possuem mais tempo de convivência está relacionado a possibilidade de tempo que elas puderam ter com os parceiros. Independente no momento de a denúncia ainda estarem no relacionamento ou não. Entretanto,

esse achado corresponde a uma característica que vem se demonstrando como desafiadora para a interrupção da violência que é o vínculo estabelecido. Após anos em uma relação que existe algum tipo de violência, o envolvimento afetivo favorece a crença de que precisam permanecer na relação ⁽⁶⁾.

Considerando o serviço onde ocorreu este estudo, a literatura demonstra que, os profissionais visualizam as dificuldades no cotidiano dos seus atendimentos, como a falta de espaço físico adequado para ouvir os relatos com mais privacidade, poucos funcionários e consequente necessidade de um atendimento mais rápido para atender toda demanda e falta de capacitações para o atendimento às mulheres. Em suas falas, os profissionais apresentavam suas próprias convicções que por vezes reforçavam a misoginia e a culpabilização da mulher. Esta culpabilização estava associada a incompreensão sobre porque a mulher não queria representar criminalmente contra o agressor ou porque reatava o relacionamento com ele¹⁷.

Os profissionais atuantes da DEAM reconhecem a necessidade de um atendimento diferenciado, capaz de apreender as necessidades da mulher, mas não identificam como poderiam realizar e não se sentem preparados para isso. Com a rotina de trabalho, ocorre a naturalização dos casos e as pessoas se tornam “só mais uma vítima”¹⁷.

Algumas lacunas e limitações das DEAM como a falta de uma equipe multidisciplinar que conseguisse compreender todas as necessidades da mulher seriam essenciais. A realidade do atendimento traduz uma inadequação para orientar e acolher as mulheres, desde suas demandas emocionais até os trâmites legais que ela irá precisar compreender no processo de denúncia e acusação do agressor ¹⁸.

Em muitos contextos o conhecimento das mulheres sobre os serviços da Rede de Atendimento é baixo. Além disso, a credibilidade depositada por elas na ação destes serviços, no que tange a resolução da violência, também é pouca. Algumas mulheres ressaltam dúvidas sobre a capacidade do serviço de lidar de forma adequada com os casos¹⁹. Esta situação reforça uma necessidade do serviço de olhar para essa forma adequada, considerando que ela possa ter múltiplos significados para as mulheres.

Um estudo mostrou que a expectativa de ter uma resolução satisfatória para o problema contribui, na opinião das mulheres em situação de violência, para a saída de um relacionamento violento. Ter as necessidades consideradas e atendidas pelos serviços onde busca ajuda corrobora para que a mulher consiga desenvolver novas perspectivas de vida que vão além da aceitação de que nada pode ou vai ser feito por ela^{20,21}. Este ponto evidencia o quanto cada atendimento e a forma como ele é realizado pode ajudar a mudar a realidade de mulheres em situação de violência.

Os profissionais atuantes da DEAM reconhecem a necessidade de um atendimento diferenciado, capaz de apreender as necessidades da mulher, mas não identificam como poderiam realizar e não se sentem preparados para isso. Com a rotina de trabalho, ocorre a naturalização dos casos e as pessoas se tornam “só mais uma vítima”.

Algumas lacunas e limitações das DEAM como a falta de uma equipe multidisciplinar que conseguisse compreender todas as necessidades da mulher seriam essenciais. A realidade do atendimento traduz uma inadequação para orientar e acolher as mulheres, desde suas demandas emocionais até os trâmites legais que ela irá precisar compreender no processo de denúncia e acusação do agressor¹⁸.

Retomando os achados deste estudo, a relação “filho x tempo de convivência com o agressor”, demonstra que apesar de algumas mulheres passarem mais anos da sua vida com o agressor, possam ter optado por não terem mais filhos com ele para que o filho não passasse pela mesma situação. Aquelas que tinham mais filhos e maior tempo de convivência já estavam separadas do agressor, podendo indicar que após os filhos estarem criados ela pode se desvincular de qualquer tipo de dependência do agressor ou foi a própria existência dos filhos que a deu força para interromper a relação.

Os anos de estudo serem menores para as mulheres com mais idade podem estar associados a questões sociais e culturais, visto que nem sempre os estudos eram uma necessidade para o ingresso no mercado de trabalho e que culturalmente muitas mulheres não eram encorajadas a investir nos estudos, uma vez que suas funções estavam relacionadas ao cuidado da casa e dos filhos. O fato de mulheres mais jovens apresentarem mais anos de estudo na amostra 1 pode estar associado a melhoria no acesso ao ensino básico, a cobrança da responsabilização dos pais de manterem menores de idade na escola e as exigências do mercado de trabalho⁸.

A explicação para a escolaridade não ser significativa nas mulheres que não estavam mais na relação (amostra 2) pode estar associada ao fato de que mulheres que conseguiram se desvincular do seu agressor podem ter encontrado oportunidades para a busca pelos estudos, independentemente da idade. Outro fato que pode estar associado a necessidade de ambos os grupos precisarem estudar para adquirirem oportunidades econômicas. Outro fato pode ser de que ao contrário da amostra 1, onde as mulheres mais velhas que estavam com o seu agressor possuíam menor escolaridade, na amostra 2 ela não estava mais com o agressor, o que pode ser possibilitado a ela estudar²².

Limitação do estudo

Este estudo foi limitado pelo fato de haver muitas informações incompletas ou confusas sobre as mulheres nos registros de Boletim de Ocorrência que foram utilizados para coleta de informações. Outra limitação está associada a esta pesquisa considerar uma amostra anterior à incorporação do uso Nacional do Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

Contribuições nas áreas de Enfermagem, Saúde ou Políticas Públicas

Este estudo demonstra relevância, pois permite que o serviço visualize o perfil das mulheres que o acessam, considerando as características que as aproximam e as dissociam. Desta forma, o estudo promove uma alternativa para que se conheçam que são as mulheres que buscam ajuda em um serviço de proteção durante seu processo de enfrentamento à violência. Conhecer essas mulheres e suas características pode servir de elemento para o desenvolvimento da (re)organização dos serviços, que atenda a esses perfis apresentados, bem como, servir de elemento para que gestores do setor da saúde e da segurança reflitam sobre

A contribuição para enfermagem está associada ao fato de enfermeiros incorporarem a importância de ampliar suas pesquisas, dentro das temáticas de fenômenos que são problemas de saúde, para outros ambientes e áreas contribuindo com sua visão sistêmica.

Considerações finais

Diferenciando-se de outros trabalhos sobre o perfil de mulheres em situação de violência este estudo apresentou diferentes perfis de mulheres, através da análise de cluster. Desta forma, foi possível verificar diferentes agrupamentos com características dissociáveis significativamente.

A importância do apoio e acolhimentos por parte serviços é essencial para o enfrentamento da violência. Quando procuram um serviço, principalmente os especializados, para o atendimento das suas necessidades (justiça, proteção e saúde) as mulheres procuram por outras pessoas que as ajudem a enfrentar esse momento difícil. Para o serviço, que diariamente atende diversas pessoas, aquele pode ser só mais um atendimento de sua longa demanda. Para a mulher que o procura, toda experiência, setor e profissional é novo, único e decisivo para forma como ela vai se sentir em relação ao atendimento das suas necessidades e fortalecimento do seu processo de enfrentamento a violência.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei no 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>
2. ONU. ONU Mulheres. Onu alerta para os custos da violência doméstica no mundo. 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>
3. Fórum brasileiro de segurança pública. Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2022: Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. Disponível em: [10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf](https://forumseguranca.org.br/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf) (forumseguranca.org.br)
4. Krug EG et al. World report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002.
5. OPAS/OMS. Violência Contra a Mulher, Estratégia e Plano de Ação para Abordar a Violência Contra a Mulher. 2015.
6. Araújo IM et al. Queixas, denúncias e conciliações: um estudo sobre a violência de gênero. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
7. Hair et al. Multivariate Data Analysis. India: Cengage. 2018.
8. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande. 2021 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>
9. Aline Belletti Figueira, Luiz E, Aline Neutzling Brum, Merino L, Jamila Geri Tomaszewski-Barlem, Marcelino A. Cluster do engajamento dos enfermeiros brasileiros na advocacia política. Revista Brasileira De Enfermagem. 2022 Jan 1;75(1).
10. Caravela. Caravela Dados e Estatística. Economia de Rio Grande. 2023. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/rio-grande---rs>
11. IBM Corp. Released 2017. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 25.0. Armonk, NY: IBM Corp.
12. Pestana MH, Gageiro JN. Análise de dados para ciências sociais – a complementariedade do SPSS. 6 ed. Lisboa: Sílabo. 2014.
13. Ward, JHJr. Hierarchical Grouping to Optimize an Objective Function Journal of the American Statistical Association Vol. 58, No. 301 (Mar., 1963), pp. 236-244 (9 pages)
- 14 - Bezerra, A. R., & Rodrigues, Z. M. R. . (2021). Violência contra mulheres: o perfil da vítima e do agressor em São Luís - MA. Revista Do Departamento De Geografia, 41(1), e176806 . <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2021.176806>
15. Cynthia Fernanda Santos Pajeu Santana, Ana Patrícia de Oliveira Fernandez, Edson Marcos Leal Soares Ramos and Vanessa Ferreira Monteiro. “Perfil de mulheres vítimas e as

características do crime de violência doméstica na delegacia especializada de atendimento à mulher”, *International Journal of Development Research*, 11, (08), 49371-49375.)

16. Karoline Moreira Duffrayer, Portela C, Luiz J, Claudia Maria Messias, Carolina A, Gabriel, et al. Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência no período de 2008 a 2017. 2021 Apr 15;10(4):e39710413823-e39710413823.

17. Souza TMC, Martins TF. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. *Fractal: Revista de Psicologia* [Internet]. 2021 Mar 10;33:21–30. Available from: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/PnGGMqfTS4Md7qGyDXTp77p/?lang=pt>

18. Silva AMB da, Bini MCN. Percepções sobre o plantão psicológico em uma Delegacia de Defesa da Mulher. *Psicologia USP*. 2021;32.

19. Anyemedu A, Tenkorang EY, Dold P. Ghanaian Women’s Knowledge and Perceptions of Services Available to Victims of Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*. 2017 Jan 30;088626051768988.

20 - Ben-Porat A, Reshef-Matzpooon A. Stay–Leave Decision-Making Among Women Victims of Domestic Violence in Israel: Background, Interactional, and Environmental Factors. *Journal of Interpersonal Violence*. 2022 Jul 22;088626052211099.

21. Ben-Porat A, Srer-Bondarevsky N. Length of Women’s Stays in Domestic Violence Shelters: Examining the Contribution of Background Variables, Level of Violence, Reasons for Entering Shelters, and Expectations. *Journal of Interpersonal Violence*. 2018 Nov 17;088626051881142.

22. Cleto M, Covolan N, Signorelli MC. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. *Saúde e Sociedade*. 2019 Sep;28(3):157–70.

7 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo mostraram a diversidade em termos de características individuais e relacionais das mulheres que buscam ajuda em um serviço de referência para o atendimento das situações de violência a que estão expostas. São resultados que comprovam a violência como um evento danoso que atinge mulheres de diversas faixas etárias, com grau de escolaridade variados e que o tempo de convivência com o agressor e o número de filhos não segue um perfil único. São mulheres em condição de vulnerabilidade que residem em territórios vulneráveis, o que contribui para que a violência se integre no cotidiano de suas vidas.

Essa diversidade de características mostrada nos resultados de todas as análises realizadas, permite pensar que, embora sejam mulheres que tem em comum o fato de serem vítimas de violência, suas necessidades e suas demandas também devem ser diferentes. Algumas estão há muitos anos convivendo com o agressor e o comportamento agressivo deste. Outras embora não mais convivam maritalmente, a história que compartilham os mantem nos papéis de vítima e agressor. Outras, ainda, podem não ter os recursos pessoais e nem uma rede de apoio que lhes dê segurança para tentar sair dessa situação.

Assim, comprova-se a tese de que o conhecimento acerca das características individuais e relacionais de mulheres em situação de violência, que buscam ajuda em um serviço especializado de proteção, é fundamental para que esse serviço possa se (re)organizar com vistas a alcançar uma convergência entre as necessidades dessas mulheres e o atendimento que realizam, ou seja, para qualificar o atendimento que presta às suas usuárias.

Entretanto, é preciso considerar que a alta demanda de atendimentos na Rede de Proteção às vítimas de violência, sem dúvida, representa um desafio para os serviços e os profissionais que neles trabalham. Nesse ponto reside a principal contribuição deste estudo, que destaca a importância de conhecer quem são as mulheres, de acordo com suas características, que são atendidas por eles, mas, ao mesmo tempo, mostra os agrupamentos formados, que podem ajudar a visualizar as necessidades prioritárias a partir de cada grupo.

Estes agrupamentos podem ser alternativas entre um atendimento generalizado e um atendimento individual personalizado. Pensar no atendimento a partir da clusterização, tática que outras áreas já utilizam, é pensar em uma forma de atender demandas/característica/padrões que são compartilhados por um grupo de mulheres.

Cabe destacar, ainda, que com base no Modelo utilizado como referencial teórico deste estudo, o “retrato” das usuárias, apresentando as características das mulheres que haviam

realizado denúncia contra violência, representam alguns dos fatores de risco para violência referidos pelo Modelo Ecológico da Violência. Desta forma, conseguimos relacionar a amostra deste estudo com um modelo criado para explicar o que está associado a violência sofrida pelas mulheres no município onde foi desenvolvido o estudo. Da mesma forma, o tempo de convivência com o agressor foi um fator importante para entender o tempo que as mulheres levavam para realizar a denúncia. Mesmo o grupo que levou menos tempo para realizar a denúncia, formado por algumas características como menor idade, sem filhos, foi o vínculo com o agressor, que nesse estudo e, com as variáveis disponíveis, demonstrou ter o peso maior para tomada de decisão sobre procurar o serviço.

Como contribuição para pesquisa, é importante ter claro que as mulheres vítimas de violência não procuram o serviço com os mesmos propósitos, não possuem as mesmas características e não enfrentam o processo de interrupção da violência da mesma forma. Sendo assim, é preciso que a pesquisa avance e que na continuidade, outros estudos possam explorar as limitações encontradas, de modo a examinar as mesmas características em um número amostral diferente, ou num período diferente, mais amplo do que é proposto e apresentado nesta Tese.

Concluo acreditando que na área da enfermagem, pensar em saúde é amplo, não limitando-se aos espaços assistenciais. Somos enfermeiros atuantes em diferentes serviços que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência. E para qualificar o atendimento, sim, é preciso conhecer a clientela que se atende, pois essa é a base para que o atendimento deixe de ser direcionado às mulheres em situação de violência no geral e passe a ser concentrado nas características e necessidades dos diferentes perfis de mulher que buscam por um serviço de proteção para interromper a violência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iara Maria et al. **Queixas, denúncias e conciliações: um estudo sobre a violência de gênero**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. BENEVIDES, BG (Orgs). Brasília: Distrito Drag, 2022. 144p. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/02/dossientra2022-web.pdf>

BARRETO, R.A.D.N. **A Educação das Mulheres no Brasil: sobre o capítulo dos acessos à escolarização**. In: Gazola, K.C.P. et al. (org.). Educação e Nação no Bicentenário da Independência. Belo Horizonte: KMA. 2022. p. 99-112. Disponível em: <https://livrosabertos.fae.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/04/E-Bool-Educacao-e-Nacao-no-Bicentenario-Final.pdf#page=100>>.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro**. Brasília: CNMP, 2018. 244 p.

_____. Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890. **Promulga a lei sobre o casamento civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181impressao.htm. Acesso em 07 fev. 2022.

_____. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código civil dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em 18 out. 2022.

_____. Lei no 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>

_____. Lei no 13.104, de 9 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

_____. Lei 5.467, de 24 de dezembro de 1986. **Dispõe sobre a criação das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher**. Disponível em: [Lei nº 5.467, de 24 de dezembro de 1986 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#)

_____. Lei 17.431 de outubro de 2021. **Consolida a legislação paulista relativa a proteção e defesa da mulher**. Disponível em: [Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo](#)

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres>

_____. Lei 14.149 de maio de 2021. Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.149-de-5-de-maio-de-2021-318198245>

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.** Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2010.** Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2010/PactoNacionallivro.pdf>

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres –DEAM's. 2010.** Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs>

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2004.** Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf

BRIGADA MILITAR. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. **Nota de Instrução 2.23/EMBM/2020.** Porto Alegre. 2020

BUENO, S. DE LIMA, R.S. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

CARAVELA. **Caravela Dados e Estatística. Economia de Rio Grande.** 2023. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/rio-grande---rs>

CAVALER, C.M; MACARINI, S.M. Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. **Nova perspect. sist.** São Paulo, v. 29, n. 66, p. 60-73, abr. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 mai. 2023.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência.** São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência.** São Paulo: FBSP, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>.

CHAKIAN, S. **Lei Maria da Penha: um basta à tolerância e banalização da violência contra a mulher.** In: Instituto Patrícia Galvão. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 49-66.

COELHO, E.B.S. DA SILVA, A.C.L.G. LINDNER, S.R. **Violência: definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 32 p. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório **O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres**. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/7b7cb6d9ac9042c8d3e40700b80bf207.pdf>

CTP. **Conflitos no campo: Brasil 2021**. Goiânia: CTP Nacional, 2022. 269 p. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/10/CPT.pdf>

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.11, p.1163-1178, 2007.

DIAS, F. **Cilada: Não era amor, era abuso**. In: Instituto Patrícia Galvão. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 79-88.

FONTES, L.O. VIOLÊNCIA, TRABALHO E PERIFERIA: conflitos morais e convívios nas fronteiras entre dois mundos. **Caderno CRH, [S. l.]**, v. 35, p. e022035, 2022. DOI: 10.9771/ccrh.v35i0.35924. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35924>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FABENI, L et al . O discurso do "amor" e da "dependência afetiva" no atendimento às mulheres em situação de violência. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 7, n. 1, p. 32-47, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912015000100003&lng=pt&nrm=iso

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminina**. Elefante: Belo Horizonte. 2019. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf

FERRITO, B. **Direito e Desigualdade: uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos**. 1ª ed. LTr. 2021.

FIGUEIRA, A. B. et al.. Clustering the engagement of Brazilian nurses in political advocacy. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 1, p. e20210105, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0105pt>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2021 – Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2022 – Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Datafolha Instituto de Pesquisas. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª ed. 2021. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3a-edicao-datafolha-fbsp-2021/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Datafolha Instituto de Pesquisas. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4ª ed. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Formação de policiais para o enfrentamento da violência de gênero**. 2020. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/06/manul-formacao-de-policiais-para-o-enfrentamento-da-violencia-de-genero.pdf>

FRUGOLI, R. et al. De conflitos e negociações: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 201–214, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170842>. Disponível em: scielo.br/j/sausoc/a/kSsPDY5QkNqrZgRK8sfnmWB/?format=pdf&lang=pt

GEHLEN, M. E.; CHERFEM, C. O. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 18, n. 1, p. 1–21, 31 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2021.e75244>.

GIMENES, E.V. ALFERES, P.B.A. **Lei Maria da Penha explicada: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006: atualizada até a lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019: doutrina e prática**. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2020.

HAIR et al. **Multivariate Data Analysis**. India: Cengage. 2018.

HEISE. L.L. What Works to Prevent Partner Violence? An Evidence Overview, 2011. Disponível em: <https://www.oecd.org/derec/49872444.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande. 2021 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>

IBM Corp. Released 2017. **IBM SPSS Statistics for Windows**, Version 25.0. Armonk, NY: IBM Corp.

IPG, IPEC. **Percepções sobre controle, assédio e violência doméstica: vivências e práticas**. 2022. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/09/2022_IPG_Ipec_Pesquisa-Percepcoes-sobre-controle-assedio-e-violencia-domestica-vivencis-e-praticas-1.pdf

DATASENADO. **Pesquisa DataSenado: Violência doméstica e familiar contra a Mulher**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-2021>

KRUG, E.G.; et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>

LIMA, C. M. .; SANTOS, N. M. dos . Psychological impacts caused by domestic violence: Integrative literature review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e454111436649, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i14.36649. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36649>.

Acesso em: 15 mai. 2023.

MAFFEI, B.; MARCOS, C. B.; PALUDO, S. DOS S. **Motivações e expectativas de mulheres em situação de violência no momento da denúncia em uma delegacia especializada em atendimento à mulher**. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, p. 165–186, 13 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p161-180>. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/12734>

MARTINS, JC. TEIXEIRA, EC. Determinantes da violência doméstica contra a mulher no Brasil. 2020. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 50, n. 2, ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppe50n2art6>. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10562/1/ppe_50_n2_ViolDomMulher.pdf

ODARA. Instituto da Mulher Negra. **Mapa da violência contra a mulher negra no Nordeste**. Salvador: Instituto da Mulher Negra, 2022. 61p. Disponível em: https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/08/Mapa-da-Violenci-Politica-contra-Mulheres-Negras-no-Nordeste_compressed.pdf

OLIVEIRA, L.V.B.; PACHÚ, C.O. A correlação entre o abuso do álcool e a Violência por Parceiro Íntimo (VPI). **Revista Mosaico**, v. 13, n. 1, p. 25–33, 19 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21727/rm.v13i1.3077>. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/3077/1817>

ONU. **Dimensões da violência contra mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil**. 2021. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/04/PT_UNW_VAWHRDsInBrazil_2021_Executive-Summary.pdf

ONU. Nações Unidas Brasil. **Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil 2022**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/225756-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2022>

ONU. Nações Unidas Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

ONU. ONU Mulheres. **Onu alerta para os custos da violência doméstica no mundo**. 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>

OPAS/OMS. **Violência Contra a Mulher, Estratégia e Plano de Ação para Abordar a Violência Contra a Mulher**. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Catia/Downloads/CD549Rev2_por.pdf

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção da violência sexual e da = violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**, 2012.

PELLEGRINI, E.; BOEN, M. T. Quem são as “vítimas de verdade” nas delegacias da mulher?. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, p. e67802, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n367802>. Disponível em: 1806-9584-2020v28n367802.pmd (scielo.br)

PEREIRA, ACN. AMORIM, EB. DO AMARAL, SF. Femicídio: o crescimento da violência contra a mulher no Brasil. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v.8, n.1, p. 2741-2763 jan. 2022. DOI:10.34117/bjdv8n1-180

PESTANA, M.H. GAGEIRO, J.N. **Análise de dados para ciências sociais – a complementariedade do SPSS**. 6 ed. Lisboa: Sílabo. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SANEMATSU, M. **Por que precisamos falar sobre a violência contra a mulher?** In: Instituto Patrícia Galvão. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 13-24.

SANTOS et al. As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: a inserção da mulher negra no mercado. **Caderno Humanidades em Perspectivas**. v.7, n.3, p. 113-121, 2019. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1016>

SILVA, D. DA; SILVA, R. L. F. C. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS RELACIONAMENTOS CONJUGAIS E A DEPENDÊNCIA EMOCIONAL: fator que influencia a permanência na relação. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA(FINOM)**, v. 20, n. 1, p. 328–340, 3 maio 2020. Disponível: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1008/727

SILVA, R. DE P. et al. Violência por parceiro íntimo na gestação: um enfoque sobre **características do parceiro**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1873–1882, maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.06542021>

SINARM. **Sistema Nacional de Armas**. 2020. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/sinarm>

SOUZA, M.B; SILVA, M.F.S. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. **Pensando fam**. Porto Alegre. v. 23, n. 1, p. 153-166, jun. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso. acessos em 08 jan 2023.

SOUZA, T.M.C. MARTINS, T.F. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 33, n. 1, p. 21-30, jan.-abr. 2021. doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/5776>

SOUZA, L. A **(In)eficácia das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. 44 p.

SPP. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência contra a Mulher - Lei Maria da Penha**. SIP/PROCERGS. 2019. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>

SPP. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência contra a Mulher - Lei Maria da Penha**. SIP/PROCERGS. 2020. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>

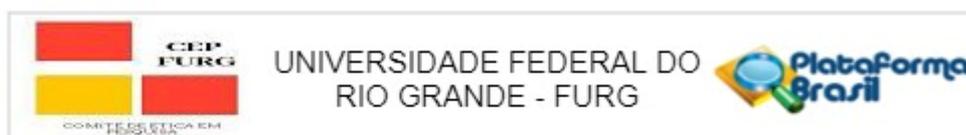
SPP. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência contra a Mulher - Lei Maria da Penha**. SIP/PROCERGS. 2021. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>

SPP. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da Violência contra a Mulher - Lei Maria da Penha**. SIP/PROCERGS. 2022. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>

WHO, PAHO. **Understanding and addressing violence against women. 2012**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/77432>

ANEXO

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A PATENIDADE NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO DE ENFERMAGEM

Pesquisador: Mara Regina Santos da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 62448616.2.0000.5324

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.710.799

Apresentação do Projeto:

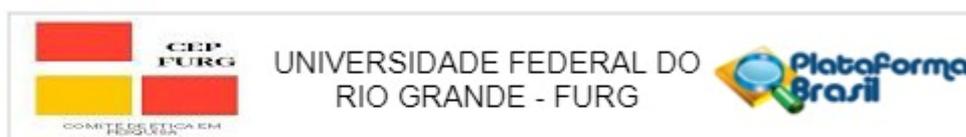
As informações elencadas nos campos "apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo de Informações Básicas da Pesquisa PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1741703_E1.pdf) submetida em 23/04/21 e/ou do Projeto Detalhado, submetido em 22/03/2017.

Resumo:

Resumo:

A violência praticada pelo pai contra os filhos representa um desafio de proporções consideráveis, não apenas pela complexidade deste problema, mas, também, pelo grande contingente de jovens, ao redor do mundo, submetidos ao sofrimento de serem maltratados justamente por uma pessoa que deveria protegê-los. Este estudo tem como objetivo geral: aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre o fenômeno violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, com ênfase na relação entre o pai agressor e seu(s) filho(s). Os objetivos específicos estão direcionados para: (1) analisar a distribuição espacial e os fatores relacionados com o problema violência praticada pelo pai contra o(s) filho(s), crianças e adolescentes, a partir dos registros de atendimento em serviços sociais e de saúde, de proteção às vítimas de violência, em Rio Grande/RS; (2) avaliar a situação das famílias cujos filhos são vítimas de violência praticada pelo pai, em relação à: inserção de seus membros no mercado de trabalho; inserção das crianças e adolescentes na vida escolar; relações intrafamiliares; (3) aplicar uma metodologia de base reflexiva, para trabalhar

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros **CEP:** 96.203-900
UF: RS **Município:** RIO GRANDE
Telefone: (53)3237-3013 **E-mail:** cep@furg.br



Continuação do Parecer: 4.710.799

com pais que têm histórico de agressão contra os filho(s), priorizando ajudá-los a: identificar, exprimir e priorizar suas necessidades; refletir sobre os fatores que influenciam na relação com seu(s) filho(s); identificar os obstáculos que interferem na satisfação de suas necessidades; identificar e mobilizar as fontes de apoio social que poderiam ajudá-los a (re)construir a relação com os filhos. Trata-se de um estudo que integra abordagens qualitativas e quantitativas, previsto para ser desenvolvido entre março de 2017 e fevereiro de 2020, junto a uma amostra constituída de pais adultos, com histórico de violência contra os filhos, residentes em Rio Grande/RS. Os dados serão obtidos a partir de duas fontes: os registros das famílias atendidas nos serviços de proteção às vítimas de violência, em funcionamento, no município do Rio Grande/RS; questionário e entrevista, aplicados individualmente com os pais. Para análise dos dados quantitativos será utilizado o programa IBM SPSS Statistical versão 23. Os dados qualitativos serão submetidos à análise de discurso. Como contribuição deste estudo, espera-se construir conhecimento para subsidiar o trabalho de enfermagem com famílias que convivem com a violência entre seus membros, em uma perspectiva que integre o pai agressor, com vistas a reconstruir a relação com o(s) filho(s).

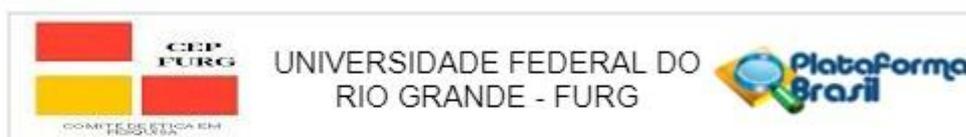
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Objetivo Geral Aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre o fenômeno violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, com ênfase na relação entre o pai agressor e seu(s) filho(s). Objetivo Secundário: Objetivos específicos

1. Analisar a distribuição espacial e os fatores relacionados com o problema violência praticada pelo pai contra o(s) filho(s), crianças e adolescentes, a partir dos registros de atendimento em serviços sociais e de saúde, de proteção às vítimas de violência, em Rio Grande/RS;
2. Avaliar a situação das famílias cujos filhos são vítimas de violência praticada pelo pai, em relação à: inserção de seus membros no mercado de trabalho; inserção das crianças e adolescentes na vida escolar; e relações intrafamiliares;
3. Aplicar uma metodologia de base reflexiva, para trabalhar com pais que tem histórico de agressão contra os filho(s) priorizando ajudá-los a: a) identificar, exprimir e priorizar suas necessidades; b) refletir sobre os fatores que influenciam na relação com seu(s) filho(s); c) identificar os obstáculos que interferem na satisfação de suas necessidades; d) Identificar e mobilizar as fontes de suporte social que poderiam ajudá-los a reconstruir a relação com os filhos.

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros **CEP:** 96.203-900
UF: RS **Município:** RIO GRANDE
Telefone: (53)3237-3013 **E-mail:** cep@furg.br



Continuação do Parecer: 4.710.799

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação nesta pesquisa poderá acarretar um risco mínimo ao participante. Um certo desconforto pode ser causado por algumas questões incluídas no roteiro de entrevista, caso isto aconteça, estamos à disposição para esclarecer e confortá-lo. Se necessário, você poderá ser encaminhado para atendimento no Ambulatório de Saúde Mental do Município, local de referência para esta natureza de atendimento, de modo a receber apoio psicológico e/ou psiquiátrico. Por favor, examine-as antes de iniciar a preenchê-lo e deixá-las em branco.

Benefícios:

A participação nesta pesquisa pode contribuir na identificação das dificuldades enfrentadas pelos pais (homens) no relacionamento com seus filhos, possibilitando a discussão de novas estratégias de trabalho com os pais com vistas a estabelecer uma relação sensível entre pai e filhos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Emenda ao projeto de Pesquisa: A PATENIDADE NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR:

ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO DE ENFERMAGEM

O desdobramento do primeiro objetivo específico deste projeto, notadamente no que tange aos fatores relacionados com o problema violência praticada pelos pais contra os filhos (crianças e adolescentes) será respondido no Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Aline Tessaro, utilizando dados da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Rio Grande/RS.

Nos procedimentos de coleta e análise dos dados do TCC da acadêmica utiliza-se como referencial a concepção da violência contra crianças e adolescentes, com uma consequência de fatores como a qualidade das relações entre os pais, incluindo a violência entre eles e, atualmente, o isolamento social devido a pandemia pelo Covid-19.

O TCC em desenvolvimento intitula-se: Violência contra a mulher em tempos de isolamento social causado pelo Covid-19.

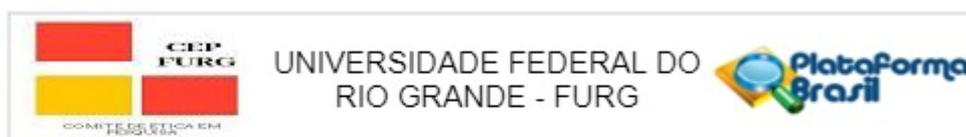
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

A emenda submetida atende ao previsto na Norma Operacional 001/2003, item 2 – procedimentos administrativos do sistema CEP/CONEP, subitem 2.1. aspectos comuns, H – da tramitação das emendas e extensões.

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros **CEP:** 96.203-900
UF: RS **Município:** RIO GRANDE
Telefone: (53)3237-3013 **E-mail:** cep@furg.br



Continuação do Parecer: 4.710.799

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d. O modelo encontra-se disponível no site do CEP-FURG e o seu prazo final é 40 dias após o término da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1741703_É1.pdf	23/04/2021 16:47:02		Aceito
Outros	Emenda.pdf	23/04/2021 16:44:15	Mara Regina Santos da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	22/03/2017 15:05:42	Mara Regina Santos da Silva	Aceito
Outros	cepas912016.pdf	09/01/2017 13:50:01	Eli Sinnott Silva	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	10/11/2016 16:47:39	Mara Regina Santos da Silva	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	10/11/2016 16:46:51	Mara Regina Santos da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tole.pdf	10/11/2016 16:45:51	Mara Regina Santos da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	10/11/2016 16:45:17	Mara Regina Santos da Silva	Aceito

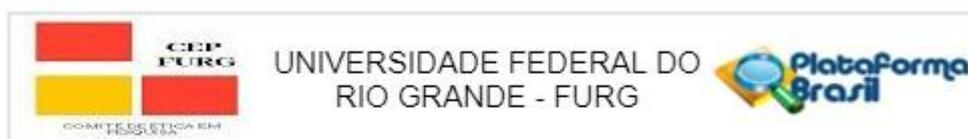
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros **CEP:** 96.203-900
UF: RS **Município:** RIO GRANDE
Telefone: (53)3237-3013 **E-mail:** cep@furg.br



Continuação do Parecer: 4.710.799

RIO GRANDE, 13 de Maio de 2021

Assinado por:
DEBORA MARTINS MACHADO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros **CEP:** 96.203-900
UF: RS **Município:** RIO GRANDE
Telefone: (53)3237-3013 **E-mail:** cep@furg.br